

**CASA DE OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRESERVAÇÃO E
GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DAS CIÊNCIAS E DA
SAÚDE**

CHRISTIANE DOS SANTOS RIO BRANCO

**NO QUINTAL DO QUILOMBO CAFUNDÁ ASTROGILDA: UM
LUGAR DE MEMÓRIAS E SABERES DA MEDICINA POPULAR.**

Rio de Janeiro

2023

CHRISTIANE DOS SANTOS RIO BRANCO

**NO QUINTAL DO QUILOMBO CAFUNDÁ ASTROGILDA: UM LUGAR DE
MEMÓRIAS E SABERES DA MEDICINA POPULAR.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz, como requisito para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Profa. Dr^a. Inês El-Jaick Andrade

Rio de Janeiro

2023

CHRISTIANE DOS SANTOS RIO BRANCO

**NO QUINTAL DO QUILOMBO CAFUNDÁ ASTROGILDA: UM LUGAR DE
MEMÓRIAS E SABERES DA MEDICINA POPULAR.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/ Fundação Oswaldo Cruz, como requisito para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr.^a. Inês El-Jaick Andrade (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientador

Prof^ª. Dr.^a. Sônia Aparecida Nogueira (Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof^ª. Dr.^a Márcia Leitão Pinheiro (Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro)

Rio de Janeiro

2023

R585n Rio Branco, Christiane dos Santos.

No quintal do quilombo Cafundá Astrogilda : um lugar de memórias e saberes da medicina popular / Christiane dos Santos Rio Branco. – Rio de Janeiro, 2023.

140 f.; il. color.

Orientadora: Inês El-Jaick Andrade.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz.

Bibliografia: f. 100-109.

1. Medicina Tradicional Africana. 2. Quilombolas.
3. Patrimônio Cultural. 4. Brasil.

CDD 363.69

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da Rede de Bibliotecas da Fiocruz com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Responsável pela Ficha Catalográfica: Eliane Dias - CRB-7-5011

AGRADECIMENTOS

A Oxalá pela minha vida, a Oxum e Oxossi e todos os guias de luz que me orientaram e me iluminaram para que eu pudesse concluir este trabalho.

Aos meus pais, Gilberto Rio Branco (em memória) e Anna Maria, por todo o amor incondicional, suporte, apoio e principalmente incentivo.

Á minha querida orientadora Inês El-Jaick Andrade, pela compreensão, companheirismo, empenho, disponibilidade e carinho que tratou a pesquisa em todo o percurso.

Á todo corpo docente e equipe do Programa de Mestrado Profissional Preservação e Gestão do Patrimônio das Ciências da Saúde.

Á Comunidade Cafundá Astrogilda e aos detentores de saberes que me receberam com tanto afeto e compartilharam seus saberes, lições de vida e histórias: Sandro Mesquita, Maria Lúcia Mesquita, Elisabete de Lacerda Martins, Ivanir, Eleci de Lacerda Martins, Paulo José Martins, Catarina, Caroline de Oliveira Paranaguá, Teresa Luíza, Georgina Ferreira Vieira e Antônio da Silva

Aos amigos Ingrid Pena, Wallace Araújo, Ana Reis, Vanessa Teixeira e Armando Antunes, com quem eu compartilhei experiências de estudo, de angústia, de amizade, de respeito e principalmente de afeto.

Á Ossain por ter me apresentado com a pessoa mais importante da minha vida, meu filho Miguel, que é a razão pela qual eu acordo todas as manhãs e para tudo que eu vivo e faço. Á toda minha família pelo apoio, em especial a conexão de luz Fátima Augusta.

Só posso expressar que a minha gratidão é imensa por todos que de alguma forma compartilharam ideias, leituras e se solidarizaram comigo nos momentos sensíveis que fizeram parte da construção desta dissertação.

RESUMO

A comunidade remanescente Quilombola Cafundá Astrogilda está localizada no bairro de Vargem Grande, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Na década de 1930, a benzedeira e parteira Astrogilda Ferreira da Rosa – matriarca que dá nome a comunidade, era conhecida na região por seus feitos em atender gratuitamente os membros da comunidade e adjacências, através de seus remédios caseiros, rezas, benzimentos e partos. Atualmente a comunidade é uma guardiã de muitos saberes da “medicina popular”, pelo uso das plantas colhidas nos quintais para elaboração de xaropes, chás, macerados, tinturas, unguentos, pomadas e incensos. A pesquisa busca registrar os saberes associados a medicina tradicional enraizado no cotidiano da comunidade, com o intuito de refletir sobre perpetuação desse patrimônio imaterial frente as dificuldades econômicas e legais. O resultado do estudo demonstrou a importância do registro de práticas e saberes tradicionais como um instrumento para legitimar a permanência no território, apoiando a mobilização social e promoção da memória coletiva da cultura quilombola.

Palavras-chaves: Medicina tradicional - Quilombo – Território - Patrimônio Cultural-
Unidade de Conservação

ABSTRACT

The quilombola community Cafundá Astrogilda is located in the neighborhood of Vargem Grande, in the city of Rio de Janeiro (RJ). In the 1930s, the faith healer and midwife Astrogilda Ferreira da Rosa – matriarch after whom the community is named, was known in the region for her achievements in providing free care to members of the community and surrounding areas, through her home remedies, prayers, blessings and births. Currently, the community is the guardian of much knowledge of “popular medicine”, through the use of plants collected in backyards to make syrups, teas, macerates, tinctures, ointments, ointments and incense. The research seeks to record the knowledge associated with traditional medicine rooted in the daily life of the community, with the aim of reflecting on the perpetuation of this intangible heritage in the face of economic and legal difficulties. The result of the study demonstrated the importance of recording traditional practices and knowledge as an instrument to legitimize permanence in the territory, supporting social mobilization and promoting the collective memory of quilombola culture.

Keywords: Traditional medicine - Quilombo – Territory - Cultural Heritage - Conservation Unit

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Introdução | 9 |
| Capítulo 1- As políticas de patrimônio e os processos de patrimonialização da medicina tradicional e seus agentes no cenário brasileiro | 19 |
| 1.1 Do cativo ao tombamento: uma trajetória de lutas por direitos e exploração | 19 |
| 1.2 Medicina popular associada ao conhecimento de povos tradicionais: conceitos, elementos e normativas | 29 |
| 1.3 Processos de institucionalização da medicina tradicional e experiências de patrimonialização | 37 |
| Capítulo 2- O Quilombo Cafundá Astrogilda como lugar de memória | 53 |
| 2.1 Caracterização do quilombo Cafundá Astrogilda | 53 |
| 2.2 Quilombos em unidades de conservação | 61 |
| 2.3 Ações de fortalecimento da territorialidade | 62 |
| 2.3.1 Projeto Socioambiental de Fortalecimento do Vínculo Histórico-Cultural dos Povos Quilombolas do PEPB | 62 |
| 2.3.2 Projeto o Projeto Sertão Carioca: Conectando Cidade e Floresta | 63 |
| 2.3.3 Projeto Ação Griô | 64 |
| 2.3.4 Projeto Escola Quilombola | 65 |
| Capítulo 3. Inventário de saberes associados a medicina tradicional e sua relação com o território | 68 |
| 3.1 Metodologia e aplicação do inventário de saberes de medicina tradicional | 68 |
| 3.2 Os detentores saberes de medicina tradicional e suas práticas | 69 |
| 3.3 Análise dos dados | 97 |
| Considerações Finais | 98 |
| Referências | 100 |
| Apêndices | |
| I- Roteiro básico de entrevistas | 109 |
| II- Transcrição de entrevistas | 110 |

INTRODUÇÃO

No decurso da história, a interação homem-natureza evoluiu para uma agravante conjuntura de exploração e degradação dos recursos naturais. Mediante o crescente cenário de desmatamentos, queimadas, grandes empreendimentos e fragilidades dos órgãos ambientais, a criação de áreas protegidas é uma das premissas para a continuidade da vida na Terra. Segundo o Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas o Brasil é o país com a maior biodiversidade do mundo, com mais de 116.000 espécies animais e mais de 46.000 espécies vegetais conhecidas no país, espalhadas por seis biomas terrestres e três grandes ecossistemas marinhos.

Segundo Santos e Vilhena (2015, p. 11), para proteger esse riquíssimo patrimônio natural, temos a criação de “áreas protegidas como importantes instrumentos para resguardar porções de nosso território ainda conservadas, contribuindo para a manutenção da biodiversidade e da qualidade de vida”. Para tanto em nossa legislação temos o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei 9.985 de julho de 2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (UC). Nesse contexto as UC’s estão representadas em duas categorias, as Unidades de Uso Sustentável, na qual é permitido compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de uma parcela dos seus recursos naturais e as de Proteção Integral em que se é admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. No caso das UC’s de proteção integral do tipo parque, quando são criadas em territórios em que já existem populações, povos e comunidades tradicionais, esses são passíveis de serem removidos de acordo com a versão do mito naturalista (Diegues, 2001). Esse pensamento deduz uma inconformidade entre a presença humana e conservação da natureza, o que corrobora com o conceito preservacionista que parte do pressuposto de que “*toda relação sociedade natureza é degradadora e destruidora do mundo natural e selvagem*” (Diegues, 1999, p.4).

Uma outra corrente que defende a teoria conservacionista, sustenta a ideia de que a manutenção da biodiversidade das áreas naturais está atrelada as sociedades tradicionais que residem em seu interior, pois:

partem da constatação de que muitas dessas áreas habitadas por populações tradicionais tinham se conservado florestadas e com alta biodiversidade pela ação manejadora ligada ao modo de vida dessas comunidades que,

com a criação das áreas protegidas, passaram a estar sujeitas à expulsão (Diegues, 1999, p. 6).

Para os conservacionistas a criação de UC's de proteção integral que não levam em consideração às populações residentes, esculpe-se em uma prática autoritária por parte do poder público e das instituições interessadas. Porque essa teoria enquadra o papel relevante das populações tradicionais na manutenção das áreas protegidas, principalmente pelo modo de vida capaz de coexistir em equilíbrio com a natureza (Cabral et al., 2014; Giovanelli et al., 2016; Melo et al., 2016). É inegável que os os saberes adquiridos ao longo do tempo por essas populações tradicionais em seus territórios, são elementos fundamentais para a manutenção da biodiversidade: *“esses saberes são o resultado de uma co-evolução entre as sociedades e seus ambientes naturais, o que permitiu a conservação de um equilíbrio entre ambos”* (Diegues, 1999, p. 18). Partindo do pressuposto que as comunidades tradicionais tem seus modos de ser, viver e fazer atrelados aos seus territórios, pois se caracterizam como espaços de produção e reprodução de suas manifestações segundo seus usos, costumes e tradições, é vital para sobrevivência dessas comunidades a permanência no território.

No bojo das interfaces dessa relação não podemos deixar de destacar os vínculos que passam a ser criados entre os residentes do interior das UC's , que passam a ter que dialogar com os responsáveis pela implantação e gestão das mesmas, e reiteradamente, com organizações não-governamentais que não raro assumem a co-gestão do território (Queiroz, 1995; Pereira, 2002)

Nesse contexto temos o Parque Estadual da Pedra (PEPB), criado em 1974, localizado na zona oeste do município do Rio de Janeiro, comportando uma área de 12.491,72ha e com três comunidades quilombolas certificadas pelo Instituto Palmares: Cafundá Astrogilda na estrada do Pacuí no bairro de Vargem Grande, Camorim na estrada dos Bandeirantes em Jacarepaguá ambas certificadas em agosto de 2014 e Dona Bilina no bairro do Rio da Prata certificada em abril de 2017.

Minha aproximação com o PEPB iniciou em 2010, quando comecei a percorrer suas trilhas atraída por suas inúmeras belezas naturais. Um ano mais tarde me tornei guia de turismo credenciada pela EMBRATUR e juntamente com dois outros guias fundei um grupo de caminhadas chamado RJ Adventura. Tornando o que eram momentos de lazer em uma fonte de renda e de conhecimento sobre UC, turismo e guiamentos em áreas naturais.

Percebendo a carência de mão-de-obra do Parque, logo me voluntariei a auxiliar na organização de eventos, nos mutirões de manejo e sinalização de trilhas e de retiradas de espécies exóticas da flora. Todas essas atividades me aproximaram da gestão do PEPB e em 2012 nasceu o Projeto Natureza Doce, sob minha coordenação e do meliponicultor Christiano Figueiras. Um projeto com objetivo de preservar, pesquisar e divulgar as espécies de abelhas nativas sem ferrão existentes no Parque, que culminou na implantação de um meliponário na sub-sede do Parque - Pau da Fome e um meliponário no Núcleo Piraquara.

Com a necessidade de suprir a demanda de energia elétrica que a cidade do Rio de Janeiro precisava para atender a reforma do Maracanã para a Copa do Mundo de 2014 e os todos os demais empreendimentos para os Jogos Olímpicos de 2016, foram necessárias reformas nas Linhas de Transmissão de FURNAS e de LIGHT que passavam no interior do PEPB. Essas obras demandaram supressão de vegetação, que foram autorizadas mediante licenciamento ambiental e medidas compensatórias. Nesse momento eu passei a trabalhar para as empresas que prestavam serviços de execução dessas obras como técnica ou analista ambiental para assegurar que todas as etapas descritas no Licenciamento Ambiental, fossem cumpridas de forma adequada e com o mínimo de impactos para a fauna e a flora. Os enxames de abelhas nativas que eram resgatados desses dois empreendimentos e da construção da Transolympica, eram levados para o Pau da Fome e estrategicamente dispostos em uma trilha próximo as instalações da sede. Com intuito de criar uma trilha interpretativa com ações de sensibilização e interpretação ambiental, a gestão do PEPB incluiu esta trilha ao Projeto Natureza Doce. A trilha com cerca de 360m de extensão, passou a ser uma área colonizada por nove espécies de abelhas nativas sem ferrão. Com apoio financeiro de Furnas Centrais Elétricas S.A, o roteiro criado para a trilha foi agraciado com placas interpretativas, caixas ornamentais com placas de identificação dos enxames e um traçado todo manejado com acessibilidade aos visitantes.

Em julho de 2016 foi realizado um evento no Pau da Fome, com a presença do Secretário do Meio Ambiente – André Corrêa para a inauguração oficial Trilha que passou a se chamar Trilha do Mel (Pena, 2017).

Paralelamente o Conselho Consultivo do Parque estava se consolidando e foram criadas 4 Câmeras Temáticas (CT): CT de Riscos e Desastres, CT de Comunicação, CT

Comunidades Tradicionais e CT de Uso Público. Em 2015 eu passei a ser Conselheira do PEPB, representando a CLM – Consultoria e Gestão e coordenadora da C.T. de Uso Público.

O Instituto Estadual do Ambiental (INEA), em 2012 deu início ao Projeto de Uso Público das UCs Estaduais, que na primeira fase implantou o Projeto de Fortalecimento e Implantação da Gestão do Uso Público, com intuito de incrementar a visitação nos parques estaduais do Estado do Rio de Janeiro. Esse projeto foi implementado em doze parques estaduais dentre esses o PEPB, que recebeu uma equipe temporária de três profissionais altamente qualificados, para mapear e sinalizar a maioria de suas trilhas até início de 2014. Além de realizarem avaliações dos atrativos, das infraestruturas e um diagnóstico do uso público. Como resultado o PEPB teve apontamentos para as atividades de uso público já consolidadas e para as atividades com grande potencial de serem implementadas.

Concomitantemente o Mosaico Carioca que foi criado em 2011 por meio da Portaria de nº 245, de 11 de julho de 2011 do Ministério do Meio Ambiente, com o objetivo de implantar políticas e projetos que viabilizassem ações conjuntas, em uma perspectiva de gestão integrada em 19 áreas protegidas, das diferentes esferas governamentais, passou a primar pela constituição de corredores ecológicos (Pena; Rodrigues, 2018). Nesse contexto vale destacar a Trilha Transcarioca, consolidada como uma Trilha de Longo Curso, idealizada pelo ambientalista Pedro Cunha Menezes, para ser parte de um corredor ecológico de conexão de vários fragmentos de mata atlântica da cidade do Rio de Janeiro (Silva, 2020). A Trilha Transcarioca¹ cruza a cidade do Rio de Janeiro por um percurso de aproximadamente 183 km, saindo de Barra de Guaratiba até o Morro da Urca, conectando várias trilhas pré-existentes, passando por 9 UC's a saber: Parque Natural Municipal de Grumari, Parque Estadual da Pedra Branca, Parque Nacional da Tijuca, Parque Natural Municipal da Cidade, Parque Natural Municipal da Catacumba, Parque Natural Municipal José Guilherme Merquior, Parque Natural Municipal da Fonte da Saudade, Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca e Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca. Todo planejamento da Trilha Transcarioca era discutido nas reuniões do Mosaico Carioca, porém com tantos voluntários, parceiros e UC's envolvidas, foi necessário organizar encontros para tratar de algumas especificidades, principalmente as relacionadas as regras de sinalização e ao manejo das áreas degradadas em recuperação (Menezes, 2020).

¹ Para saber mais sobre a trilha Transcarioca, acesse: www.trilhatranscarioca.com.br

Então estrutura-se o Movimento Trilha Transcarioca (MTT), com reuniões mensais no Centro Excursionista Brasileiro, mediante uma abordagem organizacional e ordenada, através da escuta dos voluntários. A necessidade de controle do trabalho dos voluntários preponderando a extensão da trilha, fez com que as lideranças do MTT dividissem a Trilha Transcarioca em trechos. E para ordenar cada trecho criou-se o sistema de adoção de trilhas, que consiste em uma formalização por meio de um documento chamado Termo de Adoção de Trilha, no qual o adotante (voluntário responsável) preenche seus dados cadastrais e dados sobre o trecho adotado. No termo tem especificado os direitos e deveres atribuídos aos adotantes, sendo facultativo ao adotante assinar o termo de adoção de trilhas na UC ou no âmbito do MTT. Dentre as obrigações prevista há a elaboração trimestral de uma planilha de controle das atividades desenvolvidas. Nesse sistema de adoção o adotante é o responsável por organizar as ações de intervenção no trecho adotado, com comunicação prévia e acordada com a respectiva UC. Nesse momento além de ser adotante do trecho 9 (Catonho x Teixeiras), eu coordenava as atividades dos adotantes de trilha de todos os trechos da Trilha Transcarioca dentro do PEPB, no âmbito da C.T de Uso Público do Conselho Consultivo do PEPB.

Com a implantação da segunda fase do Projeto de Uso Público das UCs Estaduais, intitulado como: “Consolidação da Gestão do Uso Público nas Unidades de Conservação Estaduais do Estado do Rio de Janeiro”, em 2015 o PEPB recebeu 2 profissionais especializados, que juntamente com a equipe de guarda-parques se debruçaram para incrementar e ordenar a visitação, de acordo com o diagnóstico da primeira fase.

Como cerca de 70km da Trilha Transcarioca estava dentro do PEPB, os adotantes de trechos, membros do MTT e a equipe do Uso Público tinham a CT de Uso Público do Conselho Consultivo do PEPB, como um espaço de diálogo com a gestão do PEPB. Em que eram definidos e redefinidos traçados da Trilha Transcarioca, regras de sinalização, escolha de áreas e espécies da flora nativa a serem usadas em reflorestamentos e outros.

O traçado original da Trilha Transcarioca foi idealizado para passar pela Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda, que teve todo seu território incorporado ao PEPB, no ato de sua criação, impondo a Comunidade a viver sob as regras de uma UC de Proteção Integral. Impondo restrições de direitos fundamentais como a não permissão da expansão das áreas de plantio e de obras nas casas, a proibição do asfaltamento aos acessos as moradias e as

estradas usadas para escoamento da produção agrícola, que junto com a possibilidade de desapropriação corroboraram para uma relação conflituosa e desleal entre Comunidade Cafundá Astrogilda e o PEPB. Ademais a Comunidade não foi consultada, ou se quer convidada para as reuniões de organização da Trilha Transcarioca, fazendo com que ficassem à margem do projeto. Não sendo reconhecidos como conhecedores do local, da história e nem como os responsáveis pela existência e manutenção das trilhas e caminhos que fariam parte da Trilha Transcarioca (Cárceres,2016; Dias, 2017).

Diante desse cenário de instabilidade territorial, fica evidente que a Comunidade Cafundá Astrogilda não mediu esforços para impedir que a Trilha Transcarioca passasse em seu território. Posicionamento que contou com apoio de diversas instituições e conselheiros do PEPB, não só porque as lideranças da Comunidade a consideravam um projeto arbitrário, de apropriação das trilhas/caminhos abertos e mantidos pelos moradores, sem um debate e planejamento com a Comunidade. Mas também pelo agravante de não haver nenhuma previsão de gestão para o aumento dos conflitos ambientais, já existentes e que seriam avolumados com a Trilha Transcarioca. Conflitos esses, gerados por visitantes que lotam as cachoeiras principalmente nos dias quentes em finais de semana e feriado deixando lixo, muitas vezes com som alto, além da falta de respeito e privacidade gerada por aqueles que ultrapassam o quintal das casas como se fizessem parte de um espaço público (Dias, 2017). Isso acontecia porque as atividades de uso público, dentro da Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda, não eram ordenadas e controladas pela administração do parque, pois na ocasião ainda não possuíam um posto avançado com equipe de agentes de defesa ambiental no acesso à Comunidade.

Outro argumento previdente usado pela Comunidade contra a Trilha Transcarioca é que o discurso de geração de renda oriunda de um receptivo, de hospedagem e serviços de alimentação, não seria viável devido a legislação. A gestão do PEPB à época representada pela sub-chefe – Vanessa Texeira Coelho e pelo gestor Andrei Veiga, não só apoiaram a Comunidade Cafundá Astrogilda, na decisão de não ter a Trilha Transcarioca passando no interior da Comunidade, mas também implantaram um Posto Avançado no acesso à Comunidade. Este posto possibilitou o controle da visitação, ações de educação ambiental e ordenamento do uso público dos atrativos.

Em outubro de 2016 foi realizada a primeira caminhada de ponta a ponta de toda a Trilha Transcarioca, que foi inaugurada em fevereiro de 2017, se tornando alicerce da chamada Rede Brasileira de Trilhas.

Como coordenadora da CT de Uso do Público do Conselho Consultivo do PEPB, continuei participando das reuniões do Mosaico Carioca e da organização da Trilha Transcarioca entendendo que a Trilha é um instrumento de conservação ambiental para a população carioca e que servirá para a conexão de diversos fragmentos florestais e montanhosos. Porém sem deixar de estar ao lado as lutas das Comunidades Quilombolas por entender as dificuldades que as mesmas perpassam devido uma gama de conflitos sociais e ambientais, que são tensionados cada vez mais, pelas disputas territoriais, especulação imobiliária e grupos de milicianos que atualmente ameaçam invadir suas moradias. Além de todas essas considerações, tive como principal motivação para realização dessa pesquisa o primeiro contato com a comunidade Cafundá Astrogilda, através de uma visita guiada do Projeto Ação Griô². Na condição de visitante fui impactada pela experiência de me transportar de um grande centro urbano, para um refúgio em meio a uma floresta de Mata Atlântica com paisagens bucólicas, ao som dos cantos dos pássaros, passando por rios e um microclima diferenciado. A narrativa do condutor e morador do Quilombo que acompanha todo o trajeto, aborda desde a chegada das primeiras famílias até o processo de titulação das terras e os conflitos socioambientais decorrentes da inserção do PEPB em todo território quilombola. Fazendo com que o visitante tenha um panorama das lutas seculares enfrentadas pelos moradores do Quilombo e as estratégias de resistência e reafirmação da identidade necessárias para a permanência no território. Toda essa exposição oral era mais significativa quando tínhamos como narrador o Sr. Jorge dos Santos Mesquita, mais conhecido como Sr. Pingo³, que retratava da sua infância histórias como a do Saci que assombrou sua família por muito tempo. O Sr. Pingo revelava uma narrativa afetiva apoiada nos objetos que integravam a história de seus antepassados.

O final do guiamento (visita) se dá na casa onde residiu Astrogilda Ferreira da Rosa – a matriarca, benzedeira e parteira, que dá nome ao Quilombo. Dado que na década de 1930, Astrogilda era conhecida na região por seus feitos em atender gratuitamente os membros da

²É um projeto pedagógico protagonizado pela comunidade que resgata tradição, memória e identidade, através de um roteiro etnocultural que passa pelos principais núcleos familiares que integram a comunidade.

³–Filho da matriarca que dá nome ao Quilombo, falecido em 19 de outubro de 2016

comunidade e adjacências, em seu terreiro de umbanda, através de seus remédios caseiros, rezas, benzimentos, partos e outros cuidados com a saúde. Reconheci em todo espaço alguma relíquia dotada de valor cultural de natureza material e imaterial, que só era revelada aos poucos visitantes que se aventuravam a conhecer a comunidade. Ao ingressar no Programa de Mestrado Profissional em Preservação e Gestão Patrimônio Cultural e das Ciências da Saúde, delimito meu objeto de pesquisa em conjunto com as principais lideranças locais, atentando para o que seria mais proveitoso em termos de estudo para a comunidade. E o direcionamento foi pelo registro dos saberes da medicina popular⁴ e dos detentores desses saberes, que estão sempre predispostos a atender os que procuram por esse tipo de tratamento e cura.

Entendendo a importância da salvaguarda da memória da medicina tradicional, oriunda dos discursos ancestrais, frente a medicina moderna, de matriz epistemológica dos povos colonizadores. Essa pesquisa abordará os saberes da medicina tradicional ou popular dos detentores desse patrimônio cultural, pois a comunidade reconhece os riscos que as práticas populares de cuidado com a saúde estão sofrendo, devido a marginalização e a repressão aos ofícios tradicionais de saúde popular. Por muitos anos essas práticas eram as únicas formas disponíveis para tratamento e manutenção da saúde da população quilombola, principalmente devido à dificuldade de acesso ao serviço de saúde.

O Quilombo Cafundá Astrogilda é um lugar de revisitação a história de resistência dos povos de origem africana, de sustento da identidade negra e de salvaguarda do patrimônio cultural, é nesse contexto que a comunidade se enquadra como um lugar de memória (Nora, 1993). O território passa a ser testemunho das lutas e do sofrimento dos antepassados para a conquista da terra e da liberdade, e as comunidades negras rurais, os quilombos contemporâneos e os remanescentes de quilombo “*referem-se a um mesmo patrimônio territorial e uma cultura inestimável e, em grande parte, desconhecido pelo Estados, pelas autoridades e pelos órgãos oficiais*” (Anjos, 1999, p.10),

⁴O termo medicina popular, nesta dissertação, refere-se a medicina tradicional exercida por comunidades tradicionais como uma prática de saúde, principalmente para as populações que possuem acesso limitado aos sistemas de saúde. Segundo a Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos são prática de cura que oferece respostas concretas aos problemas de doenças do dia a dia. É realizada em diferentes circunstâncias e espaços (em casa, em agências religiosas de cura) e por várias pessoas (pais, tias, avós) ou por profissionais populares de cura - benzedeiras, médiuns, raizeiros, ervateiros, parteiras (Oliveira, 1985).

Para a realização da pesquisa, optou-se pelo Inventário Participativo vinculado na Cartilha de Educação Patrimonial em 2016, que constrói a ideia da comunidade como sujeito do patrimônio. Tornando a própria comunidade protagonista na identificação e na seleção dos seus saberes, caracterizando a composição das práticas tradicionais de cura e autocuidado com a saúde, referendado como patrimônio cultural imaterial. As Fichas desse inventário são divididas nas seguintes categorias: Lugares, Objetos, Celebrações, Forma de Expressão e Saberes.

O objetivo geral da proposta é registrar o conhecimento da medicina tradicional associado ao cotidiano da comunidade, com base na memória coletiva. E os objetivos específicos são:

- examinar o conceito de medicina tradicional e seu reconhecimento;
- reconhecer o quilombo Cafundá Astrogilda como lugar de memória;
- levantar experiências que contribuam para o fortalecimento da identidade da comunidade quilombola dentro do território;
- identificar, documentar e contextualizar as práticas da medicina tradicional no Quilombo; e por fim
- relacionar esses saberes com outras referências culturais presentes no território e com o meio ambiente que está inserido.

Além de discutir o amparo da legislação vigente sobre a continuidade desse patrimônio cultural imaterial. Para a organização deste estudo, a pesquisa apresenta-se estruturada em três capítulos, sendo que o capítulo I descreve a trajetória das políticas de patrimoniais no Brasil, destacando os principais processos de patrimonialização dos quilombos. E enfatizando o falso discurso de uma sociedade brasileira homogênea, pautada nos valores culturais de uma herança colonial. Esta análise incidirá sobre as práticas institucionais do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e do seu principal instrumento de preservação, o tombamento. Esboçando como o registro de Bens Culturais de Natureza imaterial, instituído pelo Decreto 3.551/2000 poderia abarcar a medicina tradicional. Trazendo um debate que abarca as tentativas de patrimonialização dos saberes e práticas de cura e fabricação de remédios artesanais e dos agentes de cura pela Rede Fitovida e pela Farmacopéia do Cerrado (ainda em fase de análise), via IPHAN. E o processo de patrimonialização bem-sucedido do Projeto Mapeamento Social das Benzedeiras que deriva

da Lei n.1.401/2010 que reconhece os conhecimentos das benzedoras ofício tradicional de saúde popular. Também será examinado alguns conceitos acerca dos elementos que compõem a medicina tradicional, associando o conhecimento dos povos tradicionais e as normativas. Ainda nesse capítulo serão abordadas as funções e as classificações dos praticantes da medicina tradicional, e as principais abordagens de cura usadas em diferentes culturas.

O capítulo II apresentará uma introdução e uma revisão bibliográfica acerca da caracterização do Quilombo Cafundá Astrogilda e ações de fortalecimento da territorialidade levando em consideração o cenário de vulnerabilidade territorial pela sobreposição de legislações. Também serão examinados alguns conflitos socioambientais gerados a partir da criação do PEPB, através da análise territorial.

No capítulo III será apresentado um levantamento de registro dos detentores de conhecimentos tradicionais e suas práticas de cura no quilombo. Para inventariar os saberes da medicina tradicional, suas dinâmicas culturais e seus conhecimentos associados foi utilizada uma ficha, inspirada livremente na ficha de saberes que consta da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

CAPÍTULO 1. AS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO E OS PROCESSOS DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA MEDICINA TRADICIONAL E SEUS AGENTES NO CENÁRIO BRASILEIRO

1.1 Do cativo ao tombamento: uma trajetória de lutas por direitos e exploração

Trazidos forçadamente do continente africano, os negros eram obrigados a trabalhar num regime escravocrata. A escravidão perdurou no Brasil por mais de 300 anos, embora em vários países esse sistema tenha começado a ruir no início do século XIX, a nação brasileira foi a última do continente a abolir o regime em 1888.

É um consenso histórico que a escravidão foi um comércio que fazia a economia nas Américas circular na casa dos milhões, amparada em estruturas legais e institucionais tanto nas sociedades africanas como nas portuguesas. O comércio de cativos gerava riquezas em todos os níveis e envolvia diversos setores econômicos, desde os mais complexos, como os bancários e seguradoras, até os menores ofícios, como a carpintaria e a ferraria. Essa gama de empreendimentos fez com que as elites que dominavam esses comércios enriquecessem. Os negros escravizados foram a força motriz para as atividades extrativistas da madeira, da borracha, da exploração do ouro; da produção do café, do tabaco, do cacau, do algodão e do açúcar, assim como para a pecuária e outras atividades econômicas.

Segundo Honorato (2008), os principais portos de chegada dos escravizados importados do continente africano estavam situados no Maranhão, Recife, Salvador e Rio de Janeiro, sendo esses dois últimos os responsáveis por absorver 1/3 dos cativos.

No Maranhão foi criada no ano de 1755 a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, de caráter monopolista, que impulsionou um lucrativo tráfico internacional de escravos por décadas, sistema responsável por fomentar a economia local através de um comércio baseado na agro-exportação (Costa, 2018). Com a decadência da lavoura algodoeira, a destinação da mão-de-obra escrava foi para a produção de açúcar. Outro produto agrícola bem-sucedido no cultivo das terras maranhenses foi o arroz, que, posteriormente era destinado para abastecer o consumo de países do sul da Europa, ocupando uma posição intermediária, sem ameaçar o protagonismo do algodão ou do açúcar no mercado internacional (Martins, 2006, p. 32).

Desde o início da colonização a produção açucareira foi dominante na pauta de exportação da América portuguesa, destacando-se dois polos de produção - as Capitanias de Pernambuco e da Bahia. Com o aumento da produção de açúcar nas Antilhas, originou-se uma demanda por mão-de-obra escrava, e, por conseguinte foi elevado o preço da compra do cativo tanto no continente africano quanto no Brasil. A descoberta do ouro na região hoje conhecida como Minas Gerais, ocasionou um aumento na demanda por escravos, propiciando um incremento na migração de escravizados do porto de Salvador, para abastecedor as zonas de mineração.

Com isso, o valor do escravo que já era alto devido à procura das ilhas caribenhas, tornou-se exorbitante em decorrência da necessidade de mão-de-obra escrava na região aurífera. Esses dois fatos foram determinantes na desestabilização da produção açucareira e os negociantes de escravos começaram a perceber então, que a mineração passou a ser um negócio mais lucrativo, pois o preço de venda do cativo para a região das minas era superior quando comparada com a de Salvador e a do Recôncavo baiano. Ainda com a vantagem de poderem receber em ouro pela venda dos escravos, enquanto os senhores de engenho da Bahia pagavam muitas vezes a esses comerciantes com açúcar. (Boxer, 2000, p. 61.).

Outro impacto que a economia açucareira baiana sofreu foi quando os comerciantes cariocas, aguçados pela ascensão da mineração descobriram uma nova rota, que encurtava o tempo de viagem entre o porto carioca e as Minas Gerais. Com isso os comerciantes de escravizados cariocas passaram a despontar na condução dos negócios mineiros (Sampaio, 2001, p. 75).

Outra transação econômica expressiva na época, era a produção de tabaco no Recôncavo Baiano, que parte era destinada a metrópole e de lá era exportada nas cargas dos negreiros coloniais para a Europa, a Índia (como rapé) e a sobra consumida no próprio reino. E a outra parte era enviada para a região chamada Costa da Mina, de onde provinha muitos escravos desembarcados em Salvador, ocasionando um escambo de tabaco por escravos (Acioli, 2008). Um decreto real de 12 de novembro de 1644 autorizava os comerciantes negreiros carregados de tabaco de terceira categoria, a partirem do porto de Salvador para a Costa da Mina, com o propósito de adquirir escravos, evoluindo um comércio peculiar entre a Bahia e a África Ocidental, já que, os africanos tinham os escravos e os baianos o fumo. O tabaco baiano era manufaturado de forma diferenciada, com melaço puro, que concebia ao

fumo um aroma especial que o tornara reputado na Costa da Mina (Verger).

Várias regiões da Bahia, como a do Recôncavo, tinham sua economia escravocrata pautada na lavoura açucareira, que ao entrar em declínio ocasionou uma venda significativa de escravos para as fazendas produtoras de café, que se tornara o produto agrícola, em ascensão principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Mais especificamente para a região do Vale do Paraíba, trazendo para o sudeste muitos escravizados da Bahia. Fazendo com que o comércio de negros escravizados tivesse um significativo deslocamento para a região sudeste. Fica claro que no Brasil as flutuações nas relações e nas alianças comerciais do tráfico negreiro se orquestravam de acordo com o mercado e os ciclos econômicos. Assim, como as demais culturas, o café por inúmeros fatores também entrou em declínio, ocasionando deslocamentos e fragilidades econômicas.

Na segunda metade do século XIX uma crescente pressão interna das camadas abolicionistas, as resistências por parte dos escravos e a pressão externa de países como a Inglaterra, fizeram o governo adotar leis paliativas à abolição, tais como a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871 (Lei do Ventre Livre) e a Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885 (Lei dos Sexagenários). As leis tinham o intuito de amenizar as reivindicações abolicionistas, mas, no entanto, não atingiam a continuidade do trabalho escravizado, pois referendavam apenas aos filhos nascidos a partir daquela data e os escravizados com idade superior a 60 anos. Como ressalta Clóvis Moura (1992) a Lei do Sexagenário foi uma alternativa de retirar de cena uma parcela não produtiva da população escravizada, visando uma redução dos custos por parte dos donos de escravos.

Outra legislação dentro dessa conjuntura foi a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 (Lei das Terras), criada como um instrumento para dificultar, no Brasil Império, a aquisição de terras pela população mais carente, uma vez que a terra passa a ser entendida como uma mercadoria, podendo ser vendida e não mais apenas concedida ou doada. Com isso, o Estado cede o seu direito de doar terras, deixando-as livres para venda àqueles que pudessem comprar, constituindo um mecanismo para beneficiar os grandes latifundiários e eximindo o mesmo de qualquer responsabilidade de integração de alforriados ou ex-escravizados, por meio de doação de terras. Dizer, contudo, que obter dinheiro para comprar a sua alforria já era difícil para um escravo, podemos subjugar que reuni-lo para adquirir terra seria ainda mais improvável.

É indispensável revisitar algumas etapas do nosso processo histórico, para entender como a abolição culminou em um ato discriminatório e desleal junto a essa população, que além de não ter seus direitos garantidos, não foi amparada em políticas reparatórias e de inclusão na sociedade. A postergação da abolição findou com a Lei n.º 3.353 de 13 de maio de 1888, ato decorrente de um movimento de massa e de pressão social e política. Mas a publicação da Lei não integrava os ex-escravizados à sociedade e, tão pouco, os amparava economicamente. A Constituição de 1891, a primeira do Brasil republicano aboliu o voto censitário, que permitia o direito ao voto apenas a uma classe econômica privilegiada, porém permitia apenas que homens brasileiros alfabetizados votassem, restringindo mais uma vez, o direito ao voto a população recém liberta, que em sua maioria era formada por analfabetos.

Os negros saíram de um sistema escravista, que coíbiu por mais de trezentos anos suas culturas, seus conhecimentos históricos, seus valores e principalmente seus direitos, para uma vida livre, porém sem moradia, trabalho, dinheiro e respeito, sobrando somente as memórias e resistência na esperança de se manterem vivos.

O Negro foi obrigado a disputar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, na qual as técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para que ele permaneça imobilizado nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas (Moura, 1994, p. 160).

A dinâmica do sistema escravista era rearranjada de acordo com a economia, mas com o fim do cativeiro os libertos tinham o direito de deixar as propriedades dos seus antigos senhores, acarretando uma intensa migração dessa população por todo país. Uma parcela preferiu permanecer nas fazendas de seus antigos proprietários, outros já optaram por se deslocarem de fazenda para fazenda em busca de trabalhos temporários e tinham aqueles que resolveram migrar para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de trabalho (Hebe, 2005). Segundo Carlos Eduardo Coutinho da Costa, que analisou as migrações da população negra no período pós-abolição na região do Vale do Paraíba:

A migração definitiva, para regiões metropolitanas e periféricas da cidade do Rio de Janeiro esteve mais presente nas trajetórias de vida dos nascidos após 1888. De acordo com os depoimentos coletados, esse fenômeno iniciou-se em meados da década de 1920, tendo o ápice em 1930 e finalizado em meados de 1940. (Costa, 2015, p. 115).

No período após abolição a migração dos ex-cativos que viam a procura de melhores condições de vida e em busca de parentes anteriormente vendidos, resultou em mais um acréscimo de negros baianos à capital. Nessa conjuntura a abolição contribuiu para elevar a quantidade de baianos no Rio de Janeiro “criando uma pequena diáspora baiana na capital do país” (INEPAC, 1984, p.11).

O bairro da Saúde era um dos principais locais de chegada e moradia para os imigrantes negros baianos libertos, pois encontravam trabalho nas estivas, abriam seus terreiros, faziam suas rodas de samba e seus ranchos carnavalescos (Moura,1995). Mesmos nos grandes centros, como no Rio de Janeiro, os negros livres não tinham como se manter, como custear o aluguel de suas moradias e, como alternativa, se reuniam formando uma colônia afro-brasileira, batizada por Heitor dos Prazeres como uma África em miniatura (Alencar, 1978, p.3-4). Essa África em miniatura veio posteriormente a ser chamada de “Pequena África” e ser vista como um símbolo de resistência da população negra e afrodescendente, com expressões religiosas e culturais próprias em relação ao restante da cidade (Velloso, 1990).

Nesse período vale ressaltar o protagonismo da mulher negra baiana - as “Tias Baianas”, mulheres descendentes da escravidão, como Tia Sidata, Tia Bebiãna, Tia Carmen, Tia Xibuca e Tia Ciata que tiveram um papel político e de liderança cruciais na construção da identidade cultural dessa região. A “Pequena África” abrigava lugares de resistência, onde se materializava a cultura dos afrodescendentes por meio da música, dança, da comida, do candomblé e do samba. São essas negras “que ganham respeito por suas posições centrais no terreiro e por sua participação nas principais atividades do grupo, que garantiam a permanência das tradições africanas e as possibilidades de sua revitalização na vida mais ampla da Cidade” (INEPAC,1984, p.10).

Para Ventura (2016), “As casas das tias aparecem como espaço de reunião, em um tempo e em uma cidade onde os negros viviam à margem, era através do candomblé e das festas que os negros criaram seu espaço social, por meio das comidas e do samba”.

Essas mulheres que a historiadora Angélica Ferrarez de Almeida caracteriza como “progenitoras, líderes, rezadeiras, cozinheiras, sambistas, quituteiras, quitandeiras, organizadas, conscientizadas, mães de santo” (Almeida, 2020, p. 5), disponibilizavam seus quintais para os cultos as religiões afro-brasileiras, danças, rodas de sambas e culinária. Os

espaços dos quintais passam a serem frequentados pelas outras camadas das sociedades, fazendo das “Tias” lideranças comunitárias, articuladoras políticas e verdadeiras matriarcas (Velloso, 1989). Foram os saberes e os aprendizados dos quintais das tias baianas que moldaram consideráveis figuras do gênero musical carioca como: Pixinguinha, Donga e João da Baiana (Vassalo, 2018).

A casa de Tia Sidata tinha uma visão privilegiada do alto do morro, na Pedra do Sal, em que era possível monitorar todo o tráfico marítimo. Quando na proa da embarcação havia uma bandeira branca (cor de referência ao orixá Oxalá), caracterizava que baianos estavam chegando. Então Tia Sidata os acolhia em sua casa proporcionando-lhes moradia, alimentação e roupas até conseguirem se estabelecer (Moura, em 1995, pag:43).

Essa rede de apoio não só fortaleceu os vínculos, como também a manutenção das tradições negras e dos ritos religiosos presentes nos quintais das Tias Baianas, que abrigavam rodas de samba passíveis de batidas policiais, baseadas em legislações concebidas dentro da lógica do processo colonizador. E a população negra estava imersa em um Estado calcado no racismo estruturado e estruturante de dominação, produção e reprodução de desigualdades e injustiças sociais. Nas regiões mais periféricas do Rio de Janeiro havia várias “Pequenas Áfricas”, com suas lideranças femininas e quintais que se materializavam como espaços de aquilombamento.

A principal opção de moradia para essa população eram os cortiços, pois o mercado de trabalho e as precariedades das relações trabalhistas acabavam compelindo para as aglomerações nos bairros de centro. Para além de local de moradia coletiva, o cortiço era um ponto de trabalho para o público feminino que podia ter uma renda extra como costureiras, lavadeiras, doceiras e confeitadeiras.

A população de ex-escravizados e seus descendentes, com tantos cenários complexos de desigualdades e exclusão social, logo perceberam a necessidade de se organizarem para lutar a favor dos seus direitos, por ascensão social e pela participação na vida política do país. Inicialmente se organizaram em grupos, grêmios, centros e sociedades de mobilização e resistência racial negra no país.

De acordo com Domingos (2007), com caráter “ eminentemente assistencialista, recreativo e cultural”, essas instituições ajudaram na organização política dos movimentos

negros. Na década de 1930 os movimentos negros começaram a se fortalecer e fundaram a Frente Negra Brasileira (FNB), como um grupo nacionalista que foi ganhando visibilidade política, com sede em São Paulo, e posteriormente filiais no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Pernambuco e na Bahia. Essas organizações começaram a traçar estratégias de luta a favor da população negra. Embora a FNB só tenha se mantido por seis anos, foi um importante partido que situou os cidadãos negros no campo das disputas políticas.

As lutas sociais no enfrentamento a dominação hegemônica eurocêntrica na esfera científica, patrimonial e territorial foram fundamentadas no movimento negro, que teve o apoio de vários intelectuais com destaque para Abdias do Nascimento (1914- 2011). Foi um militante, teatrólogo, artista plástico e pesquisador, teve uma importante atuação política como deputado e senador. No campo da dramaturgia fundou em 1944, o Teatro Experimental do Negro, que formou a primeira turma de atores negros, inserindo a cultura afrodescendente nos palcos teatrais. Mesmo exilado durante 13 anos entre E.U.A e Nigéria, devido à repressão imposta pelo regime militar no Brasil, atuou junto à Leonel de Moura Brizola, na implantação de um novo partido político do trabalhismo brasileiro, que tinha em sua pauta prioritária o combate ao racismo e à discriminação racial. (Nascimento, 2011)

Em 1981 Abdias liderou a formação da Secretaria do Movimento Negro do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e esteve a frente de muitas ações do Movimento Negro Unificado, como a criação da PL 1550/1983, que declara o feriado do dia 20 de novembro, data do assassinato de Zumbi e conseqüente queda do Quilombo dos Palmares, como data nacional do Dia da Consciência Negra.

O Movimento Negro Unificado, que passa a ser um vigoroso interlocutor na luta pela redemocratização do país, consagra a imagem de Zumbi dos Palmares, como um herói do povo negro.

No contexto da redemocratização do país, a noção de quilombo ganhou um destaque (CHUVA, 2017) e ressignificado enquanto uma afirmação de uma identidade negra e na difusão da memória de luta e resistência, ao contrário de uma narrativa perpetuada de conquista concedida pela família real (BRANDÃO, 2020).

Assim, em 1988, ano do centenário da abolição da escravatura, o Presidente José Sarney (1985-1990) fundou a primeira instituição pública voltada para promoção e

preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira: a Fundação Cultural Palmares (FCP)⁵, entidade vinculada ao Ministério do Turismo. Foi um ato de ordem política em resposta aos questionamentos ao movimento negro organizado (FIABANI, 2008).

Embora o processo de tombamento fosse visto como uma alternativa na luta pela garantia de acesso à propriedade, os processos eram morosos e esbarravam em problemas legais e conceituais profundos referentes a definição de quilombos e o direito a posse de terras. No centro da questão segundo Chuva (2017), os diferentes significados atribuídos a categoria foram confrontados ao longo dos anos 1990 até alcançaram um relativo consenso da atualidade. Nesse sentido, cabe destacar a contribuição para o tema da Associação Brasileira de Antropologia⁶ (ABA) que estabelece em 1994 a seguinte definição do termo quilombo:

Contemporaneamente, portanto, o termo Quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, constituem grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da continuidade enquanto grupo. Neste sentido constituem grupos étnicos conceitualmente definidos pela antropologia como um tipo organizacional que confere pertencimento através de normas e meios empregados para indicar filiação ou exclusão. (O'Dwyer, 2008, p. 10)

Contribuiu para essa construção os debates que se sucederam à titularização das terras quilombolas que é tratada no trecho constitucional do artigo nº68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). O referido dispositivo legal deixa margens para muitas contestações nos meios acadêmico e jurídico como é o caso do trecho: *"Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é*

⁵Desde 1979 já se discutia a necessidade da criação de um órgão no âmbito federal para promover debates e formas de valorização da cultura afro-brasileira e, conseqüentemente, elevar a autoestima da comunidade negra (CHEIBUB, 2015). Foi a partir da CF/88 que diversos órgãos do Governo Federal em defesa dos direitos da população negra são criados. Além da Fundação Cultural Palmares (FCP), foi criada a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e órgãos já existentes passaram a ser executores de políticas públicas com vistas a garantia dos direitos sociais das comunidades, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o SPHAN/Pró-memória (atual Iphan).

⁶Os profissionais de antropologia atuaram diretamente orientado a elaboração de Relatórios de Identificação, os também chamados Laudos Antropológicos, para certificações de comunidades quilombolas e titularização de terras. A diretoria da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) constituiu na gestão de 1994-1996 um Grupo de Trabalho para refletir sobre a conceituação de Terras de Remanescentes de Quilombos e teve a participação de pesquisadores que trabalhavam com esta questão (O'DWYER, 2008).

reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". (BRASIL, 2010a, p. 136).

A principal polêmica se deu em razão do termo “remanescentes”, que induz ao imaginário do leitor a querer encontrar nas comunidades atuais, resquícios e práticas dos antigos quilombos. Além do fato do dispositivo jurídico reconhecer o direito à terra ocupada pelos remanescentes quilombolas e determinar que o Estado emita os títulos de propriedade, mas sem regulamentar tal emissão. Sem explicitar os meios que deveriam ser percorridos para a obtenção do título de propriedade, os processos de pedido de titularização de terras quilombolas foram se acumulando.

Até que em 1995 Joel Rufino dos Santos, presidente da FCP, através da Portaria 25 criou normas para estabelecer os trabalhos de identificação e delimitação das terras ocupadas por remanescentes de quilombos, também denominadas Terras de Preto. A FCP assumiu essa responsabilidade em conjunto com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), pois o Movimento Negro pressionava a aplicação do artigo 68 e a solução dos inúmeros casos de processo de titularização (FIABANI, 2008)

Já no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), a FCP deixa a competência referente a delimitação das terras de remanescentes das comunidades quilombolas e suas demarcações para o Ministério de Desenvolvimento Agrário. Reduzindo suas atribuições e conseqüentemente se debruçando com mais empenho nos seus objetivos, que versa contra as desigualdades sociais, selando um diálogo entre a sociedade civil e o Estado na implementação e no cumprimento das políticas públicas para a cultura negra. Cumprindo, assim, sua missão, uma vez que a FCP foi criada por demanda da sociedade civil (movimentos negros organizados), para interferir positivamente nas políticas de Estado e na defesa cultura dos afrodescendentes.

No ano de 2003 o Decreto nº 4.887 vem regulamentar o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades negras rurais, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações

territoriais específicas com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural (Decreto nº4887/2003, Artigo 2)

Com o decreto a comunidade não precisava comprovar a descendência quilombola, pois bastava se auto definir, o que em tese diminuiria os entraves burocráticos do processo de titularização. Segundo Fiabani (2008), houve um aumento no número de comunidades negras solicitando a aplicação do artigo 68 do ADCT, apesar disso o número de titulações ainda é baixo. Pois apenas uma etapa do processo fora simplificada, contudo ainda há um caminho com barreiras burocráticas a ser percorrido, pelo processo de titularização das comunidades nas demais instituições públicas envolvidas, o que acarreta vulnerabilidade territorial para a maioria das comunidades quilombolas, como é o caso da comunidade Cafundá Astrogilda – território dessa pesquisa.

Embora tenha-se todo um aparato jurídico que incide sobre os territórios quilombolas, acessá-lo não é uma prerrogativa fácil para a maioria da população afrodescendente. Tanto o reconhecimento como comunidade quilombola, quanto os registros dos bens culturais, assim como os tombamentos são processos que exigem tempo, empenho e instrumentos comprobatórios inacessíveis para uma grande parcela dessa população.

De acordo com o secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos, Ronaldo dos Santos, do Ministério da Igualdade Racial (MIR), cerca de 1.800 processos abertos (no Incra) para tombamento foram extintos pela gestão do Presidente Jair Bolsonaro.

Arrisco a dizer que mesmo com um governo de esquerda que reconhece as desigualdades presentes nas questões étnico- raciais, de gênero e de classe e que trabalha na implementação de políticas públicas e sociais que visam a promoção da equidade racial, as consequências de mais de 300 anos de escravidão ainda estão muito longe de serem erradicadas. Principalmente pela invisibilidade imposta as inúmeras contribuições da população escravizada na formação do território brasileiro. Pouco se é divulgado sobre o

conhecimento e a tecnologia de diversas etnias africanas inseridas nos diferentes setores da sociedade brasileira, que vão desde a construção e manejo dos engenhos de cana de açúcar e de farinha até as construções de edifícios renomados da arquitetura nacional. O que corrobora com o discurso da ministra Margareth Menezes que criticou o atraso no reconhecimento de terrenos de comunidades quilombolas e o racismo ainda existente no país. Apesar de previsto na Constituição Federal de 1988, atualmente existem apenas dois tombamentos nesse sentido: a Serra da Barriga (Quilombo dos Palmares), em Alagoas, e o Quilombo Ambrósio, em Minas Gerais. E só em 2023 o IPHAN passou a concentrar esforços para construir uma portaria para regulamentar o tombamento constitucional dos documentos e dos sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

1.2 Medicina popular associada ao conhecimento de povos tradicionais: conceitos, elementos e normativas.

Na história das civilizações são inúmeros os documentos que comprovam a utilização das plantas para fins medicinais. O livro mais antigo sobre o uso das ervas que se tem conhecimento, foi escrito pelo Imperador chinês Shen-Nung (3737-2697 a.C) e intitulado como Ten-ts'ao", considerado uma relíquia com registros de mais de trezentos remédios à base de plantas (Dunwah, 1992). Outra comprovação é o Papiro Ebers⁷ escrito no antigo Egito, datado de aproximadamente 1550 a.C, com mais de 800 fórmulas mágicas e remédios populares incluindo extratos e óleos vegetais (alho, girassol, açafraão...) e o uso de mel e cera de abelhas como veículo de absorção para os óleos usados (BRANDELLI, 2005).

Na antiga Grécia, grande parte da sabedoria sobre plantas deve-se a Hipócrates (460–377 a.C.), denominado o “pai da medicina”. Ele reuniu em sua obra *Corpus Hipocratium*, aproximadamente 70 livros fazendo uma síntese dos conhecimentos médicos de seu tempo e indicando para cada enfermidade um remédio vegetal e um tratamento adequado. Os gregos clássicos acreditavam que se o corpo humano estivesse em desequilíbrio por fatores externos como as mudanças climáticas ou por fatores internos como a ingestão descomedida de alimentos e bebidas, as doenças poderiam se instalar (BRANDELLI, 2005), (BRAGA & CAMARGO, 2005). Todo tratamento era baseado no equilíbrio, levando em conta o

⁷É um dos tratados médicos mais antigos e importantes que se conhece e se encontra em exibição na biblioteca da Universidade de Leipzig e foi batizado em homenagem ao monge alemão Georg Ebers, que os adquiriu em 1873.

temperamento do paciente, sua alimentação, doenças anteriores e o clima do país, fazendo um diagnóstico complexo para descobrir as causas da doença, e assim obter a cura (BORGHEZAN).

O Ayurveda⁸ é um sistema médico indiano considerado um dos mais antigos da humanidade, com uma história de cerca de cinco mil anos. Tendo como princípios a manutenção da saúde ea utilização de remédios para eliminar as causas da doença ao invés de suprimir os seus efeitos. Com uma extensa e complexa compreensão dos mecanismos de instalação das doenças, um de seus princípios é convergir ações para harmonização dos fatores que desequilibram o corpo (Deveza, 2013). A farmacologia da Ayurveda é uma vasta ciência que integra milhares de remédios à base de ervas, incluindo chás, sucos, banhos, cataplasmas, xaropes, tinturas, conversão de tintura para extrato fluido e seco, loções, sabonetes (sólidos e líquidos), óleos medicados, pomadas (verdadeiras e falsas) e ainda cremes (de limpeza e hidratantes) (D'ANGELO, CÔRTEZ, 2008).

O Ayurveda foi reconhecida pela OMS como medicina tradicional e o estímulo a regulamentação por seus estados membros foi em 2003, sendo inserida nos sistemas de saúde como TM (Traditional Medicine) ou CAM (Complementary Alternative Medicine). No Brasil a Ayurveda se inicia no estado de Goiás em 1983, mas somente em 2017 se incorpora como PIC (Prática Integrativa e Complementar) do SUS⁹.

Na Idade Média também há registros de muitas coleções e tratados como: “O Tratado Farmacêutico de Dioscórides”, conhecido em latim como: *De matéria medica* (sobre assuntos de medicina). Foi escrito por volta do ano 65 d.c. e conservado através dos séculos, na forma de fragmentos de papiros e manuscritos bizantinos (dos quais o mais antigo data do século VI). Ao acompanhar as legiões romanas por diversos países, Dioscórides se imbuíu de conhecimentos, que suscitaram que ele escrevesse uma magnífica obra com cerca de 600 plantas, 35 fármacos de origem animal e 90 de origem mineral. Com uma coletânea estritamente empírica, procurou desenvolver um método para observar e classificar os fármacos testando-os clinicamente. Sua obra foi amplamente traduzida, copiada, compilada

⁸Ayurveda em sânscrito significa “ciência da vida”, onde ayur significa vida e veda conhecimento ou sabedoria. Não é possível datar com exatidão a origem do Ayurveda e existem diferentes versões de seu surgimento.

⁹O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Constituição de 1988 com o objetivo de garantir o acesso à saúde para toda a população brasileira, de forma integral e gratuita. É um sistema que envolve ações de promoção, prevenção e assistência à saúde.

e divulgada no período medieval, exercendo grande influência até o século XVIII (Borghezan, 2015; Luna, 2016).

A Igreja católica teve um papel fundamental nos avanços científicos para com o uso das plantas medicinais e na concepção de medicina que se configurou nos primeiros séculos da Idade Média. Uma vez, que no interior dos mosteiros os monges traduziam e colocavam em prática as obras da antiguidade clássica como: as de Hipócrates, Dioscórides e outros.

Para João Luiz Fernandes Borghezan, os mosteiros viabilizaram a troca dos saberes de cura através das plantas por toda Europa:

Entretanto, não era só dentro dos mosteiros que a matéria médica tinha espaço. Os jardins dos mosteiros eram usados para plantar uma gama imensa de plantas medicinais para que os monges pudessem pôr em prática muito do que aprendiam nas bibliotecas, formulando técnicas e novas receitas para melhor tratar as doenças de seu tempo. É, também, pela comunicação existente entre esses mosteiros que se estendiam do sul ao norte da Europa, que plantas do mediterrâneo atravessam os Alpes chegando, assim, a lugares distantes (Borghezan, p. 93).

Numa época em que haviam pouquíssimos hospitais, os mosteiros se configuravam como um local de adeptos à caridade e uma das poucas possibilidades de obter cuidados médicos. As características dos atendimentos em saúde na Idade Média, eram de serem individualizados e no próprio lar, sendo os hospitais locais de exclusão de doentes com moléstias sem cura e contagiosas (Foucault, 1979).

Na Idade Moderna o famoso médico suíço Philippus Aureolus Theophrastus Bombastus Von Hohenheim (1493-1541), foi o responsável por ratificar uma visão holística dos cuidados com a saúde. Também conhecido como Paracelsus, foi o principal construtor da filosofia alquímica do século XVI. Foi o mentor da medicina natural copilando o conhecimento sobre plantas medicinais desenvolvido pela população. Na sua filosofia, a medicina estava fundada em quatro pilares: “a filosofia como conhecimento invisível das coisas, a astrologia ou determinação do influxo dos astros sobre a saúde do corpo; a alquimia que prepara fármacos capazes de restaurar o equilíbrio perturbado pela doença; e a ética ou virtude e honestidade do médico” (Simmons, 2004).

No Brasil o processo de colonização pouco considerou a sabedoria sobre as curas através das plantas dos povos originários e das populações escravizadas que vieram

trabalhar. Os primeiros anos da corte portuguesa em território brasileiro, foi marcado pela ausência de profissionais de medicina licenciados. Segundo Rabelo,2011:

No Brasil, os anos 1530 marcaram a chegada dos primeiros “cirurgiões barbeiros, boticários e seus aprendizes”, que traziam “caixas de botica” com “instrumentos de lancetar, sangrar, cortar e serrar, e mais os remédios”. Assim, a função de farmacêutico era exercida pelos portadores de tais “caixas”, os quais se tornaram “os primeiros ‘donos’ do ofício”. (Rabelo,2011, p. 4).

Vale ressaltar que apesar de não terem formação médica, esses agentes de cura cuidavam de feridas, assistiam problemas dentários, prescreviam remédios e dominavam as práticas da sangria e escarificações.

Este foi um momento em que curandeiros, parteiras e sangradores também exerciam suas práticas terapêuticas. A Historiadora Tânia Salgado Pimenta discutiu as modificações ocorridas nessas categorias, na passagem do Brasil Colônia para o Brasil Imperial - período assinalado por uma gama de agentes de cura, autorizados e não – autorizados. A partir do século XV vários documentos e normativas sobre às artes de cura e seus agentes foram produzidos e modificados, porém para que o ofício fosse realizado era necessária a autorização junto a Fisicatura-mor¹⁰.

Com a transferência da Família Real Portuguesa para o Brasil, em 1808, D. João VI estabeleceu os cargos de Físico-Mor e Cirurgião-Mor, que tinham a função de criar regimentos sanitários e expedir comunicados e alvarás para os representantes no Brasil. O governo reconheceu uma variedade de ofícios de cura e suas respectivas atividades, em que os médicos prescreviam remédios, os cirurgiões cuidavam das “moléstias externas”, e os boticários que faziam parte de uma classe elitizada, manipulavam e vendiam os medicamentos em boticas (Pimenta, 2003). As boticas geralmente se consolidavam em locais privilegiados e centrais nas vilas e cidades, ostentando um mobiliário de madeira, balcões de vidro, banquetas, boiões holandeses, livros da arte farmacêutica, quadros e locais de espera para elaboração de medicamentos, caracterizando em alguns locais um espaço de socialização (Figueiredo, 1991).Dependendo da ocasião o boticário era o único profissional

¹⁰A Fisicatura-mor era um órgão do governo português que regulamentava as práticas de cura em todo o império. Os mais variados praticantes dos ofícios de cura se remetiam à Fisicatura pedindo autorização para suas práticas. Como exemplos principais, temos: boticários, médicos, parteiras, curandeiros e sangradores. Este órgão se instalou no Rio de Janeiro em 1808, com a vinda da corte, e foi extinto em 1828.

disponível para auxiliar a população nos seus diversos problemas, estabelecendo-se assim um elo de confiança e amizade que extrapolava a relação entre cliente e fabricante/comerciante de remédios (Abreu, 2006)

Os sangradores eram os profissionais de cura, que eram autorizados a sangrar e aplicar sanguessugas e ventosas, já as parteiras eram figuras muito importantes que auxiliavam as mulheres na hora do parto, e os curandeiros, aqueles cuidavam de doenças “leves”, receitavam e aplicavam remédios feitos com plantas medicinais nativas e desempenhavam atividades menos prestigiadas. Havia uma hierarquia social entre os terapeutas populares, na qual os curandeiros estavam no mesmo patamar que os sangradores e parteiras, ocupando as posições mais baixas, enquanto médicos, cirurgiões e boticários se mantinham em um nível mais elevado. Essa hierarquia das artes de curar fez com que as atividades de atenção à saúde menos valorizadas pudessem ser exercidas por escravizados, alforriados e livres pobres (Pimenta, 2022).

A medida que a medicina de origem europeia passa a reivindicar o reconhecimento de única forma legal de cura, os terapeutas populares: curandeiros, parteiras e sangradores passam a ter suas funções destituídas. Mesmo não abrangendo o território nacional, a medicina acadêmica autorizada por lei preconiza uma redefinição das práticas de cura ditas não legais: *“Os curandeiros e os sangradores foram desautorizados, excluídos do conjunto de atividades legais. As parteiras foram desqualificadas para uma posição subalterna e tiveram as suas atividades apropriadas, o que serviu à expansão do mercado para os médicos”* (Pimenta, 2004, p. 68).

Houve uma progressão jurídica de combate ao exercício não autorizado da cura, inicialmente por regulamentos sanitários e depois pelas Constituições e Códigos Penais. Essas alterações legais para deslegitimar as práticas de cura foram se modificando ao longo do tempo e se intensificando na medida em que era formulada cada uma das Constituições (1831, 1934, 1937, 1946). Mas foi no período republicano com o Código Penal de 1890 que a perseguição aos curandeiros e a prática do espiritismo se acirrou, inserindo no capítulo dos crimes contra a saúde pública as práticas de cura:

Art. 156 – Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos e a arte dentária ou farmácia; praticar a homeopatia, a dosimetria, o hipnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos. Pena de prisão celular por um a seis meses e multa de 100\$ a 500\$.

Parágrafo único: pelos abusos cometidos no exercício ilegal da medicina em geral, os seus autores sofrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes a que derem causa.

Art. 157 - Praticar o Espiritismo, a magia e seus sortilégios, usar talismãs e cartomancias para despertar sentimento de ódio ou amor, inculcar curas de moléstias curáveis ou incuráveis, enfim, fascinar e subjugar a credulidade pública. Para os infratores foi prevista a pena prevista de 1 a 6 meses e multa de 100\$ a 200\$. Parágrafo 1º: se, por influência ou em consequência de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação ou alteração temporária ou permanente das faculdades psíquicas, penas de prisão celular de 1 a 6 meses e multa de 200\$ a 500\$. Parágrafo 2º: em igual pena e mais a privação do exercício da profissão por tempo igual ao da condenação incorrerá o médico que diretamente praticar das artes acima referidas ou assumir responsabilidade por elas.

Art. 158 – Ministrando, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para o uso interno ou externo e sob qualquer forma preparada, substância qualquer dos reinos da natureza, fazendo ou exercendo assim, o ofício denominado de curandeiro. Penas de prisão celular de 1 a 6 meses e multa de 200\$ a 500\$. Parágrafo único: se, por influência ou em consequência de qualquer destes meios, resultar ao paciente privação ou alteração temporária ou permanente das faculdades psíquicas, penas de prisão celular de 1 a 6 meses e multa de 200\$ a 500\$. Se resultar em morte: pena de prisão celular por um a seis anos

Como a República havia sido proclamada por um grupo que pretendia laicizar o Estado Brasileiro, era imprescindível que o exercício de praticar a medicina fora da perspectiva colonial se tornasse inaceitável pela população. Nessa conjuntura os artigos 156, 157 e 158 do Código Penal veio incidir diretamente sobre os curandeiros, que praticavam ou não o espiritismo e a magia, possibilitando que fossem perseguidos e processados por prática ilegal da medicina (Maggie,1982)

Os Códigos Penais brasileiros passaram por alterações ao longo do tempo no que diz respeito ao exercício ilegal da medicina e seus praticantes. Cabe destaque para o artigo 284do Código Penal de 1940, que trata o crime de curandeirismo no rol de crimes contra a saúde pública, e estabelece como crime de curandeirismo:

Art. 284 – Exercer o curandeirismo:
 I – Prescrevendo, ministrando ou aplicando habitualmente qualquer substância;
 II – usando gestos, palavras ou qualquer outro meio;
 III - fazendo diagnóstico
 Pena - detenção, de seis meses a dois anos
 Parágrafo único - Se o crime é praticado mediante remuneração, o agente fica também sujeito à multa. (BRASIL, 1940).

Fica evidente que esse dispositivo legal visou ampliar as possibilidades de enquadramento dos praticantes das artes de cura que se utilizavam de gestos e rezas, como as rezadeiras, massagistas, ervateiros, benzedeiros, macumbeiros e os farmacêuticos que receitassem remédios e tantos outros não diplomados como curandeiros (Farias, 2015). Neste período, ocorreu a criação do Sindicato dos Médicos, dos Conselhos de Medicina e da Associação Médica Brasileira e uma progressão das faculdades de medicina. Mesmo com o aumento no número médicos formados, a quantidade ainda era incipiente para amparar a população dos centros urbanos, ficando mais escasso para os locais de difícil acesso e os isolados por barreiras geográficas.

E o termo prática de cura foi associado ao “exercício ilegal da medicina¹¹” e empregado no período do Brasil – Império, aos curandeiros, feiticeiros e demais atores que faziam uso da medicina popular, prosseguindo até o período republicano (Figueiredo, 2008; Sampaio, 2001, 2003; Nogueira, 2013; Weber, 1999). Dado que, a população de ex-escravos e suas manifestações culturais e religiosas, não eram bem-vistas pelas classes elitistas, que faziam de tudo para invisibilizá-las. Um crescente movimento de centralização dos poderes Estatais, o aumento do autoritarismo e uma expansão dos serviços de saúde oficiais oferecidos à população foram fatores determinantes que contribuíram, para se instituir a criminalização das práticas populares de cura. Nesse sentido, Farias (2015, p.52) explica: *“havia uma preocupação das autoridades políticas com as condições de higiene, alimentação e saúde da população mais pobre, mas também havia a necessidade da ampliação do controle sobre o corpo dos indivíduos, a sua disciplinarização”*. Nessa conjuntura vários mecanismos regulatórios para com os cuidados com a saúde da população são criados, ascendendo uma medicina que tem sua essência na saúde pública e no controle do indivíduo, normatizando a vida por meio da política, fundamentada no conceito de biopoder definido por Michael Foucault (1979) como essa relação de poder entre o Estado e a população.

Aos poucos os agentes de cura começam a ganhar mais notoriedade, tanto pelos feitos de cura, como pela crença de que somente eles conseguiriam combater as doenças da alma, que são desconhecidas pelos médicos, tornando os mesmos incapazes de curá-las

¹¹O Código Penal de 1890: “Parágrafo único: Pelos abusos cometidos no exercício ilegal da medicina em geral, os seus atores sofrerão, além das penas estabelecidas, as que forem impostas aos crimes que derem casos”

(LOYOLA, 1984). Nessa perspectiva os agentes de cura embasados na religiosidade, adquirem um significado importante dentro do processo saúde-doença, pois oferecem, tratamentos que não são possíveis dentro do modelo da medicina oficial. Mesmo com esse reconhecimento por parte da população e o amparo legal baseado na Constituição Federal de 1988 que trata da garantia do direito à liberdade religiosa como fundamental, os agentes de cura ainda podem ter suas práticas enquadradas no crime de curandeirismo. Isso se dá pelo fato de diversas religiões, incluindo as de matriz africana, estabelecerem rituais de cura com determinados atos e gestos como: benzimentos, imposição das mãos, rezas, receitas de remédios a base de ervas e outros para promoção da cura, que estão tipificados na legislação vigente como crime. Esse conflito de legislações gera para o ordenamento jurídico brasileiro debates, correntes de pensadores jurídicos e uma jurisprudência, que para Souza, 2022:

[...] seguindo o entendimento da doutrina jurisprudência especializada a respeito do tema dos atos que configuram o crime de curandeirismo, determinados atos, como gestos ou rezas utilizadas em rituais de cura, não podem ser considerados crime, já que não geram efeitos prejudiciais à saúde e constituem atos de fé de determinadas religiões, onde as pessoas acreditam na possibilidade de cura. No entanto, não podemos aplicar a mesma ideia quando o agente realiza diagnósticos ou aplica substâncias na vítima, pois são atos que trazem perigo à saúde pública, que é o bem tutelado pelo dispositivo legal. Por fim, caberá ao julgador analisar quando determinado ato realizado pelo agente será configurado como crime ou mero ato de fé que faz parte da liturgia de culto de sua religião, pois o artigo 284 do Código Penal, o qual prevê o crime de curandeirismo, é genérico ao definir quais atos devem ser realmente criminalizados, já que muitos dos atos descritos no dispositivo, como o uso de gestos para a realização da cura, são comumente praticados em diversas religiões.

Em um país com proporções continentais em que a realidade para muitas comunidades tradicionais se configura em um deslocamento de horas a pé e até mesmo dias de barco para um primeiro atendimento básico em saúde, é primordial e às vezes o diferencial entre viver e morrer o atendimento por um agente de cura. É sabido que esses agentes de

cura se deparam frequentemente, com os mesmos sintomas que os médicos, conforme comprovam diversas pesquisas (Puttini, 2008; Laplantine, 1989; Loyola, 1984). Assim, não se pode ignorar a questão da doença e da cura na cosmologia das religiões considerando seus rituais e a prática de seus agentes.

1.3 Processos de institucionalização da Medicina tradicional e experiências de patrimonialização.

A política federal de patrimônio cultural surge com a sanção do Decreto-Lei 25/1937, se caracterizando como mais uma política implementada sem abarcar a cultura negra, visto que o conceito de patrimônio estava enraizado nas grandes obras e nos monumentos. O Decreto cria o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e o tombamento como instrumento de proteção e preservação do patrimônio, cujos critérios usados para o tombamento eram de exclusividade da equipe técnica do órgão, que tinham por excelência a arquitetura religiosa e a arquitetura civil, priorizando o valor monumental. Sem levar em conta os valores atribuídos a cultura afrodescendente, seus costumes, modos de fazer e viver e sua relação com o território.

A gestão de Mário de Andrade a frente do SPHAN abarcou uma visão plural da cultura brasileira, buscando identificar e valorizar as tradições populares através dos inventários, assim, o patrimônio imaterial passou a ser objeto de análise. Já no período de 1937 a 1967, a figura de Rodrigo Melo Franco de Andrade diretor-fundador do Spahan, se destaca por muito contribuir na temática da preservação atrelada à restauração arquitetônica. Durante os primeiros trinta anos da instituição, arte era concebida a partir de critérios que priorizavam a beleza plástica e as formas artísticas, orientada por uma maioria de arquitetos ligados ao Movimento Modernista que deslumbravam a arte e a arquitetura colonial, como uma expressão de uma verdadeira “identidade nacional” (motta; Silva, 1998), deixando de lado o patrimônio negro suas manifestações culturais.

O SPHAN pouco utilizou o instrumento do tombamento para salvaguardar o patrimônio afro-brasileiro¹². Convém, contudo, destacar o tombamento da Coleção do

¹²Compreende-se por patrimônio afro-brasileiro, o conjunto de bens físicos e simbólicos que individualizaatribui um sentido coletivo a culturaneagra (SANTOS, 1997). Para este estudo será atribuído o conceito de patrimônio afro-brasileiro como sinônimo de “patrimônio cultural negro” e de “patrimônio das culturas afrodiáspóricas”.

Museu da Magia Negra da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro em 1938. Formado por indumentárias e objetos apreendidos nos terreiros, constituído de forma violenta e preconceituosa, o acervo foi inscrito no Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. À época de sua constituição, os artigos 156, 157 e 158 do código penal de 1890 criminalizava a prática ilegal da medicina, a magia e o charlatanismo. Assegurando a polícia o direito de perseguir o que considerava o “falso ou baixo” espiritismo, qualificando os cultos afro-brasileiros como crime. No rastro das memórias que foram interdidas na história dos patrimônios da religiosidade negra, Abdias Nascimento descreve:

Nossa historiografia tem obedecido às normas da visão greco-romana do mundo, que define a cultura exclusivamente pela experiência europeia, assim omitindo mais de dois terços do globo. Em decorrência desse fato, os dirigentes do país têm dividido a herança cultural brasileira em duas: uma “civilizada”, a preservar; e outra “bárbara”, a esquecer. A política cultural dominante no Brasil, com relação aos bens da cultura africana e indígena no país, tem reproduzido de forma beata o comportamento dos poderes coloniais europeus no continente da África. Desrespeitando seu valor epistemológico, espiritual, teológico e filosófico, os dirigentes de tal política tradicional relegam esses bens – geralmente furtados de maneira violenta – a instituições como o Museu da Polícia do Rio de Janeiro, onde muitos objetos religiosos afro-brasileiros, colhidos em batidas policiais nos terreiros, são exibidos para “comprovar cientificamente” a criminalidade inata do povo de descendência africana, ou para fundamentar sua “tendência natural à violência”. (Nascimento 1982, p. 37).

A coleção ficou alocada no Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, mesmo após a prática aos cultos de matriz africana não ser considerada mais crime. Quase um século depois, em 2020, o movimento “Liberte o nosso Sagrado” organizado por líderes religiosos de matriz africana conseguiu após três anos de mobilização e negociação que o acervo fosse transferido para o Museu da República com nome de “Nosso Sagrado”. Essa transferência permitiu ao acervo um zelo cultural referendado na memória, seguindo todos os valores e ritos sagrados de que é legítimo. Por meio de um grupo de trabalho formado por zeladores de santo, com uma forte presença feminina, para a gestão compartilhada do tratamento dos objetos (Versiani, 2021).

Outro exemplo de acervo reivindicado e oriundo da violência contra as religiões de matriz africana, é a Coleção Estácio de Lima, denominada inicialmente como coleção Nina Rodrigues¹³. O acervo era diversificado e foi misturado a itens incorporados dos trabalhos

¹³Cabe destacar que, o médico Nina Rodrigues (1862-1906) fundou a Antropologia criminal e é um dos principais disseminadores da ideia de relacionar o candomblé com distúrbios mentais. Ele teve grande prestígio

de medicina legal (como órgãos mutilados, fetos e restos mortais recolhidas por médicos legistas) classificados como crime e a contravenção. Essa coleção de objetos sagrados afro-brasileiros, constituída de paramentos, instrumentos religiosos, ícones e objetos sagrados do culto do candomblé ficou abrigada no prédio da Faculdade de Medicina da Bahia ao lado de máscaras mortuárias de cabeças de cangaceiros degolados, que se mantiveram em réplicas de cera mesmo depois do sepultamento (Serra, 2006, p. 311). Em 1950 a antiga coleção Nina Rodrigues passa a ser exposta em prédio anexo ao Instituto Médico Legal Nina Rodrigues sob a alcunha de Museu Antropológico Estácio de Lima. Em 2009 após uma ação conjunta de líderes religiosos, Secretaria de Promoção da Igualdade/SEPROMI e Universidade Federal da Bahia/UFBA, a coleção fora transferida para o Museu Afro-brasileiro da referida universidade (MAFRO/UFBA). Integrando aos 200 objetos que constituíam a coleção uma narrativa histórica condizente com a diáspora africana (Pereira, 2017).

A Serra da Barriga que fica situada no Estado de Alagoas foi tombada em 1986 e inscrita no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Histórico pelo IPHAN, abrigou o Quilombo dos Palmares, maior quilombo das Américas e relevante representação de resistência ao colonialismo predatório e a escravidão. Segundo Brandão (2020) esse tombamento influenciou a dimensão de reparação que a categoria quilombo receberia na Constituição Federal de 1998 (CF/88).

Ainda se tratando de patrimônio afro-brasileiro (SANTOS, 1997; VELHO, 2006), cabe destacar o tombamento em 1984 do Terreiro de Candomblé Casa Branca situado na cidade de Salvador, Bahia, primeira casa de candomblé reconhecida no Brasil. O processo intensificou os debates na esfera do patrimônio, que segundo Gilberto Velho - chefe do Departamento de Antropologia do Museu Nacional e relator do processo de tombamento, foi o primeiro reconhecimento por parte do IPHAN¹⁴ (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) a valorizar a cultura afro-brasileira. Caracterizando a essência imaterial

na Medicina Legal e Psiquiatria associada à criminologia e também à Etnologia. Por sua vez, Estácio Luiz Valente de Lima (1897-1984), era médico e dirigiu o Instituto Médico Legal Nina Rodrigues, sendo considerado continuador das pesquisas de Nina Rodrigues. Em sua gestão à frente do Instituto foi contrário ao processo dedesincorporação de itens controversos que integravam o acervo: cabeças mumificadas de Lampião e Maria Bonita (entregues aos familiares em 1959) e de outros cangaceiros (entregues aos familiares em 1969). Foi autor de obras teóricas e científicas e de ensaios, escrevendo *O mundo estranho dos cangaceiros* (1965) e *O mundo místico dos negros* (1975).

¹⁴A sigla IPHAN será utilizada, genericamente, quando se referir ao órgão federal de preservação do patrimônio brasileiro, abrangendo as nomenclaturas assumidas desde a sua criação: SPHAN (1937), DPHAN (1946), IPHAN (1970), SPHAN (1979), IBPC (1990) e IPHAN (1992)

e subjetiva do terreiro, prevalecendo o conceito de um espaço social e simbólico (Velho, 2006, p. 238).

Com pressões internas de diversos segmentos sociais e um cenário internacional favorável a salvaguarda das culturas tradicionais e populares, tem-se a promulgação da CF/88 que absorve nas políticas culturais parte das reivindicações por reconhecimento social e por reparação. A CF/88 aumentou o rol de bens que integram o patrimônio cultural brasileiro e responsabilizou o Estado pelo acesso e pleno exercício das manifestações das culturas populares dos indígenas e afro-brasileiros. Além de proteger através do tombamento todos os documentos e sítios pertencente aos antigos quilombos, na forma dos Artigos 215 e 216:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

[...]

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

[...]

§ 5º - Ficam tombados todos os documentos e os **sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos** (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Artigo 215 e 216, grifo autora).

Como aponta Brandão (2020), a valorização do patrimônio cultural esteve profundamente articulada com as disputadas de memória na sociedade brasileira. Segundo Chuva (2017), as agências brasileiras de preservação (nos planos federal, estadual e municipal) começaram a enfrentar demandas para proteção e valorização das artes e dos ofícios cultivados por setores populares, populações afro-brasileiras e nações indígena, pois:

Naquele momento, o que estava em jogo era a plena inclusão dessas camadas da sociedade no processo político formal, no sentido de reconquistar seus direitos de cidadania. Suas demandas, amplificadas pela redemocratização do país, estimularam uma revisão crítica dos valores que

ao mesmo tempo fundamentavam e eram promovidos pelas políticas públicas de patrimônio (Chuva, 2017, p.90).

Isso se refletiu na área da saúde quando estudos etnofarmacológicos que destinam-se a resgatar o conhecimento popular relacionado ao uso de plantas medicinais, calcados na experiência mantida nos conhecimentos preservados por sociedades tradicionais, foram pauta da das reuniões da Organização Mundial da Saúde (OMS). A OMS reconhece o subsídio da medicina tradicional (ou popular) na prestação de assistência social, principalmente para as populações que possuem acesso limitado aos sistemas de saúde. E por isso solicitou aos estados-membros que intensificassem a cooperação entre os praticantes da medicina tradicional e os da assistência sanitária moderna. Observada a intensificação da ausência de medicamentos principalmente em ambientes rurais e de difícil acesso, é proposto o uso de terapias alternativas/complementares nos cuidados com a saúde. Essas orientações para a valorização do conhecimento tradicional, foram apresentadas no cenário internacional em 1978 na Assembleia de Alma-Ata, na República do Cazaquistão e serviu de base para os movimentos de reforma sanitária em escala mundial. Países em desenvolvimento como o Brasil, tiveram base para planejar e implantar ações e medidas para modernizar seu sistema de saúde, provocando a reforma sanitária na década de 1980.

A 8ª Conferência Nacional em Saúde (CNS) que ocorreu em Brasília em 1986, caracterizou-se pela participação popular, com representação de diferentes setores da sociedade. Até então nunca havia acontecido uma conferência de saúde na qual a população em geral, tivesse espaço para participar dos projetos e propostas de saúde pública. A participação da sociedade civil suscitou significativas mudanças políticas no campo da saúde e do bem-estar social, delineando os traços embrionários de um sistema de saúde capaz de suprir as demandas, que mais tarde se concretizou na formação do nosso Sistema Único de Saúde (SUS¹⁵).

Já na 10ª Conferência Nacional em Saúde, realizada no ano de 1996, foram englobadas as terapias alternativas e práticas populares e recomendada a incorporação das mesmas pelo SUS. Esses eventos e outros desdobramentos contribuíram para a legitimação

¹⁵O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Constituição de 1988 com o objetivo de garantir o acesso à saúde para toda a população brasileira, de forma integral e gratuita. É um sistema que envolve ações de promoção, prevenção e assistência à saúde.

e a institucionalização da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), no SUS (Brasil, 2006). As diretrizes e responsabilidades institucionais contempladas na PNPIC foram percussoras da implantação/adequação de ações e serviços de medicina tradicional, desencadeando o desenvolvimento de políticas, programas e projetos nas diversas instâncias governamentais, para institucionalização das práticas alternativas e complementares no SUS.

Inicialmente, teve-se a aprovação de 05 Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS), sendo que no ano de 2017 houve a ampliação de mais 14 e em 2018 de mais 10, totalizando hoje 29 práticas aprovadas por meio de políticas de saúde pública e outros marcos regulatórios. Cabe problematizar que nem 10% desse quantitativo está disponível nas unidades hospitalares, limitando o acesso a população mais carente. Além de alguns reveses como grande desconhecimento por parte dos pacientes e carência de regulamentações adequadas e justas para os profissionais fazem com que as PICS não alcancem de forma igualitária a população brasileira.

De acordo com a OMS essas terapias não são substitutivas aos tratamentos biomédicos convencionais, sendo indicados como complementares, estimulando o uso de métodos naturais de prevenção e recuperação. É uma visão mais ampliada do processo saúde-doença explorando a promoção da saúde na integração do ser humano com a natureza (São Paulo, 2021). Corroborando para tal visão, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, aprovada também em 2006, teve com objetivos e ações para toda a cadeia produtiva de plantas medicinais e de fitoterápicos. Considerada um marco legal que desencadeou a criação do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápico (PNPMF), por meio da Portaria Interministerial Nº 2.960/08. Esse trata a medicina tradicional e a medicina convencional com proximidade e está baseado em um modelo de desenvolvimento sustentável que preconiza a diversidade biológica dos biomas brasileiros. O PNPMF é arquitetado em cima de ações, diretrizes e subdiretrizes direcionadas à cadeia produtiva das plantas medicinais e fitoterápicos, levando em consideração o conhecimento tradicional. Como é o caso da subdiretriz 10.3 *“Promover ações de salvaguarda do patrimônio imaterial relacionado às plantas medicinais (transmissão do conhecimento tradicional entre gerações)”* (PNPMF, 2009, p.48), que reconhece a perpetuação dos saberes através da oralidade e o viés cultural imbuído no conhecimento que envolve as práticas da medicina tradicional.

No âmbito da validação e do reconhecimento o Programa traz propostas inclusivas a legislação patrimonial federal quando propõem: “*Criar sublinha de ação denominada “Saberes e práticas relacionados às plantas medicinais e remédios caseiros” na linha de ação “Sistemas Agrícolas Tradicionais” do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan*” (PNPMF,2009, p.51). Essa associação entre cultura e saúde pode ser observada em outros pontos do PNPMF, quando se reconhece a origem e o sustento das práticas de cura da medicina tradicional nos saberes ancestrais e na divisão de responsabilidades entre os órgãos da cultura e de saúde. Porém, convém ressaltar que, na área da cultura o processo de salvaguarda não chancela a eficácia farmacológica dos produtos da medicina tradicional e nem garante a comercialização no mercado formal. Então essa transposição se torna mais uma estratégia política que abre espaço para uma reivindicação popular, mas com falhas legais que tendem a impedir a integração dos agentes de cura e de seus produtos na cadeia produtiva (SILVA, 2012).

Embora o PNPMF apresente conexões entre os conteúdos dos saberes da medicina oficial e da medicina tradicional, há pouco detalhamento nas premissas referentes a fabricação e a comercialização das plantas medicinais e seus produtos”, quando contrastado com os fitoterápicos. Isso faz com que os grupos populares que visam proteger e compreender seus direitos como detentores do conhecimento tradicional/ popular sobre a produção de remédios caseiros à base de plantas medicinais, lancem mão da política cultural para assegurá-los (RIBEIRO, 2014), isto é, enquanto direito à cultura.

Esse foi o caso da reivindicação do reconhecimento como patrimônio imaterial das práticas de cura pela Rede Fitovida, que é uma organização da sociedade civil, que inicialmente era formada por pequenos grupos comunitários majoritariamente constituídos por mulheres. Esses grupos se reuniam com o objetivo de trocar experiências sobre os usos terapêuticos das plantas medicinais e a fabricação de remédios caseiros. A Rede Fitovida conta com apoio de igrejas predominantemente católicas na promoção de suas práticas. Com adesão de trabalho voluntário, a Rede defende a premissa que a transformação social se dá através da tessitura dos laços de solidariedade entre seus integrantes (Rodrigues, 2007). A Rede Fitovida foi se fortalecendo e atualmente comporta cerca de 500 pessoas entre raizeiros e mateiros, que se reúnem em espaços para trocas e intervenções em hortas, hortos, cozinhas, quintais e mercados, além de organização e participação de eventos e seminários (RIBEIRO, 2022).

Casa da Memória da Rede Fitovida foi reconhecida como ponto estadual de cultura em 2009, aprovado a partir de um edital da Secretaria Estadual de Cultura no município de Belford Roxo. Considerada um centro de referência para grupos comunitários de saúde articularem ações de salvaguarda sobre seus conhecimentos e práticas relacionados ao uso das plantas medicinais, além de ser um local de guarda de todo o acervo com mais de 10 anos de auto inventariamento. Se tornando um “lugar de memória” para os grupos que integram a Rede, com ênfase na perpetuação das tradições dos guardiães dos saberes de identificação e classificação das plantas medicinais e seus usos como remédios caseiros. Os integrantes da Rede são conhecidos como referências culturais e agentes do conhecimento tradicional, pois fazem alusão às suas mães e avós como as depositárias ancestrais da medicina tradicional. As histórias de vida, os relatos de cura com os remédios caseiros, os ensinamentos obtidos com os pais e avós são constantemente registrados por meio de entrevistas e atividades das principais referências culturais da Rede (Simão, 2019).

Para legitimar os saberes e as práticas tradicionais com plantas medicinais, em 2004 se inicia junto ao IPHAN o processo de registro como patrimônio e bem cultural de natureza imaterial. Sendo a primeira instituição a realizar seu próprio inventário, as dificuldades foram muitas, principalmente em relação a implantação do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). As lideranças da Rede Fitovida assinaram o Termo de Cooperação junto ao DPI/Iphan para utilização da metodologia INRC, a fim de levantar, sistematizar e documentar os conhecimentos tradicionais do uso das plantas medicinais pelos grupos comunitários de saúde associados à Rede Fitovida no estado do Rio de Janeiro. No entanto, o custo para implantação do inventário em toda extensão da Rede foi alto, dado pela extensão da Rede e pela logística em implementar um procedimento multifacetado que foi idealizado para ser efetuado por técnicos.

Para arcar com os custos foi criado um projeto cultural por intermédio da Cáritas Diocesana de Nova Iguaçu, que com o financiamento da Petrobras possibilitou a execução dos procedimentos burocráticos para o cadastramento do projeto, segundo os critérios da Lei Rouanet. Também foi realizada uma capacitação das principais lideranças da Rede por técnicos do IPHAN para execução do INRC. Dada a metodologia disseminada em toda a Rede, o grupo encontrou muitas adversidades principalmente na interpretação das suas categorias. Em razão da falta de domínio da linguagem do INRC e de conhecimentos de recursos de informática, necessários para registrar os saberes e práticas de cura dentro das

categorias do INRC. Mesmo com os impasses a Rede Fitovida concluiu o inventário e entregou ao IPHAN para submissão ao pedido de registro.

Após sete anos de avaliação, o parecer técnico emitido pelo instituto posicionava-se contrário ao registro. Dentre as justificativas, ressaltou-se a opção da Rede Fitovida por inventariar os produtos utilizados nas práticas de cura, enquanto no entendimento do IPHAN os bens culturais inventariados deveriam evidenciar os processos o conhecimento das matérias-primas e o modo de manipulação. Uma nova demanda de recursos orçamentário será necessário para realizar a reformulação dos bens a serem inventariados. Era, portanto, um fator limitante que comprometia a continuidade do processo de patrimonialização da “medicina popular” pela Rede Fitovida. Ressalta-se que esse processo foi relevante, também, por sua significação política, isto é, para legitimação da medicina tradicional. Pode-se fazer variadas interpretações no tocante à implantação do INRC e à captação de recursos (Silva, 2012).

A partir do processo de patrimonialização dos saberes e da aproximação com o IPHAN, a Rede Fitovida chegou até Departamento de Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente e, com base nessa interação, passou a integrar o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, limitado ao papel de espectadora, como representante da população do bioma Mata Atlântica. Vale destacar que a Rede Fitovida e seus agentes associados buscaram outros instrumentos de reconhecimento, sem abandonar suas crenças. Com tantos conhecimentos produzidos, a Rede retomou ao processo de patrimonialização e concluiu em 2018a documentação do inventário revisto:

Este segundo processo de auto inventariamento durou cerca de cinco anos. Todo esse material (fichas do levantamento preliminar – anexos bibliográficos, audiovisuais, de bens culturais e contatos – e fichas de identificação, de sítio e localidade; relatório de atividades; abaixo-assinado dos integrantes da Rede dando a sua anuência para o processo e solicitando o registro de suas práticas; relatórios dos encontros da partilha, livros e materiais produzidos pela própria Rede; além de teses, dissertações e artigos escritos por pesquisadores colaboradores) foi revisado e entregue ao Iphan para seguir os trâmites institucionais para instrução do processo de Registro. Foi elaborada uma carta dos representantes legais da Associação ao presidente do Iphan, encaminhada com toda a pesquisa,

solicitando o reconhecimento desses saberes tradicionais sobre o uso e a manipulação das plantas medicinais (Simão, 2019, p. 142).

Além da Rede Fitovida temos outras instituições que buscam o reconhecimento dos saberes em cuidados com a saúde e seus agentes de cura, como a Rede Pacari – Plantas Medicinais do Cerrado. Resultado de um trabalho de pesquisa popular de plantas medicinais nos estados de Tocantins, Maranhão, Minas Gerais e Goiás, a partir de 2018 passou a se chamar Articulação Pacari¹⁶ – Raizeiras do Cerrado. O coletivo se propõe em realizar um levantamento preliminar do ofício de raizeiros (as) do Cerrado afim de identificar o uso popular e tradicional de plantas medicinais usadas por esses agentes de cura. Esta autorregulação da “medicina popular do cerrado” reivindica igualmente o reconhecimento do ofício de raizeiros (as) do Cerrado como patrimônio imaterial, e propicia projetos de geração de trabalho e renda com a produção de fito cosméticos à base de plantas regionais. É de autoria de 262 atores sociais, entre raizeiros (as) e representantes de farmácias caseiras e/ou comunitárias. Essa coletânea busca o incentivo à prática da medicina tradicional e salvaguarda dos saberes sobre o uso e manejo sustentável de plantas medicinais do bioma cerrado.

A Articulação Pacari se baseia em legislações ambientais para sua reivindicação, especificamente, a Medida Provisória 2.186-16/01, que depois veio a ser substituída pela Lei da Biodiversidade (Lei n 13.123, de 20 de maio de 2015). Essa Medida Provisória reconhecia e protegia o conhecimento tradicional associado e regulamentava a repartição dos benefícios pela utilização do patrimônio genético. Embora o conhecimento tradicional associado estivesse assegurado legalmente, o Departamento do Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente reconheceu que a publicação acarretava fragilidade ao mesmo. Pois uma vez publicados, os conhecimentos tradicionais estariam sobre as regras do domínio público.

Para amenizar essa inconsistência jurídica a Articulação Pacari iniciou o processo de registro como Bem Cultural de Natureza Imaterial, conforme Decreto n° 3551/2000, do Ofício das Raizeiras e Raizeiros do Cerrado, através do processo 01450.010388/2006-15. Para tanto em 2009 foi realizado um convênio no valor de 1200.000,00 entre IPHAN e a

¹⁶ A Articulação Pacari é uma rede socioambiental do bioma cerrado integrada por organizações comunitárias que praticam a medicina popular através do uso sustentável dos recursos naturais.

Casa Verde para realização do levantamento preliminar e participativo de informações sobre o ofício de raízeiras e raízeiros do Cerrado. Em processo de instrução para o registro dentro do IPHAN, o Ofício das Raízeiras e Raízeiros do Cerrado aguarda 8 anos, mesmo sendo de um trabalho formalizado por uma rede conceituada e com aporte financeiro e intelectual.

Para além das políticas culturais, a PNPMF dá respaldo às atividades da Rede Fitovida e da Farmacopéia do Cerrado, no entanto se alinha com o setor industrial, quando ressalta em seus objetivos “garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional” (Brasil, 2006). As expressões - “Acesso seguro” e “uso racional” se referem a necessidade de que evidências científicas comprovem os efeitos terapêuticos das plantas medicinais e que seu uso não pode ser somente referendado pela tradição e pela oralidade. Logo, fica evidente que para resguardar saberes que estão dentro de pequenas comunidades tradicionais, que se encontram desarticuladas desses raríssimos movimentos em prol do reconhecimento e da patrimonialização dos saberes da medicina tradicional, é necessário outros mecanismos legais e articulações.

Daí o enfoque nas consequências da morosidade de respostas desses dois processos de patrimonialização junto ao IPHAN. Com políticas públicas federais que denotam entraves burocráticos, há possibilidade de recorrer as esferas estaduais e municipais, como ocorreu na cidade de Rebouças no estado do Paraná. Um projeto de Mapeamento Social das Benzedeiras dos municípios de São João do Triunfo e Rebouças foi realizado pelo Movimento dos Aprendizes da Sabedoria¹⁷ (MASA). Com objetivo principal de organizar as comunidades para a valorização e o resgate do conhecimento popular sobre as plantas medicinais, bem como os chamados ofícios tradicionais de saúde popular exercido pelos: curandeiros, benzedeiras, benzedores, costureiras(os) de rendidura, massagistas tradicionais, remedeiros e parteiras.

¹⁷O MASA é um coletivo que atua na região centro sul do estado do Paraná, abrangendo os municípios de Irati, Rebouças, São João do Triunfo e Rio Azul. É um movimento social atuante há dez anos que conseguiu através de articulação política a aprovação de três leis municipais de reconhecimento de suas práticas e uma lei estadual para a abertura de um parque municipal para proteção de nascentes de água sagradas para as benzedeiras e viveiro municipal comunitário com plantas medicinais.

O próprio fato de reexistir, e de se ressignificar ao longo dos anos, apesar do avanço da medicina guiada pelo lucro das indústrias farmacêuticas, faz do ofício da benzeção uma prática insurgente.

O MASA tem apontado para os riscos que o ofício está enfrentando, que vão desde o uso de agrotóxico, da contaminação/poluição ambiental, da disputa territorial ou dificuldade de acesso ao território, até a intolerância religiosa. O grupo utiliza a metodologia da cartografia social, muito usada para analisar e problematizar os aspectos de conflito por território com a participação direta da sociedade. Esse trabalho se desdobrou no Mapeamento Social das Benzedeadas, que apontou a localização e a identificação dos diversos ofícios tradicionais presentes, inicialmente no município de Rebouças (2009), que mapeou 133 ofícios, e depois em São João do Triunfo (2011), com 163 detentores, e Irati (2017), com 187 ofícios tradicionais de cura religiosa e saúde popular. Vários encontros comunitários e oficinas culminaram na aprovação pela Câmara Municipal de Rebouças em 2010 da Lei n.1.401/2010 que reconhece os conhecimentos das benzedeadas como ofício tradicional de saúde popular. A regulamentação da lei que é pioneira no assunto no país, proporcionou as Benzedeadas um reconhecimento em relação aos saberes relacionados à saúde pública e garantiu a coleta e o uso das plantas medicinais nativas livremente (FÜHR, 2016). Esse reconhecimento oficial colaborou para a construção de políticas públicas de reconhecimento e fortalecimento dos ofícios tradicionais no campo do patrimônio imaterial.

A criação da carteirinha de benzedeadas por essa legislação foi um passo importante, pela seguridade e legitimidade ao trabalho, pois este, credita o ofício de benzedeadas pelos órgãos de saúde, dando liberdade ao mesmo.

No entanto nos últimos anos vem crescendo várias iniciativas que apoiam e tentam preservar os cuidados populares com a saúde e as curas através das ervas. Essas iniciativas estão sendo criadas e coordenadas por líderes religiosos, instituições de pesquisas, Universidades, Movimentos Sociais e Ongs, que começam a conseguir adesão da população e do poder público, como exemplificarei a seguir algumas que caminham nessa perspectiva.

O Projeto Jardim das Ervas Sagradas, que consiste em um trabalho de educação ambiental, de divulgação da importância e dos usos das plantas medicinais e de combate ao racismo religioso, criado pela Yalorixá Luizinha de Nanã. Um dos objetivos é plantar ervas medicinais sagradas às margens do canal do rio Piaí, em Sepetiba, na zona oeste do Rio de

Janeiro. Além do plantio de outras espécies vegetais que funcionarão na contenção das águas do canal e que agirão na diminuição da poluição.

A Yalorixá Luízinha de Nanã abre seu terreiro de candomblé à comunidade, para debates sobre as plantas medicinais em encontros semestrais, com uma programação variada de palestras, oficinas, danças populares, exposição fotográfica, apresentações artísticas e distribuição de mudas de plantas medicinais. Também são realizadas lives pelos canais de divulgação do projeto, que tratam de temas como segurança alimentar e racismo religioso.

O projeto conta com as parcerias do Movimento Baía viva, Movimento Terreiros sustentáveis, Teia de Solidariedade da Zona Oeste, Casa Ancestral Mulheres de Pedra, Grupo de Pesquisa Saúde Ambiental e Saneamento da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e da Cooperação Social da Fiocruz para atividades que possam recuperar a área do Canal do Piaí.

O Projeto “Etnobotânica Participativa: conservação e desenvolvimento local no Parque Estadual Serra do Mar – Núcleo Picinguaba, Ubatuba, SP, Brasil”, uma relevante pesquisa etnobotânica, por meio de um levantamento das espécies botânicas e seus múltiplos usos. Desenvolvida em dois Quilombos - Quilombo do Cambury e Quilombo da Fazenda, ambos pertencentes ao Parque Estadual Serra do Mar.

O Quilombo do Cambury foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares em 2005, porém ainda aguarda a titularização da terra, deixando sua população que é constituída principalmente por caiçaras e quilombolas em vulnerabilidade territorial. E assim como a comunidade em estudo nessa pesquisa, sofre diversas tensões por estar em uma área turística, de alta especulação imobiliária e com os conflitos com a legislação ambiental advinda da criação do Parque Estadual Serra do Mar.

Já, o Quilombo da Fazenda, além de um rico diagnóstico do potencial de conservação das espécies vegetais utilizadas pelas comunidades indicando possíveis impactos nos seus usos, foi produzido um documentário chamado “Herança Quilombola” que abordou o reconhecimento dos saberes locais sobre uso das plantas, crenças, histórias sobre os quilombos e uma abordagem voltada para os impactos causados pelo parque na área do quilombo, questões ambientais e de conservação, além das expectativas dos moradores quanto ao que deixar registrados esses saberes para as gerações futuras (Sauini, 2019, p. 62).

Também foram publicados dois livretos: “Quilombo do Cambury - Saberes e Tradições” (2017) e “O uso das Plantas pelo Quilombo da Fazenda” (2017).

Foi um trabalho de pesquisa construído de forma colaborativa, pelos moradores locais do Quilombo do Cambury e do Quilombo Fazenda e pela universidade, que obteve um resultado surpreendente com 463 coletas de plantas indicadas por 11 entrevistados. Foram identificadas 199 espécies vegetais, utilizadas para diversos usos, divididos em 12 categorias etnobotânicas: medicinais, alimentos/temperos, construção civil, construção naval, artesanatos, tecnologia, combustão, caça, tintura, higiene/cosmético, recreativas e outras.

O Projeto Aquilah Ancestral é um trabalho desenvolvido de forma voluntária, do qual eu faço parte, para atender gratuitamente um público majoritariamente de mulheres negras e periféricas com produtos fitoterápicos, no espaço do Quilombo Aquilah de Cultura Popular, no bairro do Tanque, RJ. Para tanto tem-se um espaço fitoterápico, constituído de uma sala de atendimento e uma outra sala para organizar, separar e preparar os insumos fitoterápicos. Esses são preparados em base hidro alcóolica das ervas frescas e secas, além de ervas secas para dispensação gratuita nos atendimentos realizados. Os atendimentos são realizados por uma fitoterapeuta, quinzenalmente mediante agendamento prévio e de forma individualizada.

Dentre os produtos da medicina tradicional produzidos temos um pequeno estoque de tinturas-mãe com 72 ervas específicas para atendimento conforme a necessidade do interagente (acompanhado), seja em compostos específicos ou para preparo em pomadas, plantas medicinais secas para uso em chás e de xaropes. Os compostos são usados para tratar diabetes, calmante, dores articulares e musculares, febre, menopausa, gases, digestivos, anti-inflamatórios, anti-espasmódicos e anti-hipertensivos, dentre outros, como tratamento sistêmico para equilíbrio integral, físico, emocional e mental.

Para subsidiar os produtos fitoterápicos, implantou-se um curso de agricultura urbana e agroecologia, que resultou em horta com plantas medicinais e alimentícias no quintal do quilombo. O curso que ainda está em andamento iniciou em março de 2023, em parceria com o Parque Estadual da Pedra Branca, o Museu Bispo do Rosário/Prefeitura do Rio de Janeiro, Projeto Arte, Horta & Cia, COMLURB, Instituto Igua e o Espaço Cultural – Cultura Urbana. Os resultados em relação aos que são atendidos pela fitoterapia, 100% dos atendidos

que aderiram ao Projeto como forma de melhorar sua saúde obtiveram resultado positivo. E aqueles que atendidos que visão substituir de forma única e eficaz o e restabelecimento de sua saúde através do correto uso das plantas medicinais, o acompanhamento é constante, mas sempre com resultados progressivos.

Com relação ao curso além da vivência dentro de um quilombo urbano com aprendizados sobre os mecanismos de cultivo de hortaliças e PANC's, implementação de sistemas de compostagem, usos das plantas medicinais, formas de plantio e irrigação, técnicas agroecológicas e controle biológico, obteve-se o fortalecimento de parcerias institucionais entre diferentes esferas governamentais. Enfatizando como alianças entre sociedade civil e poder público podem valorizar a conservação e a recuperação de um manejo sustentável dos recursos naturais, fortalecer o desenvolvimento local e reforçar a importância dos saberes tradicionais em atenção à saúde.

O Projeto Práticas e Atitudes Sustentáveis que acontece na Fundação Angélica Goulart desde 2015, é fruto do desenvolvimento de ações propositivas, internas e externas, pensando na sustentabilidade em seu conceito mais amplo, englobando a natureza e as relações humanas. Pautado na valorização da cultura local, no autocuidado e nas práticas ecológicas várias tecnologias sociais foram implantadas: a criação de uma horta medicinal, sistemas de compostagem, captação de água da chuva, Rodas Terapêuticas, Rodas de Conversas, Visitas Técnicas, Curso de Jardinagem e Conhecimentos Ambientais que atende adolescentes, jovens e adultos, que esse ano concretizou sua 5^o edição.

O projeto prioriza ações para mulheres que devido a jornada de trabalho eo gerenciamento do lar não tem tempo para cuidar de si. Os encontros mensais são espaços em que elas podem partilhar seus conhecimentos sobre práticas agroecológicas, assim como os demais saberes e fazeres, que muitas trazem de família, oriundos também de outros Estados, como é o caso das práticas de cura a base de ervas medicinais.

Em um período pós –pandemia em que muitas perderam parcialmente ou totalmente sua fonte de renda, se fazia necessário e urgente a aquisição de alimentos para compor a receita dessas famílias. Nesse sentido o enquadramento do Projeto na Chamada Pública da Fiocruz para Apoio a Ações Emergenciais de Enfrentamento à Covid- 19/ 54 x favela, nas Favelas do Rio de Janeiro foi futuroso. Com o 54 x favelas o projeto conseguiu dar continuidade na promoção das ações de distribuição de alimentos, de educação ambiental,

de cidadania, de garantia dos direitos a vida, justiça social e a saúde, atendendo crianças, adolescentes e adultos moradores do território de Guaratiba. Eu tive a oportunidade de trabalhar nesse projeto de junho de 2022 a fevereiro de 2023, como Educadora Sócio – ambiental.

Todas as atividades foram direcionadas para a ampliação da rede entre a sociedade civile os equipamentos públicos de saúde, cultura e meio ambiente integrando as ações que ocorrem no território. Sendo uma forma de contribuir para a produção de uma nova forma de fazer política pública tendo a sociedade civil como protagonista, entendendo os atores sociais como detentores de instrumentos e metodologias inovadoras para a construção de uma agenda em defesa dos direitos das minorias. O projeto atendeu diretamente cerca de 250 famílias e indiretamente em torno 1.000 pessoas, viabilizando acesso a conhecimentos voltados a promoção da saúde e práticas e saberes tradicionais. Foram entregues mais de 900 cestas básicas, contabilizando mais de 10 toneladas de alimentos dentre secos e frescos. Como havia uma grande variedade de alimentos, estes eram ofertados como uma Feirinha Agroecológica, para que as famílias pudessem escolher o que queria levar para casa.

CAPÍTULO 2. O QUILOMBO CAFUNDÁ ASTROGILDA COMO LUGAR DE MEMÓRIA

2.1 Caracterização do quilombo Cafundá Astrogilda

A maneira frequente utilizada pelos negros para se libertarem das condições sub-humanas impostas pelo cativo era a fuga para os chamados quilombos (CARNEIRO, 1958). De acordo com Arruti (2017), no Brasil colônia era considerado quilombo um pequeno número de refugiados com uma estrutura mínima de organização, essas regras foram flexibilizadas na época imperial. Mesmo com todo rigor por parte dos governantes, as fugas se tornavam mais constantes e os quilombos passam a ser um movimento coletivo estruturado, atingindo patamares de uma organização complexa com diversos núcleos de povoamento (mocambos), como aconteceu no Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga (Pernambuco).

Percebe-se então que o termo quilombo, veio sofrendo alterações ao decorrer dos séculos de acordo com os interesses políticos de cada período do nosso Estado Nação. O sentido da palavra quilombo passa ter significados distintos dentre os pesquisadores que se dividiram em duas correntes: uma de perspectiva passadista e outra de viés antropológica calcada nos princípios da etnicidade (VAZ, 2016). A primeira está norteada pela ocultação do termo, justificada por não fazer mais sentido por sua origem histórica ser de um refúgio para escravizados fugitivos, caracterizando-se como uma legislação prescrita. E a outra, que este estudo em tela compartilha, está ancorada na ressignificação da palavra, tornando o termo sinônimo de resistência política, na perspectiva de um discurso contrário as formas de exploração e marginalização, na militância por condições justas de trabalho, como bem descrito pelos autores Arruti (2017) e Fiabani (2008).

A história da formação territorial do Quilombo Cafundá Astrogilda, se remete ao Brasil colonial, que considerava Jacarepaguá, uma freguesia rural. A coroa portuguesa à época, desejava fomentar a interiorização do processo de ocupação com um sistema denominado sesmarias¹⁸. A sesmarias referente às terras de Jacarepaguá foi inicialmente concedida pelo governador Salvador Correia de Sá, que por volta de 1567, fez uma doação dessas terras a Jerônimo Fernandes e a Julião Rangel de Macedo, que lutaram junto com ele

¹⁸**Sesmaria** era um lote de terras distribuído a um beneficiário, em nome do rei de Portugal, com o objetivo de cultivar terras virgens

contra os franceses na conquista da cidade do Rio de Janeiro (RUDGE, 1983). Em 1569, essas terras retornam para o governador, e em 1594, ele as recebeu oficialmente como sesmária e em seguida as transferiu para seus dois filhos, Martim de Sá e Gonçalo Correia de Sá.

A região que estava inserida na sesmária de Gonçalo Correia de Sá, foi passada a sua filha, Vitória de Sá, que como dote de casamento, em 1625. Essa propriedade foi dividida em engenhos e com a morte de Vitória em 1667, o Engenho de Camorim foi doado aos Monges Beneditinos que o segmentaram em três fazendas: Camorim, Vargem Pequena e Vargem Grande. Estas fazendas e as terras ao redor, são equivalentes hoje aos bairros do Camorim, parte da Barra da Tijuca, Recreio, Vargem Grande e Vargem Pequena (Corrêa, 1936; Dória, 2020; Cárceres, 2022).

Os Beneditinos usaram da mão-de-obra escrava para explorar essas terras, tendo como principal produto agrícola a cana-de-açúcar. Uma característica administrativa dessa ordem era deixar que os cativos de suas fazendas tivessem sua própria roça para subsistência, além dos finais de semana e dias santos para trabalharem para si (Gomes, 2006: 46-47). Logo, quando os beneditinos concederam a libertação total de seus escravos um dia após a Lei do Ventre Livre, em 1871, uma grande parte permaneceu na fazenda com suas roças e culturas de subsistência, formando um grande aquilombamento de negros agricultores (Costa, 2004; Dória, 2020; Cárceres, 2022). Os monges beneditinos doaram pequenas propriedades, arrendaram outras e algumas foram simplesmente ocupadas.

Em 1891 as terras da ordem dos Beneditinos foram vendidas à Companhia Engenho Central de Jacarepaguá, e em seguida sem nenhuma anuência dos moradores foi repassada ao Banco de Crédito Móvel – BCM. O BCM diante da posse das terras, não reconheceu os direitos dos ex-escravizados alforriados. Sem amparo legal, essa população negra de sitiantes, que já eram dona das terras, foi obrigada a adquirir créditos individuais para que pudessem permanecer nas terras, que já possuíam. Por volta de 1920 houve um aumento significativo nas taxas de arrendamento, ocasionando a expulsão para aqueles que não conseguiam pagar. O banco deu a possibilidade de compra e a partir daí surgiram os pequenos sítios (MUSUMECI, 1986, P.73). Os recibos das prestações dos créditos pagos ao BCM são guardados pelos moradores, como prova da primeira tentativa de expulsão do território e exploração inconcebível, visto que essa população de negros agricultores é oriunda do processo de escravização.

A década de 1930 foi marcada pela produção de banana, que se disseminou de forma exitosa nas encostas do maciço da Pedra Branca, e pelo bem-sucedido ciclo da laranja. Atualmente há uma variedade de cultivos de subsistência – Banana figo, banana ouro, banana d’água, inhame, aipim, abacate, limão galego, mexerica e mamão, que eventualmente são vendidos pelas famílias da comunidade. Já banana prata e o caqui são produzidos em maior escala para fins comerciais, sendo a banana o cultivo mais antigo do maciço e considerada um traço cultural:

A cultura rústica da banana no Maciço da Pedra Branca envolve um saber especializado e muito antigo de manejo e observação dos bananais, da relação com os burros que transportam as frutas pelos caminhos e as técnicas de amadurecimento correto das frutas (Fernandez et. Al pag. 7, 2020).

No trabalho de campo era recorrente nas falas que retratavam a infância dos entrevistados, as lembranças dos pais e dos avôs saindo cedo para cuidar dos bananais e das mães e avós cuidando da produção de subsistência, assim como dos jardins, do cultivo das ervas, dos temperos e das plantas ornamentais.

A comunidade tem esse nome devido ao distanciamento em relação a cidade (“cafundó” significa lugar muito longe) e de sua matriarca, Astrogilda Ferreira da Rosa. Astrogilda e seu marido Celso dos Santos Mesquita conduziam o centro de umbanda Pai Tertuliano, que nas palavras do seu neto Sandro Mesquita funcionava como um grande centro social (perguntar). O Preto Velho Pai Tertuliano era a entidade mentora do centro e através de Astrogilda atendia gratuitamente semanalmente a população local, passando receitas a base de ervas, principalmente garrafadas que eram preparadas por Celso. Havia também um dia dedicado as rezas e, as reuniões mediúnicas. Quando o marido de Astrogilda falece o centro de umbanda é desativado e muitos dos objetos litúrgicos se encontram estão expostos atualmente no Museu Cafundá Astrogilda construído pela família Santos Mesquita. Esses objetos representam a trajetória e a afetividade familiar, se constituindo em um acervo que adquiri vida mediante aos ilustres relatos recontados com riqueza e emoção aos visitantes, impactando diretamente na formação identitária da comunidade (Cárceres, 2017, pag).Em uma das falas Sandro Mesquita compartilha que após a morte de seu avô Celso Pai Tertuliano veio e disse: “ *a espiritualidade já cumpriu toda sua missão de caridade para esse lugar, mas guardem toda a documentação da terra que um dia ocês irão precisar*”. Sandro concluiu que: Na época ninguém entendia os motivos pelos quais Pai Tertuliano alertou

sobre a documentação da terra. Anos depois o advindo do PEPB e o risco da desapropriação, foi-se entendido o aviso de Pai Tertuliano. Dentre os filhos de Astrogilda, apenas Natália Abgail deu continuidade ao legado religioso, embora não tivesse um centro, benzia e atendia aqueles que necessitavam com as práxis curativas a base de ervas.

A umbanda ainda permanece como a religião escolhida por alguns membros da família, no entanto a maioria são católicos e de religiões protestantes, ocasionado muitas das disputas simbólicas por parte dos moradores:

Helena, esposa de Carmélio (sobrinho de Celso dos Santos Mesquita), comentou que, convertida ao Evangelho, não sentia motivação para comemorar o Dia da Consciência Negra. Argumentos parecidos me foram dados por outras mulheres evangélicas, como Expedita e Jacira, que afirmaram nunca ter ouvido falar de Pai Tertuliano.(Cárcerez, 2017p.18)

A Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda, foi certificada como tal, pela Fundação Cultural Palmares em 16 de agosto de 2014, durante uma Cerimônia Pública, realizada dentro do PEPB. Atualmente é formada por cerca de duzentos e quarenta famílias, com uma economia pautada na agricultura familiar primando pelo cultivo da banana, do aipim e do caqui. A Certificação pela Fundação Palmares imbuíu um caráter identitário à Comunidade Cafundá Astrogilda, que foi assimilado gradualmente pelos seus membros que em maioria não tiveram a frente desse processo e nem plena consciência das suas características e consequências políticas, sociais e jurídicas. A família Santos Mesquita teve um papel fundamental no engajamento político da comunidade, anteriormente moradores se identificavam apenas como agricultores, sitiantes e etc. Isso pode ser confirmado na fala de Maria Lúcia que diz: *antes de ser Quilombo, tudo isso aqui era roça...a gente quando criança não falava em Quilombo falava em roça*". A roça é um espaço produtivo fundamental para o desenvolvimento das populações tradicionais (Diegues, 2001, Diegues; Arruda, 2001), por permitir a reprodução material e cultural dentro da comunidade, mantendo seu vínculo com a terra. Nas roças planta-se uma variedade menor de cultivares alimentícios quando comparados com as hortas, porém, em dimensão maior garantindo produção e comercialização de alimento durante o ano. Caminhando pela Comunidade é possível observar algumas roças abandonadas e outras a em plena produção como os bananais, as plantações de mandioca, milho e caqui. Para o manejo da roça geralmente é utilizado a mão de obra familiar, com práticas agroecológicas que se perpetuam através do etnoconhecimento (Fernandez, 2009).

As casas possuem diferentes estilos, em sua grande maioria, de alvenaria, com luz elétrica e com banheiro no das interior e os dejetos são lançados em fossa asséptica, já que não existe rede de esgoto no território. De acordo com (Serafim, 2018 p.51) o quintal tem um poder terapêutico de contribuindo positivamente para a saúde de quem os mantém, pois, o contato direto com a terra, com os ritmos da natureza, suscita bem-estar e sanidade mental.

Estudos relatam que tanto os jardins como os quintais, são espaços mantidos principalmente por mulheres, que além de preservarem um vasto saber sobre o cultivo das plantas medicinais, alimentícias e ritualísticas são as responsáveis por seu arranjo espacial (Brito e Coelho, 2000). E no Cafundá Astrogilda não é diferente, suas casas apresentam quintais com jardins muito bem cuidados e com uma variedade de plantas, como demonstram as ilustrações a seguir:



Figura 1 – Quintal de Georgina Mesquita (2023).
Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora



Figura 2 – Quintal da Catarina (2023).
Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora



Figura 3 – Quintal da Elisabete (2023).
Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora

Dentro da comunidade a identificação dos lugares – caminhos, sítios e núcleos tem um vínculo indissociável das famílias presentes, se tornando quase que impossível referir-se a um local sem fazer menção às pessoas inerentes a ele (Cáceres, 2017). Como não existe uma terminologia única socialmente reconhecidas pelas famílias para definir esses espaços, como denominação utilizaremos para essa pesquisa a divisão da comunidade em “núcleos familiares”, que são espaços onde se encontram várias famílias conjugadas, decorrentes de uma mesma família. Alguns núcleos levam o nome de mulheres que marcaram a trajetória da comunidade: Dinda-Laura, Dazinha, Tia Mocinha, Astrogilda e Lila/Astrogildo. Os núcleos: João Cordeiro/Juaréz, Carmélio e Morro Redondo também fazem parte dessa divisão.

Muitas das populações tradicionais encontram-se em áreas preservadas, que estão sob a legislação ambiental (Arruda, 1997). Circunstância que certamente irá aglutinar vários confrontos que tangenciam as normas constitucionais que garantem ao direito ao modo de vida tradicional e a regras impostas pela criação das áreas protegidas. Somente a inserção do quilombo na ordem jurídica, não é capaz de impedir os mecanismos de controle territorial e as práticas de expropriação (Leite, 2008, p. 965).

A exemplificar, a Comunidade Cafundá Astrogilda, que teve seu território sobreposto ao Parque Estadual da Pedra Branca, uma Unidade de Conservação (UC). A lei 23.77/74 que instituiu o parque admite a desapropriação e a realocação de moradores em seu artigo 3º, por se tornar uma área de utilidade pública. Acarretando uma enorme instabilidade para cerca de 4.600 moradores que residem em seu interior

O PEPB foi criado na década de 70 e atualmente está sob a gerência do Instituto Estadual do Ambiente (INEA), que é um órgão estadual vinculado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente. Uma característica peculiar do Parque é abrigar três territórios quilombolas certificados pelo Instituto Palmares: Cafundá Astrogilda na estrada do Pacuí, no bairro de Vargem Grande, Camorim na estrada dos Bandeirantes em Jacarepaguá ambas certificadas em agosto de 2014 e Dona Bilina no bairro do Rio da Prata certificada em abril de 2017. Essa sobreposição de territórios impôs inúmeras restrições à produção e reprodução socioeconômica e cultural da população nativa desse parque urbano. Com uma área de 12.491,72 hectares (o que representa 10% do território do Estado do Rio de Janeiro), esse parque é delimitado pela cota altimétrica acima de 100 metros. Detentor de belíssimas paisagens e atrativos únicos como a Pedra do Telégrafo, que atrai turistas de várias partes do mundo, e o Pico da Pedra Branca, que, com seus 1024 m de altitude, é o ponto mais alto do município, o Parque é uma importante referência de lazer para a população carioca.

Segundo o Plano de Manejo, sua localização vai da Barra de Guaratiba até a Taquara, passando por 17 bairros Santíssimo, Guaratiba, Barra de Guaratiba, Jacarepaguá, Vargem Grande, Vargem Pequena, Grumari, Recreio dos Bandeirantes, Taquara, Bangu, Campo Grande, Senador Camará, Senador Vasconcelos, Jardim Sulacap, Camorim, Padre Miguel e Realengo.

Dentro da legislação ambiental brasileira temos o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei nº 9.985, de julho de 2000, que estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (BRASIL 2000). Estas são classificadas em dois grupos: as Unidades de Proteção Integral, em que é admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais e as Unidades de Uso Sustentável, nas quais é permitido compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. O PEPB foi uma UC implantada na modalidade de Proteção Integral,

gerando inúmeras restrições quanto à produção e reprodução cultural, social e econômica dos moradores e principalmente das comunidades tradicionais.

Com seu território dentro de uma Unidade de Conservação aberta ao público, os atrativos naturais presentes na comunidade fascinam um público diversificado, que principalmente nos dias mais quentes podem desfrutar das águas dos riachos e cachatas.



Figura 4 – Placas de sinalização com nomes dos atrativos e distâncias a serem percorridas (2023).
Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora



Figura 5a – Poço do Licanor (2023).
Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora



Figura 5b – Placa de sinalização do Poço do Licanor (2023).
Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora

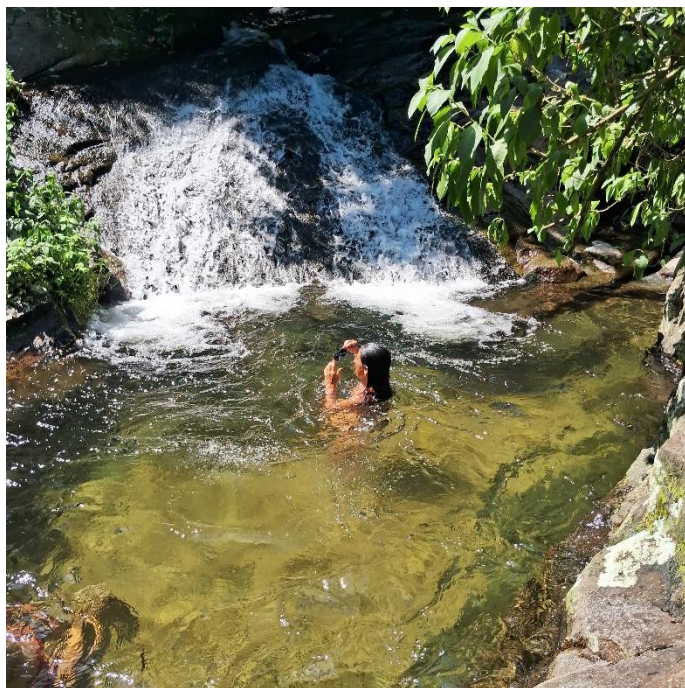


Figura 6a – Poço da laje (2023).
Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora



Figura 6b – Placa de sinalização do
Poço da Laje (2023).
Crédito da imagem: Acervo da
pesquisadora

Como na maioria das comunidades tradicionais, a Comunidade Quilombola Cafundá Astrogilda é guardiã de muitos saberes sobre práticas de curas que foram e são passadas de geração a geração. Hoje essas práticas se manifestam em recomendações por vários anciãos, que foram entrevistados para compor o levantamento de detentores de saber no capítulo 3 desse estudo.

2.2 Quilombos em unidades de conservação

Para as comunidades tradicionais a territorialidade não está somente ligada a questão política, mas também as relações de subsistência e reprodução cultural, por estar “*intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar*”. (Haesbaert, 2004, p. 3). O território externaliza a dimensão simbólica, mais subjetiva e de cultura, em que é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização de um grupo sobre o seu espaço. (Haesbaert, 2001, pp. 1769-1770). O território não é único e possui valores diferenciados

para os atores sociais que nele atuam. Há territórios múltiplos tanto na porção física que se dividem em fronteiras, quanto nos diversos valores que um único território representa para cada agente, o que nos leva ao conceito de multiterritorialidade (Haesbaert, 2004).

Estudar territorialmente essas comunidades remanescentes de quilombos é também observar as disputas, que se estendem ao campo simbólico, como discorre Itaborahy (2010), que ao definir território menciona que além de considerar as relações materiais e de poder, é necessário ponderar também a noção de identidade, de simbolismo e cultura. Levando em conta que o território faz parte da identidade dos sujeitos, identidade essa, formada a partir de dois princípios: princípios:

[...] a ancestralidade étnica e a coletividade campesina. Assim, o ser negro, as práticas de manejo da terra diferenciadas e passadas de geração a geração, as práticas religiosas e festivas, conhecimentos de plantas medicinais, confecção de produtos como o balaio e a peneira, a arquitetura e a construção das casas e demais estruturas existentes, o espaço comum de encontro, dentre outras características, têm como base a cultura e o espaço (território e territorialidade), ou seja, a relação das comunidades quilombolas com o meio ambiente. (Itaborahy, 2010, p. 05).

Neste contexto Diegues cita o território como um instrumento de grande importância na relação entre as populações tradicionais e o ambiente natural, e o conceitua como:

Uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar [...] O território depende não somente do tipo de meio físico explorado, mas também das relações sociais existentes (Diegues, 2008, p.85).

A criação do PEPB sobre as terras do Quilombo provocou muitas incertezas em todos moradores, principalmente quanto a permanência no território, fazendo com que muitas famílias vendessem ou abandonassem suas terras, roças e conseqüentemente seu modo de vida. Para os que permaneceram e receberam multas, o temor de perder suas terras permanece na Comunidade.

2.3 Ações de fortalecimento da territorialidade

2.3.1 Projeto Socioambiental de Fortalecimento do Vínculo Histórico-Cultural dos Povos Quilombolas do PEPB

Um Projeto proposto pela Gerência de Visitação, Negócios e Sustentabilidade (GEVINS) do INEA, na forma de edital, estabelecido através do Acordo de Cooperação Técnica nº 01/17, celebrado entre o IDG (Instituto de Desenvolvimento e Gestão) e a Secretaria de Estado do Ambiente para operação, manutenção e controle do Mecanismo para Conservação da Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro – Fundo da Mata Atlântica (FMA), visava disponibilizar, através de uma instituição contemplada, recursos para o desenvolvimento de atividades de uso público das comunidades quilombolas, como a realização de oficinas e visitas guiadas, recebendo instituições de ensino e grupos afins dentro das respectivas comunidades com método diferente do adotado nas escolas. A instituição contemplada - “Moleque Mateiro”, desenvolveu, de acordo com o edital, uma série de iniciativas para o desenvolvimento e valorização das atividades e das próprias comunidades quilombolas do PEPB em prol do reconhecimento e da valorização cultural das comunidades tradicionais existentes. Tendo como plano de fundo a Educação Ambiental, integrando o saber local a conservação da Mata Atlântica, formando condutores de visitantes locais da própria comunidade (Oliveira, 2020).

Esse projeto dialoga como meu trabalho, pois as houveram trocas de saberes para o reconhecimento identitário e patrimonial da comunidade. Eu pretendo investigar através de entrevistas aos condutores de visitantes ainda atuante- que são poucos - formados pelo Projeto para saber se em seus processos de formação foi abordado os saberes da medicina tradicional, parte da identidade da comunidade. E se nas falas e nas indagações dos turistas há abordagem sobre os saberes da medicina tradicional dos detentores desses saberes, para identificar se essa característica está no conhecimento dos turistas que procuram o quilombo.

2.3.2 Projeto o Projeto Sertão Carioca: Conectando Cidade e Floresta

É um projeto de fortalecimento e apoio ao manejo ecológico do solo, pelas comunidades tradicionais e quilombolas presentes no PEPB, realizado pela ASPTA¹⁹ - Agroecologia. O projeto explora práticas ancestrais e agroecológicas, através do trabalho de agricultores e agricultoras. É uma iniciativa financiada pela PEPTROBRAS por meio do programa Petrobras Socioambiental, e conta com o envolvimento de mais de 20 pesquisadores e pesquisadoras da Embrapa Solos, Embrapa Agrobiologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), UFRJ, a Rede Carioca de Agricultura Urbana. e outros. Dentre as publicações temos: Plantas Medicinais – Fazeres, Autocuidado e território que é um caderno que pretende apoiar a continuidade e o reconhecimento do uso e manejo das plantas medicinais usadas pelas agricultoras, raízeiras, benzedeadas e lideranças do Maciço da Pedra Branca e seu entorno.

Como o projeto entende que o uso das plantas medicinais é um bem de natureza imaterial das populações tradicionais do PEPB.É coerente trazer para a dissertação esse trabalho que por meio do registro de trocas de experiências entre essas gerações que habitam o parque, objetiva dar visibilidade as conhecimento tradicional.

2.3.3 Projeto Ação Griô

É um projeto idealizado e realizado pelo Núcleo familiar Astrogilda, com apoio da comunidade que consiste em uma condução pelo quilombo, com um roteiro etnocultural estabelecido. No qual os participantes experienciam o cotidiano da comunidade e aprendem através da oralidade sobre o processo de escravização e do tráfico negreiro, ocupação histórica da zona oeste, organização territorial, manejo do solo, espécies da flora invasoras, principais plantas medicinais, legislação ambiental, conflitos socioambientais vividos pelos moradores e algumas formas de plantio.

A ideia surge em 2014, quando ao visitar a Escola Municipal Professor Teófilo Moreira da Costa, próximo ao quilombo, Sandro dos Santos Mesquita, neto de Astrogilda, se depara com total desconhecimento por parte dos alunos da existência da comunidade e suas tradições. Isso é reflexo de uma política cultural de Estado que negligencia e reserva ínferos investimentos em ações de educação patrimonial e projetos de divulgação e

¹⁹A AS-PTA Agroecologia é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que, desde 1983, atua para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. E no estado Rio de Janeiro tem sede na rua das Palmeiras, 90 –no bairro de Botafogo.

perpetuação da memória oral e cultural de comunidades tradicionais. Aquele episódio despertou a mobilização do grupo comunitário e origina o Projeto Ação Griô para disseminar os temas: ancestralidade, agricultura e tradicionalidade, transmitidos oralmente, compartilhando esses saberes e vivências com estudantes, pesquisadores e outros interessados.

O trajeto finaliza na casa em que residiu Astrogilda, onde é servido um delicioso e farto café da manhã, nesse quintal foi edificado um museu em 2017, sendo mais um elemento a compor o roteiro cultural do Projeto Ação Griô. O acervo desse museu é constituído por fotografias, artefatos e objetos simbólicos pertencentes a família da Santos Mesquita e o altar do terreiro de umbanda que foi administrado por Astrogilda, caracterizando um passo significativo na salvaguarda da ancestralidade da família da Astrogilda. O guiamento é agendado pelas redes sociais do quilombo, sendo cobrado para turistas e alunos de escolas particulares para custear o guiamento e o café para alunos de escolas públicas e instituições que não custear o mesmo.

É de grande relevância para essa pesquisa trazer esse projeto porque além de revisitação da memória dos saberes da medicina tradicional na comunidade, o Museu não é somente um ponto turístico, funciona como um ponto de comunhão comunitária. Maria Lucia dos Santos Mesquita, que vem a ser sobrinha neta de Astrogilda faz uso do Museu para tratar espiritualmente, quando se faz necessário ir até o Altar que pertencia a Astrogilda no seu Centro de Umbanda, trazendo materialidade aos objetos sagrados e a ancestralidade. Está inserido dentro das iniciativas da Museologia Social e dos processos museais em perspectiva decolonial.

2.3.4 Projeto Escola Quilombola

É um projeto de ação social criado em 2018, por Maria Lúcia Mesquita, definido como um espaço de vivências e convivências pautadas na valorização positiva dos traços culturais da comunidade e nas práticas ecológicas cotidianas, no qual eu sou voluntária. Inicialmente de cunho educacional eram voltados para possibilitar aulas de reforço para o ensino regular, valorização da cultura e da história quilombola. Além de outros aspectos educacionais e de potencialização e valorização do patrimônio cultural do território em que vivem. Ademais atividades como rodas de conversa e oficinas de geração de renda para mulheres como: bordado, costura, fuxico e artesanato também eram frequentes e de forma

gratuita. As atividades foram suspensas devido a Pandemia da COVID -19 e atualmente as segundas-feiras são ministradas aulas e trocas de receitas da culinária tradicional quilombola principalmente e diversos remédios caseiros, garrafadas e outros, para as mulheres da comunidade e demais participantes. Em 2021 com poucos voluntários, foi possível retornar apenas com uma atividade quinzenalmente, que consistia em uma tarde de trocas das memórias das receitas realizadas por mulheres da comunidade. O objetivo desses encontros foi preservar as receitas atuais e tradicionais, algumas oriundas do tempo em que não havia luz elétrica no maciço, obrigando as mulheres a cozinhar no fogão à lenha, que ficava geralmente situado na área externa para evitar acidentes. As receitas dessa época sempre tinham como base um amido plantado na roça, como inhame, fubá de milho, batata doce, aipim, juntamente com uma mistura de verduras, legumes, ovos ou carne. Havia também a troca de receitas de produtos da medicina tradicional como o xarope do umbigo da bananeira,

CAPÍTULO 3. INVENTÁRIO DE SABERES ASSOCIADOS A MEDICINA TRADICIONAL E SUA RELAÇÃO COM O TERRITÓRIO.

Este capítulo apresenta as experiências dos agentes de cura da Comunidade Cafundá Astrogilda, que utilizam o conhecimento adquirido através da memória ancestral, da tradição oral e de cursos para produzir remédios caseiros a base de ervas. Os depoimentos trazem as histórias de vida, a relação com território, assim como o discernimento sobre a seleção de qual (ais) parte (s) da planta: folha, casca, raiz, semente, flores ou fruto serão utilizadas para o tratamento. Essa gama de conhecimento sobre a identificação das moléstias, as propriedades das plantas cultivadas e colhidas em seus quintais, as quantidades a serem usadas, as formas de uso e elaboração dos remédios faz dessas pessoas dedicadas a cura, detentores de saberes da medicina tradicional.

3.1 Metodologia e aplicação do inventário de saberes de medicina tradicional

Para a escolha dos atores sociais como participantes da pesquisa, foram realizadas visitas à comunidade e através de diálogos informais com alguns moradores foi possível identificar os nomes que detém conhecimento sobre a medicina tradicional. Os relatos coletados no campo foram repassados para formulação da pesquisa, com objetivo de perpassar as ervas utilizadas, o modo de preparo dos remédios caseiros, a origem da arte de

curar, seu aperfeiçoamento e manutenção. Concebendo um legado escrito sobre sua historiografia no campo da medicina tradicional e seus agentes de cura dentro da Comunidade Cafundá Astrogilda.

Um pouco das histórias de vida dos entrevistados, de suas crenças, do vínculo afetivo com a terra e das múltiplas dificuldades foram observados nos diálogos mantidos durante as entrevistas e dos momentos que pude desfrutar através de convites a participar das vivências cotidianas, como um café da tarde. Era marcante como o tema proporcionava aos entrevistados, um sentimento de alegria ao ativar muitas recordações de relações afetuosas com seus antepassados que estão ancoradas em vários lugares dentro do Quilombo, que é compreendido por Cárceres (2022), como:

O espaço, carregado de marcadores de tempo, funciona como um sistema coerente de recordação dos antepassados que se faz acompanhar da indicação dos locais onde eles habitaram e viveram. Evocar um parente antigo e apontar onde possuía casa e plantações significa inserir sua presença na paisagem, inclusive se ele e/ou sua família foram embora e a “macega”, palavra nativa para se referir à mata fechada, ameaça desmanchar as ruínas das suas casas; o contato direto com estes lugares age como uma ferramenta mnemônica para as histórias e a construção de biografias pessoais e neste mapa tem sido denominados como Lugares de Memória (CÁRCERES, 2022, p. 3).

A pesquisa de campo foi apoiada na escuta atenta dos saberes e as respostas refletem a personalidade de cada entrevistado conjugadas com suas experiências no território, como serão demonstradas. Para especializar os dados os tipos de saberes, a erva e qual destinação utilizei tabelas por cada detentor de saber entrevistado, considerando os ensinamentos herdados pelos antepassados, as informações relacionadas à capacidade de identificação do poder de cura das ervas, que são a base para os benzimentos, as preces, banhos, defumação e da feitura de xaropes e dos chás,.

3.2 Os detentores saberes de medicina tradicional e suas práticas

Maria Lúcia dos Santos Mesquita

Maria Lucia dos Santos Mesquita é filha de Natalina dos Santos Mesquita e Romualdo dos Santos Mesquita, nasceu na parte mais alta da Comunidade, há mais de uma hora de caminhada de subida do asfalto, em local chamado de Morro Redondo. A entrevista

com Maria Lucia ocorreu na varanda de sua casa, durante a tarde, com suas netas brincando ao redor, momento prazeroso que foi servido com um bom um café e bolo de milho.

A disponibilidade de cuidar de quem precisa dentro da comunidade é um hábito que está na família, e que lhe foi ensinada por sua avó Astrogilda e por sua mãe que desde pequena deixava sob seus cuidados os filhos da vizinha que precisava trabalhar na roça, como ela conta muito bem: *“Nossa vizinha mais perto era a Maria, quando eu era adolescente ela deixava os filhos lá em casa. Uma das filhas delas que se chama Georgina eu praticamente criei, somos comadre, ela teve 11 filhos, e até hoje ela e a mãe utilizam as plantas, as ervas para curar”*

Ao relembrar suas memórias de infância ela relata as restrições e dificuldades enfrentadas por uma população residente no inteiro de uma floresta, sem acesso aos direitos básicos: *“No nosso tempo de criança não tinha luz elétrica, não tinha banheiro, sabe como era Christiane? Fazia um buraco no chão e colocava as fezes, o nosso primeiro banheiro foi construído quando eu tinha 17 anos, tínhamos uma bacia de alumínio dentro de um quartinho, enchia a bacia com água quente do fogão de lenha para tomar banho”*.

A casa de Maria Lúcia atualmente fica bem no início da comunidade, com um quintal bem cuidado, com plantas ornamentais e plantas litúrgicas dispostas estrategicamente para guardar a casa e reter as energias negativas. Bem próximo ela cuida de uma horta com uma grande variedade ervas que são empregues na fabricação dos remédios caseiros e nos cuidados com a saúde e de temperos usados para cozinhar. Esses saberes produzidos são guardados na memória e dão significação aos espaços dos quintais, as plantas cultivadas e as receitas, como ela constata: *“Minha mãe dizia: “Criança vai pegar coentro bravo para temperar o ensopado de banana pai Antônio ou banana d’água verde. Eu esperava ansiosa por esse ensopado ela descascava a banana e fazia com uma carne e a nossa carne: linguíça, carne seca. Ou então ela fazia pirão com essa banana temperada com temperos do quintal como era bom”*.

Para ela as roças fazem parte do passado agrícola da comunidade e podem ser definidas como espaços destinados ao cultivo de uma única cultura como os bananais, mas também podem ser cultivadas por mais de uma espécie como: mandioca, milho, cana, batata-doce, inhames e chuchu. Com destaque para o manejo do inhame rosa que é orientado pelo ciclo lunar: *“Só pode tirar o inhame rosa na lua minguante, senão ele fica aguado, nossa*

alimentação era a base de milho, batata –doce, aipim, banana e caldo de cana elaborado na moenda que meu pai construiu”.

A sua relação com a terra, com o lugar onde mora e principalmente com as práticas ecológicas exercidas é baseada no conhecimento passado pelos ancestrais: *“Eu cresci ouvindo todo mundo dizer que aqui tudo era a roça, meu pai plantava de tudo, tirava a banha do porco e colocava nas latas, nunca compramos óleo de soja ou banha de coco. Hoje se chama agrofloresta, compostagem e quintal produtivo. Todos esses conceitos estavam nos nossos quintais, que hoje chamam de Quilombo”.* A fala de Maria Lúcia elucida como seus antepassados detinham conhecimento sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais marcados pelo respeito aos ciclos naturais, assim como a capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas. Essa conjuntura é destacada por Diegues (2001), que afirma que essas tecnologias de produção atestam a existência de um complexo de conhecimentos adquiridos pela tradição herdada dos mais velhos, de mitos e símbolos que levam à manutenção e ao uso sustentável dos ecossistemas naturais. E complementada por Moreira (2007), que ressalta como as populações tradicionais possuem conhecimento, práticas agrícolas e de subsistência adequadas ao ambiente em que vivem e possuem um papel de guardiões do patrimônio biogenético do planeta.

A pró-atividade em ajudar aos que precisam tornaram-na reconhecida pela comunidade, como liderança e, então em 2018, ela passa a ser presidente da Associação e ficou à frente das demandas do território até.

Em relação a formação escolar Maria Lucia compartilha: *“Eu nunca fui a escola, a parte da tarde minha colocava eu e meus irmãos para aprender as tarefas rotineiras de quem morava em um quilombo: cortar capim para o burro, cozinhar, costurar, bordar, ler e escrever e os papéis de pão eram amarrados um no outro para fazer o caderno”.*

Embora não tenha tido a oportunidade de estudar ela reconhece a importância de ter uma educação formal e por conseguinte sempre exigiu de seus filhos que estudassem, e conta com orgulho: meu filho mais novo, Christiano é formado em Engenharia e minha filha Gisele, que é a dona e chefe de cozinha do restaurante Tô na Boa é formada em Gastronomia e esse ano está terminando Psicologia. Ao ser indagada sobre as práticas de cura, Maria Lucia relembra que na infância:

Não havia possibilidades de sairmos da comunidade para ir ao médico ou ao dentista, por isso todas as enfermidades eram curadas com as ervas, a gente quando criança caminhava uma hora e meia para visitar a Vó Astrogilda, que benzia de galho. Além de benzer minha Vó Astrogilda receitava remédios, dependendo da moléstia fazia simpatias, promessas. Todo meu conhecimento sobre as ervas eu aprendi com minha avó Astrogilda e com minha mãe. Ao realizar durante anos trabalhos junto a Pastoral da criança fui adquirindo mais conhecimento sobre o poder energético das plantas. Depois fui buscar na umbanda mais conhecimentos e hoje sou benzedeira e meu dia de benzer é quarta-feira, mas pode vir outro dia como sábado para aqueles que trabalham. A reza eu aprendi com minha avó, e com minha mãe.



Figura 7 – Maria Lúcia dos Santos Mesquita no espaço de cuidados com a saúde (2022).
Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora



Figura 8 – Produtos da medicina popular produzidos por Maria Lucia. Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora

Tabela 1 – Lista dos saberes da medicina popular, plantas medicinais usadas e doenças tratadas por Maria Lúcia. Fonte: Autora, 2023.

| SABERES | ERVAS | DESTINAÇÃO |
|----------------|--|---|
| Xaropes | Folha de laranja da terra, folha de alfavaca, raíz do gengibre, folha de assa peixe, folha de saião, folha de erva de Santa Maria, Folha erva de passarinho e folha de guaco | Fortalecer o pulmão |
| | Umbigo da banana | Combater Bronquite |
| Chás | Folha de lógina | Reduzir o colesterol e combater a diabete |
| | Folha de Picão | Combater a hepatite. |
| | Folha de terramicina | Combater inflamação na garganta |
| | Folha de canela com louro | Combater a ansiedade |
| | Folha canela com erva doce | Combater a ansiedade |
| | Folha canela com folha de laranja | Combater a ansiedade |
| | Folha de cana do brejo e quebra pedra | Combater problemas urinários |
| | Folha de carobinha | Desintoxicar o organismo |
| | Folha de erva maria da glória, erva macaé, espinheira santa | Combater problemas estomacais |
| | Casca e sementes de romã | Combater e inflamação |

| | | |
|-----------|--|------------------------------------|
| | Folha de cordão de frade | Combater dores musculares |
| Sumo | Folha do Boldo | Combater problemas estomacais |
| Defumação | Casca de alho, folha de alecrim, folha de guiné, folha de alfavaca e pó de café | Para limpeza do ambiente |
| Garrafada | Folha trançagem, Folha anis, maçã (fruta com a casca), gengibre, noz moscada, marmelada e vinho suave. | Aumento da imunidade |
| Banhos | Folha de pitanga | Auxilia no equilíbrio das energias |
| | Picão preto ou picão da praia | Icterícia |

Ivanir Rosa

Uma de nossas interlocutoras é neta de Laura Rosa e filha de Luciana Rosa, que era rezadeira, umbandista e médium, com 53 anos, ela passou grande parte de sua vida dentro da comunidade. A entrevista com Ivanir foi realizada pela manhã na varanda da casa que fora de Luciana Rosa e de alguns de seus irmãos, e que hoje está sob seus cuidados e tem um valor histórico para família. Na ocasião ela me serviu um delicioso café com bolo de chocolate. Após passar por reformas a casa abre suas portas e o seu quintal para receber eventos, grupos de escolas, turistas e pesquisadores, sendo batizada como Quintal do Monan, que pode ser uma opção de lazer para os visitantes, com agendamento prévio. No Quintal do Monan se cultivam muitas plantas medicinais: saião, erva-doce, arruda, gervão, boldo, boldo chileno, folha da fortuna e manjerição e também plantas alimentícias não convencionais como: ora-pro-nóbis, peixinho, inhame, taioba e zebrina.

O núcleo familiar Dinda Laura é bem simbólico dentro da comunidade e tem esse nome homenagem a Laura Rosa, que tinha muitos afilhados, que estavam sempre a lhe chamar de Dinda, estes costumavam ficar em sua casa enquanto seus pais trabalhavam. Atualmente é um núcleo familiar formado por 15 famílias, com quintais e jardins bem cuidados. Laura Rosa teve seis filhos: Luciana Rosa, Dromice, Rosa, Conceição Rosa e Antônio Rosa

Considerada uma liderança dentro do núcleo, Ivanir é vice-presidente da Associação do Quilombo e condutora de visitantes do PEPB. Aprendeu a reconhecer as ervas com sua avó, mãe e tias, herdeira de parte da mediunidade de sua mãe, receita banhos e chás para alguns membros da família e conhecidos em momentos específicos de necessidade. Com intuito de aprimorar os saberes dentro da medicina popular, fez um curso de benzimento com sua prima Maria Lúcia Mesquita.



Figura 9 – Placa de identificação do Núcleo Familiar Dinda Laura (2022)
Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora

Para entender o papel e a importância simbólica das ervas e das práticas de curas dentro da comunidade, é necessário observar de perto sua circulação pelas gerações, que permeiam por laços antigos, que se mantêm vivos graças aos vínculos tecidos entre os parentes e entre famílias. Esses vínculos explicam o valor afetivo das ervas que são naturalmente percebidas como patrimônios pelos moradores. As redes de sociabilidade que

têm como base o parentesco e a vizinhança são percebidas nas falas de Ivanir: *“Minha avó Laura batia erva em todas as pessoas do núcleo, e a primeira coisa que ela fazia quando chegava um bebê ou uma criança com cólica era acender o cigarro de palha e dar umas baforadas”*. E também quando Ivanir relata que nos tempos de infância, que ao cair da noite, antes de dormir ela, os primos e os irmãos se sentavam em volta do fogão à lenha, no qual cada um colocava sua banana para assar no calor dos resquícios de lenha que ainda queimavam e ficavam ali, a ouvir os “causos” dos mais velhos. E dentre as inúmeras histórias, ela relata: *“Meu avô que era um homem de poucas palavras e trabalhava muito na roça, no final do dia, um dos causos mais marcantes em minha lembrança foi o da oração da invisibilidade, que só os homens de muita fé conseguiam cegar os inimigos/ malfeitores que os perseguiram pelos caminhos das florestas”*.

Ivanir expõe em sua fala que nem sua mãe e nem sua avó usavam o termo: plantas medicinais, para se referirem a matéria prima dos preparos dos remédios caseiros ou banho, elas mencionavam: “vou ali pegar um mato”. Ao identificar a necessidade de realizar alguma prática de cura, elas iam colher ervas, entravam no mato guiadas pela espiritualidade e voltavam com as plantas certas para cada tratamento. Ficando evidente para ela, assim como para os demais entrevistados que a eficácia da cura dos males não depende apenas do valor farmacológico das folhas, mas, sobretudo, depende da força espiritual, das palavras e da sabedoria advinda da espiritualidade, que o curador detém, para assim distinguir o tratamento ideal para cada situação.

Quintana (1999) afirma que na medicina popular, esses processos de cura somente adquirem sentido e autenticidade, quando estão inseridos em seu contexto. Para ele,

Tanto as rezas como os chás somente adquirem um sentido, e, portanto, se tornam eficazes, quando inseridos no contexto ritual. Fora dele, perdem todo seu poder, pois deixam de ser significantes e, então, não vão poder operar mudanças no discurso do paciente. Uma vez aprendido o processo ritual, ele pode vir a ser incrementado por outros elementos, mas nunca os elementos descontextualizados podem produzir efeitos terapêuticos (QUINTANA, 1999, p. 55)

Ivanir deixa claro que entre os costumes da família estavam os atos de defumar para vibração de energias positivas e de rezar para que os fenômenos naturais, como ventos, tempestades e outros se tornassem mais brandos, pois as moradias se encontravam no interior da floresta, com riscos de serem atingidas por raios, queda de árvores e outros. Ela esclarece

que os defumadores feitos com alecrim e sálvia branca eram os preferidos de sua mãe, para renovar as energias da casa e expõem: “*Minha mãe defumava a casa de acordo com a necessidade, mas haviam dois dias no ano que eram imprescindíveis – 31 de dezembro e sexta-feira santa*”.



Figura 10 Ivanir expondo os produtos agroecológicos produzidos no quintal (2022)



Figura 11 Plantas medicinais cultivadas no quintal do Monan (2022).

Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora

Tabela 2 – Lista dos saberes da medicina popular, plantas medicinais usadas e doenças tratadas por Ivanir. Fonte: autora, 2023.

| SABERES | ERVAS | DESTINAÇÃO |
|---------|---|---------------------|
| Xaropes | Folha de laranja da terra, folha de alfavaca, raíz do gengibre, mel, própolis, folha de assa peixe, folha de saião, folha de erva de Santa Maria, Folha erva de passarinho e folha de guaco | Fortalecer o pulmão |
| | Umbigo da banana | Combater Bronquite |

| | | |
|-----------|--|------------------------------------|
| Chás | Folha de pata de vaca | Tratar diabete. |
| | Folha de Picão | Combater a hepatite. |
| | Folha erva doce | Combater a ansiedade |
| | Folha de cana do brejo e quebra pedra | Combater problemas urinários |
| | Folha de carobinha | Desintoxicar o organismo |
| | Folha de gervão, erva macaé e espinheira santa | Combater problemas estomacais |
| | Casca e sementes de romã | Combater a inflamação |
| Sumo | Folha do Boldo | Combater problemas estomacais |
| Banhos | Folha de pitanga, manjerição e rosa branca (pétalas) | Auxilia no equilíbrio das energias |
| | Colônia | Combater a ansiedade |
| | Picão preto ou picão da praia | Combater a Icterícia |
| Compressa | Erva da pancada | Combater dores musculares |

Eleci de Lacerda Martins

Eleci de Lacerda Martins é casada, tem 52 anos, formada em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá, é filha de Conceição de Lacerda Martins, neta de Laura Rosa da Conceição e Adolfo Pereira de Lacerda e prima de Ivanir. A entrevista com Eleci foi na parte da manhã no interior de sua casa, que também fica no Núcleo Dinda Laura. As memórias da infância se remetem também para as condições de sobrevivência do núcleo familiar, que foi liderado por mulheres:

Nessa época ficou a minha avó as três filhas mulheres que era: Luciana, Dromice e a elas tinham que cortar banana, roçar, cuidar da roça, fazer tudo sozinhas, meu pai foi embora, meu avô faleceu, então minha avó viveu até os 85 se eu não me engano, não 87 anos ela não pegou a luz elétrica, ela faleceu no ano que a luz elétrica chegou. Ela ficou pensionista do meu avô, porque ele tinha aquela coisa de rural, de agricultor rural, mas tudo que ela recebia ficava no armazém. Você podia pegar tudo lá, porque você era de confiança, mas quando você chegava no final do mês, tudo que você recebia ficava lá. E se algumas pessoas que não tinham como pagar, eles faziam promissórias, e depois eles pegavam seu terreno, pegava suas coisas de valor como pagamento. Era uma vida que você não tem noção, imagina uma roça, imagina em uma situação que você mesmo que você tendo suas terras, tudo que você ganha tem que deixar lá no armazém. Porque a gente usava querosene, a gente dormia 6 horas, a vovó contava muitas histórias, aquelas histórias eram para gente ter medo. Eles não tinham estudo, a vovó não tinha estudo, ela não sabia ler, a educação era feita por bordões e por histórias.

Em relação a formação territorial, a identidade quilombola e graus de parentescos, Eleci compartilha:

Eu moro aqui desde meus pais, meus avós aqui, todo mundo nascido nesse espaço todo mundo nasceu aqui nesse espaço, aí como eu estava falando, a gente vai se reinventando, aqui era tudo dividido por sítio, quando eles resolveram fazer o Quilombo eles dividiram por núcleo, na verdade esses núcleos eram os sítios de cada familiar, aqui morava a Dinda Laura, ali onde é Tô na Boa lá me cima era do Sr. Astrogildo, lá em cima chamaram de Morro Redondo, mas morava uma outra família, que era a família Rosa e da Conceição, que era da minha avó, ela nasceu lá, morava lá em cima, eles se casaram e vieram morar aqui e ficaram aqui. E o Quilombo surgiu em 2013, mas na verdade somos uma família só, todo mundo foi casando na família de todo mundo, não tínhamos elétrica.

A um entendimento que as dificuldades de acesso a escola e a falta de recursos os incluíam num cenário de exclusão social e racismo:

A gente aprendeu a ler, aprendeu as coisas foi na força, porque na escola tinha o preconceito, o aluno bem-vindo era o bonitinho, arrumadinho tal tal ... aquelas crianças pobres ficava no fundo da sala, que nem é olhado. Além do preconceito que a gente passou. Hoje o pessoal vem aqui e diz: que lindo eles são quilombolas, mas antes não tinha isso, é pretinho sujinho, que fica no fundo de sala que nem é olhado. A gente não tinha sapato, era uma sandália de dedo, era aquela conguinta que você ganhava na escola, era uma vida difícil. A gente passou a ter acesso as coisas porque, a gente foi crescendo e foi trabalhando, os trabalhos não eram tão bons assim, você tinha que ser empregada doméstica ou jardineiros ou trabalha na feira vendendo banana, frutas.

Eleci fala com orgulho de sua trajetória:

A minha filha fez técnica em administração, ela saía daqui 4:00 da manhã para estudar no Colégio técnico em Santa Cruz, e agora estuda biblioteconomia na UFRJ, ela faz estágio então ela no outro dia está de pé 5 da manhã e chega :meia noite. Para mim de tudo é que eu sou um exemplo para os meus filhos, então eu estou realizada nessa situação

Em relação aos cuidados com a saúde nos tempos de criança Eleci relata

Não tínhamos recursos financeiros para ir ao médico, o nosso médico era as rezadeiras, devido à distância o custo era muito elevado para se chegar ao médico. Eu vivi assim até meus 17 anos. Hospital mais próximo era em Cascadura, é Praça Seca, a gente não tinha acesso a médico, nosso médico era a rezadeira, era ela que fazia o chazinho, fazia massagem na barriga, quando era um caso de ir ao médico, muitas vezes o pais não tinham dinheiro da passagem, tinha muitos filhos para carregar, mãe tinha dinheiro para comprar o lanche na rua, quando ia os pais tinham faziam comida, colocava no saquinho para levar, naquela época não tinha nem potinho. Então não ia, por causa do recurso e eu vivi assim até os 17 anos por volta de 1987.



Figura 12 Eleci de Lacerda Martins em seu quintal (2022).

Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora

Tabela 3 – Lista dos saberes da medicina popular, plantas medicinais usadas e doenças tratadas por Eleci. Fonte: Autora, 2023.

| SABERES | ERVAS | DESTINAÇÃO |
|-----------------|--|-------------------------------|
| Xaropes | pitanga, suco de 1 limão, folhas de tangerina, , alho. | Sistema respiratório |
| | erva são joão, poejo, pertaruão (macarrãozinho) | Sistema respiratório |
| Chás | cidreira | calmante |
| | Alfavaca | expectorante |
| | Romã | Inflamação |
| | folha da banana ouro | infecção da gengiva |
| Garrafada | Açúcar, agrião, caracu | Bronquite |
| | Babosa | Feridas e conter sangramento |
| Simpatia | Leite de mamão | Verruga |
| Banho: | Arruda com vinagre de maçã | Aparelho reprodutivo feminino |
| | Carobinha | cicatrizante |
| banho pós-parto | Carrapixinho | Aparelho reprodutivo feminino |

| | | |
|-------------------------------|--|--|
| Banho para renovar a energia: | aroeira, perigum vermelho, abre caminho do ombro para baixo. | Banho para renovar a energia: (do ombro para baixo). |
| Compressa | erva pancada | luxações |

Eleci nos descreve que sentiu necessidade de o mais conhecimento Casa de Cura em vargem grande, fiz cursos de Reiki, Passes, xamatrina e agora trabalho Reiki, Passes e xamatrina. E no curso para aprender sobre as religiões espíritas, conhecimentos sobre ervas e práticas de cura, e dentre as práticas eu me identifiquei mais com Reiki, Passes e xamatrina.

Segura em uma barra, sobe 3 vezes, assim como Santo Antônio escorregou e andou, a minha espinhela vai voltar para o ligar.

Eu rezo meus filhos com arruda, vassourinha e outros sempre 3 galhos, mas se for algo mais pesado eu dentre os 3 galhos eu coloco um de pimenta do reino. 3 galhos

Elisabete de Lacerda Martins

É filha de Conceição de Lacerda Martins, neta de Laura Rosa da Conceição e perdeu a mãe com 10 anos, então desde cedo foi criada pela avó, hoje, aos 62 anos ela concedeu a entrevista no quintal de sua casa, enquanto tomava conta de seus netos gêmeos. Muita prática, alegre me convidou para almoçar e conhecer as ervas de seu quintal.

Ela recorda que seus contatos iniciais com as práticas de cura com as ervas estão nas vivências da infância:

Em relação a remédios minha avó nunca nos levou no hospital, só em casos graves, eu fui mordida de cobra, minha avó nem ia me levar para o hospital, minha avó sempre teve muito remédio dentro de casa. E quando minha tia Selma chegou, já era de tarde, eu estava sangrando pelos poros, canto de unha, ela falou; minha tia Selma: não, não tem que levar ela pro hospital. E até porque até hoje eu não tomo remédio para nada, só se for questão de coisa muito grave, ela sempre criou a gente com coisas do mato, remédio para dor de dente, dor de barriga, inflamação, cobreiro... Quando criança ela mandava rezar na Dona Astrogilda, que é lá do Quilombo lá do Sandro e na Dona Dadizinha, é outro núcleo que rezava espinhela caída, ventre caído, eu criei meus filhos assim também.



Figura 13 Elisabete de Lacerda Martins em seu quintal (2022).
Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora

Tabela 4– Lista dos saberes da medicina popular, plantas medicinais usadas e doenças tratadas por Elisabete.

| SABERES | ERVAS | DESTINAÇÃO |
|----------------|--|----------------------------------|
| Xaropes | agrião, pitanga, guaco, folha de laranja da terra, alho e gengibre | Fortalece o sistema respiratório |
| | casca de cambucá, erva passarinha, pitanga, guaco, folha de laranja da terra | Combater bronquite |
| Chás | Pata de vaca | baixar glicose |
| | Colônia | Regula a Pressão |
| | folha da mangueira pressão | Regular Pressão e calmante |

| | | |
|--------------|--------------------------------------|---|
| | abacate | Regular Pressão |
| | Hortelã | Digestivo |
| | de louro com casca de cebola | Gases |
| | Trançagem | Aparelho reprodutor feminino |
| Sumo | Erva Maria da Glória | Alivia dor de barriga |
| | Boldo | Combater problemas gastro intestinais |
| | erva passarinha | Combater pneumonia e bronquite |
| | Coentro do Mato | Combater tuberculose e pneumonia |
| | Dipirona | Combater dores |
| Banho | Guiné pipiu, boldo e manjeriço | Combater ansiedade |
| | Abre caminho (do pescoço para baixo) | Auxilia no equilíbrio e abertura de caminho |
| | Erva Doce | Equilíbrio |
| Banho: | Manjeriço (da cabeça aos pés) | Renovação de energia |
| | Erva da Jurema | Combater depressão |
| Compressa | erva pancada | Aliviar dores |
| | Aroeira | Cicatrizante |

Georgina Ferreira Vieira

Georgina é filha de Luzia Ferreira Barbosa e de José Ferreira Vieira, tem 52 anos é mãe de 11 filhos, avó de 8 netos, nascida e criada e no Morro Redondo. Ela relata com satisfação as vantagens de residir em uma das partes mais alta da comunidade:

gosto muito de morar aqui, aqui nós temos segurança, ficamos de porta aberta, eu não tenho vontade de sair daqui. Hoje está muito melhor, com a luz elétrica temos geladeira, oficialmente a luz ainda não chegou, conseguimos puxar só chegou aqui há 8 anos e assim como a LIGHT ainda não tenho água, água vem da nascente aqui na porta, fui criada por Maria Lúcia, que eu considero minha comadre e minha segunda mãe.

E nos expõe que quando criança sua mãe fazia roça com muitas frutas, inhame, feijão, milho, aipim e até cenoura, evidenciando um tempo de fartura, porém também se recorda de alguns períodos de dificuldades: *“Quando meus filhos eram pequenos passamos muita necessidade aqui em cima”*.



Figura 14. Georgina Ferreira Vieira e seu compadre Paulinho em seu quintal no morro redondo (2023). Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora

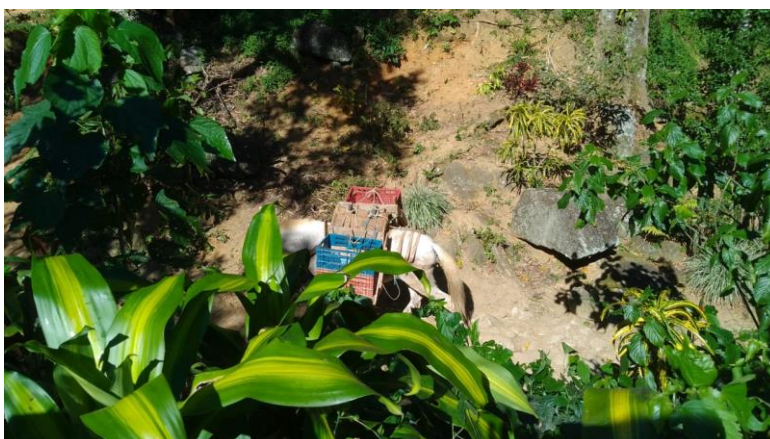


Figura 15. Mula servindo de transporte de carga nas partes mais alta do Quilombo (2023). Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora

Tabela 5 – Lista dos saberes da medicina popular, plantas medicinais usadas e doenças tratadas por Georgina. Fonte: Autora, 2023.

| SABERES | ERVAS | DESTINAÇÃO |
|----------------|---|------------------------------|
| Xaropes | erva de são joão, Barba de velho, folha de laranja da terra, Guaco, folha de laranja da terra, alho e limão | Sistema respiratório |
| | laranja da terra, Barba de velho e Erva passarinho (só da mangueira e do abacateiro) | Bronquite |
| | folhas de Cambucá (pode usar até a casca), folhas de saião, pitanga, um dente de alho e pertaruão (macarrãozinho) | Tosse seca |
| Chás | Erva doce | Cólica para recém-nascido |
| | Colônia | Regular Pressão |
| | Trançagem | Aparelho reprodutor feminino |
| | Folha de bananeira | Infecções |
| | Boldo, espinheira santa | para estômago |
| | Dipirona | Dores |
| | Cana-do-brejo e cabelo de milho | Rins |
| Banho | Sabugueiro | Sarampo |
| | Picão | Ectérica |
| Banho: | Sabugueiro | Sarampo |

| | | |
|-----------|--------------|------------------|
| Compressa | erva pancada | Dores musculares |
| Macerado | Saião | Dores musculares |

Antônio da Silva

Antônio tem 59 anos é, filho de Benedito Alves da Silva e Maria Luiza da Silva. E menciona que seus pais são capixabas, e que vieram do Espírito Santo com ele anda recém recém-nascido, em busca de uma vida melhor. Inicialmente eles moravam nas proximidades do Quilombo, depois passaram a residir no Quilombo. No dia de sua entrevista estava um grande temporal, e como ele estava de moto, a interlocução foi realizada em um bar em frente a Associação de Moradores de Vargem Grande. Quando interpelado em relação a sua infância, ele nos relata:

No meu tempo de criança eu me lembro dos bananais, lembro que tudo era lavoura, Dona Candinha tinha uma grande roça, com tropas de burros. a lei ambiental veio e muitas roças acabaram. A nossa casa era de barro, telhado de sapê, comida era feita no fogão a lenha, a luz elétrica só veio quando eu tinha 17 anos. A comunidade era assistida esporadicamente pelo Dr. Zequinha, ele sempre cobrava responsabilidade das mães. Dona Astrogilda era o nosso primeiro recurso pela distância e principalmente falta de comunicação, eu me sinto um privilegiado por ter convivido com ela nos seus últimos anos de vida.

Tabela 6 – Lista dos saberes da medicina popular, plantas medicinais usadas e doenças tratadas por Antônio. Fonte: Autora, 2023.

| SABERES | ERVAS | DESTINAÇÃO |
|----------------|---|----------------------|
| Xaropes | mel, gengibre, saião, pitanga, guaco, alfavaca, alfavacão, laranja da terra, limão, assa – peixe, folha de laranja da terra, alho e hortelã | Sistema respiratório |
| | Umigo da bananeira | Bronquite |
| Chás | Cana do brejo e quebra pedra | Sistema urinário |
| | Folha de banana | Anti-flamatório |

| | | |
|----------|--------------------------------------|---|
| | Trançagem | Inflamação e aparelho reprodutor feminino |
| | Boldo, espinheira santa | para estômago |
| | Capim limão, dormideira e abacateiro | Insônia |
| Banho | Gervão roxo, manjeriço | Equilíbrio das energias |
| | Arnica e carobinha | Coceira |
| Emplasto | Trombeta, erva da pancada e saião | Dores musculares |

Caroline de Oliveira Paranaguá

Caroline é filha de Lorival Paranaguá Nascimento Filho e Maristela Pereira de Oliveira, é neta de dona Dazinha que tinha forte presença dentro da comunidade e uma grande rezadeira, que dá nome ao seu núcleo familiar. Era uma mulher que atendia com suas rezas tanto os moradores, como aqueles que viam de fora. Caroline declara que apesar de dona Dazinha ter repassado muitos conhecimentos para os familiares que tiveram interesse, as práticas da reza se encerraram com ela. Mas que as práticas de cura através das ervas ainda são presentes, e que sua mãe a criou a base desses ensinamentos.

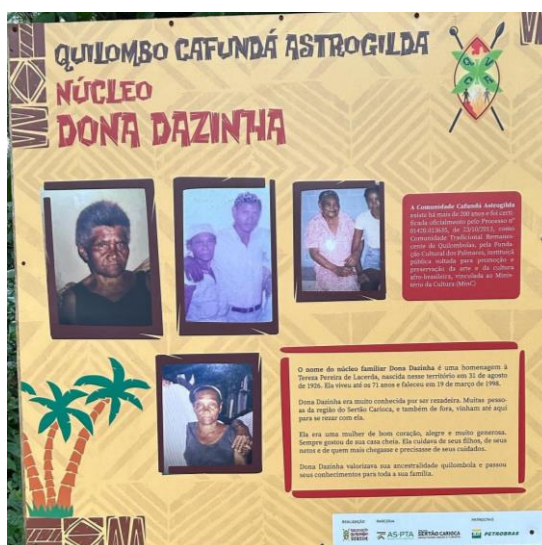


Figura 16. Placa de identificação no início do Núcleo Familiar Dona Dazinha (2023).
Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora



Figura 17. Entrevista com Teresa (2023).
Crédito da imagem: Armando Antunes Moreira

Teresa Luíza

Teresa é a filha mais nova de Dona Dazinha (Teresa Pereira) era uma rezadeira que rezava quebrante, mal olhado e até destroncadura e nos conta que não foi dado prosseguimento a essa tradição por seus filhos se dedicarem a igrejas evangélicas. Sobre o lugar onde mora, Teresa destaca as lutas:

Eu sempre morei aqui com meus filhos, agora eu moro sozinha, minha filha vem me visitar, esse é meu neto, filho da minha filha, ele gosta muito de vir para cá. Eu vim tirar meus documentos há pouco tempo, foi Maria Lúcia que foi comigo lá embaixo e retirou os documentos de registro de nascimento, RG e título de eleitor, mas eu ainda não tenho CPF. Minha maior dificuldade é a distância para médico e a falta de acessibilidade para fazer compras. E nos dias de temporal eu sempre fico com medo porque uma vez uma árvore caiu e derrubou da minha casa e ficamos com muita dificuldade para reconstruir

Tabela 7 – Lista dos saberes da medicina popular, plantas medicinais usadas e doenças tratadas por Teresa. Fonte: Autora, 2023.

| SABERES | ERVAS | DESTINAÇÃO |
|----------------|---|---|
| Xaropes | Mel, tangerina, saião, pitanga alfavaca, laranja da terra, limão, saião, laranja da terra, jatobá e cambucá | Fortalecer o Sistema respiratório |
| | Umigo da bananeira | Combater bronquite |
| Chás | dipirona e novalgina | Baixar febre |
| | Folha da goiabeira | Baixar glicose |
| | Trançagem | Inflamação e aparelho reprodutor feminino |
| | Capim limão, dormideira e abacateiro | Insônia |
| Sumo | Boldo | Estomago |

Paulo José Martins

Paulo é filho de Arlete José Martins e Paulo José Martins, nasceu no núcleo Astrogilda, é casado com Catarina e sua entrevista foi pela manhã, ocasião que ele fez questão de acender o fogão a lenha e preparar um almoço maravilhoso, enquanto a lenha pegava, sua opinião sobre as rezas e benzedeadas foram compartilhava:

Eu conheci dona Nata, mãe da Tati, conheci dona Astrogilda e nunca vi elas cobrarem, porque a pessoa que reza, ela recebe o dom da reza e não pode cobrar por ela, e quanto mais a pessoa reza, mais se aprimora na reza.

Nesse contexto Paulo faz menção que não há pagamento pela cura, é um sistema de valores diferenciado que pressupõe o caráter social das benzedeadas (Oliveira, 1985).

Segundo, Paulo ele só procura o médico quando identifica que a doença é grave e que as ervas não estão conseguindo reverter o quadro, e que os saberes sobre os poderes curativos das plantas perduram no seio familiar:

Quando meu netinho nasceu, ele estava amarelinho, meu filho Christiano logo ligou para mim, me pedindo picão, para banhar o recém-nascido. Isso porque ele cresceu me observando e a vendo a mãe dele fazendo isso.

Tabela 8 – Lista dos saberes da medicina popular, plantas medicinais usadas e doenças tratadas por Paulo. Fonte: Autora, 2023.

| SABERES | ERVAS | DESTINAÇÃO |
|---------|---|------------------------|
| Xaropes | folha de laranja da terra, alfavaca, gengibre, assa peixe, saião, erva de Santa Maria, erva de passarinho, guaco e cambucá. | fortalecer o pulmão |
| | umbigo da banana | Bronquite |
| Chás | Lógina | colesterol, diabete |
| | Picão | hepatite. |
| | terramicina | Inflamação na garganta |
| | colônia | pressão |
| | canela com erva doce | |
| | canela com folha de laranja | |
| | cana do brejo, quebra pedra | Problemas urinários |
| | Carobinha | Desintoxicante |

| | | |
|--------|---|-----------------------|
| | erva maria da glória, erva macaé, espinheira santa | Estômago |
| | Romã | Inflamação |
| | Cordão de frade | para dores musculares |
| Sumo | folha do Boldo | Estômago |
| Banhos | pitanga | Equilibrar |
| | Picão preto ou picão da praia | Icterícia |

Sandro dos Santos Mesquita

Sandro, que vem ser meu colega de profissão e uma das principais lideranças do Quilombo, me recebeu com muita alegria na varanda de sua casa e com contribuiu para a pesquisa com relatos das memórias afetivas:

Minhas memórias de infância sempre me remetem a casa da minha avó Astrogilda, éramos de 20 a 30 crianças no terreno dela brincando, uma infância muito feliz, eu cresci rezando, eu cresci com os remédios à base de ervas. Toda sexta-feira eu ia para casa da minha avó, e voltava no domingo à tarde. Eu e meus primos torcíamos para o rio encher, e não ter como voltar.

A respeito da trajetória de luta pela permanência no território e da concepção histórica da subsistência são expostos na fala, a seguir:

As pessoas não se davam conta que a sua forma de viver estava sendo ameaçada pela a implantação do PEPB, com uma legislação restritiva de direitos fez com que os moradores do Quilombo buscassem na ancestralidade formas de permanência no território. Primeiro chegaram as multas, depois as falas sobre desapropriação e um incentivo ao turismo desordenado. Então aquele grupo que percebeu essa falta de amadurecimento da comunidade, lutou pela identidade do grupo, criou os primeiros projetos, filtrou os projetos e ações que entravam na comunidade, só deixando passar aqueles que iriam fortalecer o grupo, que fossem desenhados em conjunto com a comunidade, que houvesse os moradores sendo contratados e envolvidos. Foi um primeiro momento de muitos embates com as instituições que traziam propostas não condizentes com esse momento de transição e reconhecimento da comunidade. Atualmente estamos em um momento em que os moradores já têm o pertencimento do lugar, da sua história. São pessoas empoderadas como Isadora. Como consequência obteve-se a consolidação quanto instituição,

formando a Associação dos Moradores e Remanescentes do Quilombo de Vargem, em que Sr. Pingo foi o 1º Presidente. Dentro do entendimento que o quilombo é um território, usamos esse nome para englobar qualquer grupo que se reconheça quilombola. Atualmente Christiano, filho de Maria Lúcia é o presidente, Paulo é o vice-presidente e Ivanir a secretaria.

A forma como atores sociais utilizam seus espaços, como eles se apropriam dos saberes tradicionais e dão significado ao lugar, define a identidade e a territorialidade da comunidade, expressos pelo sentimento de pertencimento ao lugar. São constitutivos em relação aos outros grupos com os quais se confrontam e se relacionam. Estes são componentes que configuram as múltiplas dimensões de uma população tradicional como a do Quilombo Cafundá Astrogilda



Figura 18. Sandro guiando no projeto Ação Griô ao lado meus filho com 3 anos (2021). Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora

Tabela 9 – Lista dos saberes da medicina popular, plantas medicinais usadas e doenças tratadas por Sandro. Fonte: Autora, 2023.

| SABERES | ERVAS | DESTINAÇÃO |
|----------------|---|---|
| Xaropes | Folha de laranja da terra, alfavaca, gengibre, assa peixe, saião, erva de Santa Maria, erva de passarinho, guaco e cambucá. | Fortalecer o pulmão |
| | Umbigo da banana | Combater Bronquite |
| Chás | Lógina | Reduzir colesterol, diabete |
| | Picão | Combater hepatite. |
| | Terramicina | Inflamação na garganta |
| | Colônia | Regularizar pressão |
| | Cana do brejo, quebra pedra | Problemas urinários |
| | Carobinha | Desintoxicante |
| | Erva maria da glória, erva macaé, espinheira santa | Estômago |
| | Romã | Inflamação |
| | Erva cidreira | Aliviar o estresse |
| Sumo | folha do Boldo | Combate aos problemas gastrointestinais |
| banhos | pitanga | Equilibrar |
| | Picão preto ou picão da praia | Icterícia |

Catarina Mesquita

Mais conhecida como Tati, é mãe de cinco filhos e onze netos, é neta de Astrogilda, aprendeu muitos saberes da medicina popular com sua avó e com sua mãe Natália Mesquita (Tia Nata), que foi uma grande benzedeira e conhecedora dos poderes de cura das ervas.

Junto com seu marido Paulo José Martins, ela administra o restaurante Cantinho do Sossego. A entrevista durou quase toda a manhã, entre acender o fogão à lenha, temperar e colocar comida no fogo, Tati ia evidenciando seu cotidiano, e como os seus saberes sobre as curas e as ervas estão enraizados na infância.

Morávamos no quintal da minha avó, minha avó ajudou muito mãe, ela nos relata que de medicamentos: “Eu aprendi a reconhecer as ervas desde muito criancinha porque minha avó Astrogilda dizia: criança vai no mato pegar erva tal e eu meus irmãos íamos. Depois a gente ficava olhando ela fazer os remédios”.

Em relação a moradia: *“Nossa casa de chão de barro, sem piso, com fogão de lenha colocando fumaça para dentro de casa”.*



Figura 19. Catarina, a Tati, em seu quintal (2022).

Crédito da imagem: Acervo da pesquisadora

Tabela 10 – Lista dos saberes da medicina popular, plantas medicinais usadas e doenças tratadas por Catarina. Fonte: Autora, 2023.

| SABERES | ERVAS | DESTINAÇÃO |
|----------------|---|--|
| Xaropes | Folhas de laranja da terra, alfavaca, gengibre, assa peixe, saião, erva de passarinho (mangueira), guaco e cambucá. | Fortalecer o pulmão |
| | umbigo da banana | Combater Bronquite |
| Chás | Folhas de Lógina | Ajuda a reduzir o colesterol e a diabete |
| | Folhas de Picão | hepatite. |
| | Folhas de terramicina | Combate a inflamação |
| | Folhas de colônia | pressão |
| | Folhas de boldo, boldo do chile, carqueja, espinheira santa e anis do mato, | Combate aos problemas gastrointestinais |
| | Mari de sô (raíz) | Combate a diarreia |
| | Folhas de cana do brejo, quebra pedra | Combate Problemas urinários |
| | Folhas de Carrapichinho e perta ruão | Combater a inflamações do aparelho reprodutor feminino |
| | Romã | Inflamação |

| | | |
|------------------|---|----------------------------------|
| | Folhas de Cordão de frade | Para aliviar as dores musculares |
| Sumo | folha do Boldo | Estômago |
| banhos | Folhas de pitanga | Equilibrar |
| | Folhas de picão preto ou picão da praia | Icterícia |
| Água aromatizada | Folhas de arruda | Purificação do ambiente |
| Compressa | Folhas de lágrima de nossa senhora | Combate ao inchaço |

3.3 Análise dos dados

Os conhecimentos e produtos da medicina tradicional ou popular, objeto de estudo dessa pesquisa, se caracteriza muitas vezes, por um atendimento individualizado, com a fabricação de remédios específicos que podem tratar simultaneamente, o corpo físico e a parte espiritual. Com base nessas definições fica claro que os produtos da medicina popular e os cuidados com a saúde produzidos nas comunidades tradicionais não se enquadram na categoria de fitoterápicos, o que os distancia do PNPMF. Os fitoterápicos, para os meios oficiais de saúde, são definidos como tipos de medicamentos:

“[...] são produtos industrializados obtidos a partir da planta medicinal (...) os medicamentos fitoterápicos devem seguir, como qualquer outro medicamento, todas as normas sanitárias e os cuidados para o seu uso, e devem possuir registro na Anvisa. (ANVISA, 2010a, p. 56).

A medicina oficial observa o indivíduo pelas partes do corpo e a doença em seu aspecto material, enquanto o conhecimento popular analisa o paciente de forma integrada, levando em consideração, também, os males da alma e as questões mágico-simbólicas inseridas no cotidiano (Camargo, 2010).

Para alcançar os mecanismos de cura não basta identificar a doença, tem que ser investigado sua origem – espiritual, emocional, física ou o combinado de duas ou três. Se a origem for espiritual para os agentes de cura da medicina popular que estão dentro desse universo, se faz necessário recorrer ao plano ancestral para se chegar as formas de usos das

plantas medicinais, a elaboração remédios artesanais e variados tratamentos. Desta forma as plantas assumem tratamentos variados como: limpeza energética, proteção espiritual, oferendas para abertura de caminhos, desfazimento de feitiços, benzimentos e outros. Dependendo do tratamento espiritual a empregabilidade de uma mesma erva pode desempenhar funções completamente diferentes. Caso a origem for física as plantas medicinais são usadas como medicamentos alopáticos, ou seja, causam um efeito contrário à patologia: antitérmico, anti-inflamatória, antibiótica, analgésica (Justino, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta pela permanência no território que lhes assegura a continuidade de seu modo de vida, despontou nesse grupo social a necessidade reconhecer a identidade política de uma comunidade remanescente de quilombo. Essa identidade foi alcançada através do reconhecimento histórico alicerçado em relações socioculturais produzidas e reproduzidas na condição de vida quilombola.

Os saberes tradicionais a respeito do manejo e do uso de plantas medicinais, a transmissão do conhecimento tradicional e do simbolismo relacionados ao cultivo e manipulação dos remédios à base de ervas, bem como a conservação da floresta de mata atlântica, na qual estão inseridos deveriam ser pautas prioritárias nas políticas públicas em saúde.

Os detentores de saberes da medicina popular da Comunidade Cafundá Astrogilda ao relatarem suas experiências nos cuidados com a saúde, sempre as relacionam as matriarcas da comunidade, as suas tias, mães e avós. Assim, ao pronunciarem suas histórias revisitam na memória à história de seus antepassados, que vem se perpetuando ao longo dos anos através da oralidade. Dessa forma a pesquisa abriu um caminho para darmos sequência há ações que visem recuperar memórias dispersas, que atualizam saberes ancestrais ainda hoje agenciados cotidianamente no contexto dessas famílias. A pesquisa suscitou um levantamento acerca dos conhecimentos da medicina popular, das ervas usadas, dos detentores dos saberes e dos tratamentos indicados, possibilitando uma base de dados que possa vir subsidiar projetos de manejo de uso sustentável dos recursos naturais. Além de questionamentos no que concerne a inclusão do território quilombola dentro de UC de proteção integral, esperando contribuir para afirmação da permanência da comunidade no território.

Pelas experiências históricas compartilhadas foi possível identificar as estratégias de sobrevivência e de resistência no cotidiano do quilombo, principalmente nas mulheres que estão sempre criando e recriando formas de trabalhar para minimizar as adversidades, oportunizando às gerações futuras.

As mulheres negras vivenciaram e até hoje vivenciam um silenciamento intelectual, quebrado por mulheres que entram para a história do povo preto na luta contra o racismo estrutural e na defesa da redução das desigualdades, estão presentes nas falas de nossas entrevistadas. Em uma outra perspectiva Beatriz do Nascimento denuncia o comportamento discriminatório dentro do mundo acadêmico e uma sociedade racista e elitistas:

[...] a democracia racial brasileira talvez exista, mas em relação ao negro inexistente. As manifestações preconceituosas são tão fortes que, por parte de nossa intelectualidade, dos nossos literatos, dos nossos poetas, da consciência nacional, vamos dizer, somos tratados como se vivêssemos ainda sob o escravismo (NASCIMENTO, 1977, p. 42)

Não menos militantes muitas mulheres quilombolas lideram as ações comunitárias em busca de acesso aos direitos básicos de cidadania, de valorização da ancestralidade e da defesa do território. Toda a trajetória de luta forjada nos depoimentos da população feminina do Quilombo Cafundá Astrogilda, as tornam filhas da diáspora africana, bem representada e materializada no verso de Conceição Evaristo:

A voz de minha bisavó
 ecoou criança
 nos porões do navio.
 Ecoou lamentos
 de uma infância perdida.
 A voz de minha avó
 ecoou obediência
 aos brancos-donos de tudo.
 A voz de minha mãe
 ecoou baixinho revolta
 no fundo das cozinhas alheias
 debaixo das trouxas
 roupagens sujas dos brancos
 pelo caminho empoeirado
 rumo à favela
 A minha voz ainda
 ecoa versos perplexos
 com rimas de sangue e fome.
 A voz de minha filha
 recolhe todas as nossas vozes
 recolhe em si
 as vozes mudas caladas
 engasgadas nas gargantas.
 A voz de minha filha
 recolhe em si
 a fala e o ato.
 O ontem – o hoje – o agora.
 Na voz de minha filha
 se fará ouvir a ressonância
 O eco da vida-liberdade.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, M. e MATTOS, H. “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. In: Mauad, Almeida e Santhiago, História Pública no Brasil. São Paulo, Letra e Voz, 2016.

ABREU, DEYSE MARINHO DE. Arte boticária: uma análise a partir de boticários e boticas da comarca do rio das velhas na segunda metade do século XIX. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2006.

ACIOLI, Gustavo e MENZ Maximiliano M. Resgate e mercadorias: uma análise comparada do tráfico luso-brasileiro de escravos em angola e na costa da mina (SÉCULO XVIII). Afro-Ásia. 2008; (37):43-73.

ALBERGARIA, Danilo. Motivações e consequências sociais das reformas urbanas no Rio. Revista Com Ciência, Campinas, Labjor Unicamp, ed.118. maio 2010.

ALENCAR, Edigar de. Nosso Sinhô do Samba. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

ALMEIDA, Angélica Ferrarez de. As griôs no brasil: saberes e fazeres de mulheres negras através da categoria tia. Revista Calundu –Vol.4, N.2, Jul-Dez 2020 - 73

ADRIANE de Andrade, O Movimento Aprendizes de Sabedoria (MASA):tecendo territorialidades de cura na disputa por saberes comuns. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2019.

ANDRADE, Adriane de; GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Movimento Aprendizes de Sabedoria (MASA): cartografando processos de r-existência. CAMPO-TERRITÓRIO :revista de geografia agrária, v. 14, n. 33, ago., 2019.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos, Território das comunidades remanescentes dos antigos quilombos no Brasil: primeira configuração espacial. Brasília, Universidade de Brasília, 1999.

ARRUTI, José Marício Andion. “ Conceitos, Normas e Números: Uma introdução a educação escolar quilombola. Revista Contemporânea de Educação. Vol:12, n23, Jan/abr 2017.

ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. Ambiente & sociedade, n. 5, 1999.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. Território Negro em Espaço de Branco. São Paulo, Brasiliense, 1988.

Barbosa, D. F., & Lemos, P. C. P. (2007). A medicina na Grécia antiga. Revista De Medicina, 86(2), 117-119.

BRAGA Henrique Faria & ABREU, Caio Lamunierde Abreu. Revista de Medicina, Fragmentos da História da Medicina e da Cirurgia 84 (3-4):118-119, São Paulo, 2005.

BRANDELLI, Clara Lia Costa. Plantas Medicinais: Histórico e Conceitos. In: PESSOA, Débora Luana Ribeiro (Org). Expansão do conhecimento e inovação tecnológica no campo das ciências farmacêuticas 2. Ponta Grossa (PR): Atena, 2021.

BRASIL, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF. Jul, 2000.

BRASIL, Plano de Manejo do Parque Estadual da Pedra Branca. INEA Dibap nº 27 de 10 de outubro de 2012.

BORGHEZAN, João Luiz Fernandes. Plantas medicinais na Idade Média: o nascimento da Farmácia In: Plantas Medicinais e os cuidados com a saúde: contando várias histórias, NUPPe / Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

BOXER, Charles R. A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Brito e Coelho. Os quintais agrofloretais em regiões tropicais – unidades auto sustentáveis. Revista Agricultura Tropical, Cuiabá, MT. Vol:1, n. 4, p. 7-38, 2000.

CÁCERES, Luz Stella Rodríguez. Paisagem, memória e parentesco no quilombo de Vargem Grande, RJ. *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, v. 21, n. 2), p. 269-292, 2017.

CÁRCERES, Cartografia Participativa do Quilombo Cafundá Astrogilda. Rio de Janeiro: Projeto Sertão Carioca, 2022.

CARNEIRO, Edson. Quilombo dos Palmares. *Biblioteca Pedagógica Brasileira, Série 5º, Vol: 302*, 1958.

CABRAL, Medicina, médicos e charlatões do passado. Florianópolis, IOESC, 1942

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho da Migrações negras no pós-abolição do sudeste cafeeiro (1888-1940) *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 101-126, jan./jun. 2015.

COSTA, Yuri Michael Pereira. Sociedade e escravidão no Maranhão do século XIX. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Vol. 10, Nº. 20, 2018.

COSTA, Robson Pedrosa. A Ordem de São Bento e os escravos do Santo, Pernambuco, Séculos XVIII e XIX. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

DIAS, Márcia Cristina de Oliveira. Parque Estadual da Pedra Branca: o visível e o invisível na paisagem de um território em disputa. Dissertação apresentada no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UFRRJ, Seropédica, 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. *Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil*. São Paulo: NUPAUB/USP; PROBIO/MMA – CNPq, 1999.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Editora Hucitec – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras-USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, R. S. V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

DINIZ, André. Almanaque do samba: a história do samba, o que ouvir, o que ler, onde curtir. Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar, 2008.

DUNWICH, Gerina. Wicca: A Feitiçaria Moderna: o livro das ervas, magias e sonhos. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1992.

D'ANGELO, Edson; CORTES, J. R. Ayurveda: A Ciência da Longa Vida. São Paulo: Madras, 2008.

DEVEZA Antonio Cesar Ribeiro Silva. Ayurveda – a medicina clássica indiana. Revista Med. vol. 92, n.3, p.156-165, 2013.

DÓRIA, Renato de Souza. Memória e história da ocupação e dos conflitos de terra no Sertão Carioca. In: POTENGY, Gisélia Franco. & VENANCIO, Ana Teresa A. O asilo e a cidade: histórias da Colônia Juliano Moreira. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

DOMINGOS, Petrônio. Movimento Negro: Alguns apontamentos históricos. Revista Tempo, vol. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FARIAS, Rosilene Gomes. Dom da cura rastros de “curandeirismos” no Recife republicano (Décadas de 1930 - 1940). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, 2015.

FERNADEZ, Annelise Caetano Fraga Bananas para vender e histórias para contar: cultura alimentar local e identidades territoriais a partir de mercados orgânicos e agroecológicos. Revista Antropologia São Paulo, v. 63, n. 3, 2020.

FOUCAULT, Michael. O nascimento da medicina social. In Microfísica do poder. São Paulo: Edições Graal, 1979.

_____. Microfísica do Poder 17ed. Rio de Janeiro, Edição; Graal, 1979

FIGUEIREDO, B. G. A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais. 2º ed. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

_____. O patrimônio histórico na sociedade contemporânea. Revista Escrito. Rio de Janeiro, n. 1, p. 159-171, 2007.

GERALDO, Sheila. Cabo. Heitor dos Prazeres: A imensa riqueza interna e a instauração da arte. MODOS: Revista de História da Arte, Campinas, SP, v. 5, n. 1, p. 54–73, jan. 2021.

GONDAR, Jô e DOBEDEI, Vera (org.). O que é memória social? Rio de Janeiro: UNIRIO Contra Capa, 2005.

HALBWACHS, Maurice. A Memória Coletiva. São Paulo, Centauro, 2006.

HERNANDEZ, J. C. Patrimônio e Globalização: o caso das culturas alimentares. In. Canesqui, Ana Maria; Diez Garcia, Rosa Wanda. Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro, Fiocruz, 2005. p.129-145.

HILUEY, Xênia Fernandes. A procura pelas ervas: Estudo sobre as representações que incidem sobre o corpo, a doença e a cura entre os erveiros. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraíba, 1999.

IPHAN. Educação patrimonial: inventários participativos. Manual de aplicação. Brasília: IPHAN, 2016.

LAPLANTINE, F. & RABEYRON, P. L. Medicinas paralelas. São Paulo: Brasiliense, 1989.

LEITE, Boaventura. Ilka. O Projeto Político Quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. UFSC. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965, 2008.

LUNA, Fernando J. Sobre um herbário ilustrado do início da Era Moderna traduzido para o português: o livro História das plantas, de João Vigier. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 219-234, jul-dez 2016.

LOYOLA, Maria Andréa. Médicos e Curandeiros; conflitos social e saúde, 1º Edição, São Paulo: DIFEL, 1994.

MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1985.

MAGGIE, Yvonne. O Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MATTOS, Hebe; RIOS, A. L. Memórias do Cativo, Família, Trabalho e Cidadania no Pós-Abolição. Rio de Janeiro: Record, 2005

MATTOS, Hebe; ABREU, Marta. Remanescentes das comunidades dos quilombos: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. Goiânia, v. 7, n.1/2, p. 265-288, jan./dez. 2009.

MARTINS, Manoel Barros. Operários da saudade: os novos atenienses e a invenção do Maranhão. São Luís: Edufma, 2006.

MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. 1 ed. Cosac Naify, 2003.

MELO. M.R.S., GUEDES, N.M.R., SOUZA, C.C., Percepção e valoração ambiental do Parque Estadual Matas do Segredo em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Revista Brasileira de Geografia Física, n. 9, p.1513-1528, 2016.

MENDES, D. S.; CAVAS, C. S. T. Benzedeiras e benzedeiros quilombolas - construindo identidades culturais. Revista INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 19, n. 1, p. 3-14, jan./mar. 2018

CUNHA MENEZES, Pedro da. Sinalização. Trilha Transcarioca. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz Resende (Org). Inventários de Identificação. Rio de Janeiro: Iphan, 1998.

MORAES, Marco Antonio de Moraes. As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde se destacando no cenário de Promoção da Saúde no Estado de São Paulo. Boletim Epidemiológico Paulista, Ano 2021, Vol. 18, Nº 215, Pág. 57-68.

MOURA, Clóvis. História do Negro Brasileiro. São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 1992.

_____. Dialética radical do Brasil negro. São Paulo: Anita, 1994.

MOURA, Roberto. Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

MUSUMECI, L. Pequena produção e Modernização da agricultura: o caso dos hortigranjeiros do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1986.

NEVES, Lucilia de Almeida. Memória, História e sujeito: substratos da identidade. História Oral, 3, 2009.

NOGUEIRA, A.L.L. Entre cirurgiões, tambores e ervas: calundzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (século XVIII). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993

OLIVEIRA, E. C. S.; COSTA JÚNIOR, E. O. Saúde e doença: recursos utilizados em rituais de cura no estado da Paraíba. BIOFAR-Revista de Biologia e Farmácia, João Pessoa, PB, v. 6, n. 1, 2011.

PENA, Ingrid Almeida de Barros; Rio Branco, Christiane dos Santos. Trilha do Mel: Idealização e Implementação de um roteiro interpretativo no Parque Estadual da Pedra Branca. In: Rodrigues, Tayronne de Almeida et al. (orgs). Meio ambiente, sustentabilidade e agroecologia, 3, Ponta Grossa (PR): Atena, 2019.

PENA, Ingrid Almeida de Barros; RODRIGUES, C. G. de; Mosaico Carioca de Áreas Protegidas e a perspectiva de gestão integrada do território no contexto urbano. Revista Desenvolvimento Meio Ambiente, Vol. 46, p. 133-153, agosto 2018.

PEIXOTO Sílvia Alves, & LIMA, Tania Andrade. Engenho do Camorim: Arqueologia de um espaço açucareiro no Rio de Janeiro seiscentista, Revista de Arqueologia, Vol.33, N.01, 2020.

PEREIRA, J. C.M. da S. À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Garamond, Iphan, 2007

PEREIRA, Henrique dos Santos. Relatório Final: Iniciativas de co-gestão dos recursos naturais da várzea, Estado do Amazonas. Estudo estratégico-analítico. Manaus, 2002.

PIMENTA, Tânia Salgado. Terapeutas populares e instituições médicas na primeira metade do século XIX. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.). **Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 307 – 330.

_____. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade do Oitocentos. História, Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, v.11, suppl.1, p. 67 – 92, 2004.

POLLAK, M. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 02, n. 03, p. 3-15, 1989.

QUEIROZ, Helder/IBAMA. Relatório Final: Avaliação de experiências de co-gestão em unidades de conservação federais. Brasília, 1995.

QUINTANA, Alberto Manuel. A ciência da benzedura: mau-olhado, simpatias e uma pitada de psicanálise. Bauru:EDUSC, 1999.

RABELO, Maria Clara. O ofício dos boticários no século XIX. Revista Com Ciência, n.130, 2011.

RIBEIRO, Palmira Margarida Ribeiro da Costa. Práticas de cura popular. Uso de plantas medicinais e fitoterapia no ponto de cultura “Os tesouros da terra” e na rede fitovida na região serrana – lumiar/ rio de janeiro (1970-2010). Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz - Fiocruz, 2014.

RIBEIRO, Luis Henrique Leandro Cartografia da ação social e luta pelo uso do território no Brasil: contribuições à reflexão do método a partir da Rede Fitovida no Rio de Janeiro, Revista Gro USP, Vol:26 nº2, 2022.

REIS, Natália de Paula. Bênçãos que curam: uma análise da interação comunicativa em rezas e benzeduras populares. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Goiás, 2023.

ROTHENBURG, Walter Claudius. Direitos dos Descendentes de Escravos (Remanescentes das Comunidades de Quilombos). In: SARMENTO, Daniel; PIOVENSAN, Flávia; IKAWA, Daniela (Coord.). Igualdade, diferença e direitos humanos. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008. p. 445-471.

RUDGE, Raul Telles. As Sesmarias de Jacarepaguá. São Paulo, Livraria Kosmos Editora S.A., 1983

SAMPAIO, G. Dos R. Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. Campinas, Editora Unicamp, 2001.

SAMPAIO, G. Dos R. Tenebroso mistério: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro imperial. In: Chalhoub, S. et al. (orgs). Arte e ofícios de curar no Brasil. Campinas, Editora Unicamp, 2003, p. 387 – 428.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império português (1701-1750). In : FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima; (Orgs.). O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

SANTOS, A. H. dos. A justiça ambiental e os novos direitos constitucionais: a função socioambiental dos territórios quilombolas do Parque Estadual da Pedra Branca Revista Brasileira de Estudos Urbanos. n°3, vol.20, p.457-478, São Paulo, 2018.

SANTOS FILHO, LC. História Geral da Medicina Brasileira. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1991. Vol. 2.

SAUINI, Thamara. Levantamento etnobotânico participativo entre os moradores do Quilombo do Cambury, Ubatuba, S.P., Brasil. Dissertação (Mestrado em Biologia Química) - Instituto de Ciências Ambientais Químicas e Farmacêuticas da Universidade Federal de São Paulo – Campus Diadema, 2019.

SERAFIM, Luiza Azevedo Rosa, Quintais Quilombolas e a Soberania Alimentar: Espaços Produtivos Familiares no Contexto da Expansão Urbana do Rio de Janeiro. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, 2018.

SILVA, Rafaela Paula da. A culinária como patrimônio cultural e elemento constitutivo da identidade da quilombola no Cafundá de Astrogilda. Dissertação (Mestrado em História Social) -Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017

SILVA, Veronnic Teles dos Santos. Benzedeadas de Goiás: resistência e memória popular. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2022

SIMÃO, Lucieni de Menezes A casa da memória da rede fitovida: estratégias associativas de grupos comunitários de saúde em busca do registro de patrimônio imaterial. In: SOUZA, Karoline Coelho de Andrade e. Utopia e Distopias da Ciência Política. Ponta Grossa (PR): Editora Atena 2019.

SIMMONS, John Galbraith. Médicos e descobridores. São Paulo; Rio de Janeiro: Record, 2004.

SOUZA Gabriel Laurentino de. Os limites do exercício da liberdade religiosa perante o crime de curandeirismo. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Direito)- Universidade São Judas Tadeu, 2022.

SOUZA, Laura de Mello e. O diabo e a terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VASSALO, Simone Pondé; BITTER, Daniel. A múltipla Pequena África no Rio de Janeiro: perspectivas reflexas de negros e judeus. Revista Antropolítica, n. 45, Niterói, p.94-122, 2. sem. 2018.

VASSALO, Simone Pondé; CICALO, André. Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. Horizontes Antropológicos, 2015.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço. Espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.3, n.6, 1990, p.207-228.

VERGER, Pierre, Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII a XIX. São Paulo: Companhia das letras, 2021.

Apêndice 1 - Roteiro básico de entrevistas**ROTEIRO BÁSICO DE ENTREVISTAS - INVENTÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO PARTICIPATIVO**

1. Por gentileza poderia me informar seu nome, sua idade e a qual núcleo do Quilombo Cafundá Astrogilda você pertence?
2. Você realiza alguma prática de cura com plantas medicinais?
3. Poderia por gentileza descrever a prática de cura, informando quais ingredientes que usa, como é a fabricação e como armazena (quando for o caso)?
4. Você se considera um profissional popular de cura (benzedeiros, médiuns, raizeiros, ervateiros, parteiras) ? Se sim, qual?
5. Poderia por gentileza descrever se utiliza alguma prática de cura conjugada com rituais religiosos? Se sim, poderia descrever a prática e o ritual?
6. Pode descrever o lugar onde se realiza a prática de cura?
7. Pode descrever se existem outras atividades realizadas no lugar em que é realizada a cura?
8. Pode descrever os objetos usados nas práticas de cura?
9. Qual o perfil das pessoas que se utilizam as práticas de cura que você administra?
10. Tem alguma celebração que ocorre dentro do Quilombo que está associada as práticas de cura que você administra?
11. Com quem você aprendeu as práticas de cura que exerce?
12. Você fez algum curso na área da medicina popular? Se sim, qual curso? Você gostaria de fazer mais cursos nessa área?
13. Você acha que os saberes da medicina popular correm algum risco? Se sim, qual(ais)?
14. Conhece alguma legislação que proteja os saberes da medicina popular? Se sim, qual(ais)?
15. As suas práticas de cura estão registradas no Sistema Ideia SUS como Prática Integrativa do SUS? Se não, gostaria de registrar?
16. As suas práticas de cura estão registradas no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen)? Se não, gostaria de registrar?
17. Informem se há músicas, cânticos, orações e/ou outras oralidades que estejam presentes nas práticas de cura da medicina popular que você utiliza?
18. As pessoas que recebem as práticas de cura retornam para relatar a eficácia do tratamento?
19. Você acha que possui as estruturas e os recursos necessários para realizar as práticas de cura?
20. Você considera as práticas de cura que realiza um patrimônio Cultural? Se sim, por que?

Apêndice 2 – Transcrição de entrevistas

ENTREVISTA COM CATARINA MESQUITA

Chris: Por gentileza poderia me informar seu nome, sua idade e a qual núcleo do QuilomboCafundá Astrogilda você pertence?

Tatiana: Sou Tatiana Mesquita filha de Natália Mesquita, filha de Astrogilda. Chris: Então você é neta de Astrogilda?

Chris: Você realiza alguma prática de cura com plantas medicinais?

Tatiana: o anis é aqui do mato, para que você usa o anis? Par fazer chá para a digestão, paracolocar na comida, para fazer doze, para fazer licor. A arruda minha mãe usava para rezar, ela rezadeira ela. Minha mãe usava para rezar, eu gosto de pegar e cheirar, macerar na água, tomar um banho, macerar ela um pouco ou largar ela na água um pouco e depois, colocar em um borrifador e borrifar a casa, para tirar as energias negativas. Eu nunca usei a arruda como remédio, somente para banho Poderia por gentileza descrever a prática de cura, informando quais ingredientes que usa, como é a fabricação e como armazena (quando for o caso)?

Chá de capim limão é bom, eu pego um punhadinho assim, coloca água para esquentar, quando a água ferve, eu boto e abafio, eu também faço suco. Ele é expectorante, uso ele comguaco. Erva não faz mal

Carobinha: é um antibiótico, cicatrizante, é para alergia, para essas coisas Chris: E o boldo?

Tatiana: Boldo é muito bom mulher. Se tiver alguém se sentindo mal, eu falo pega uma folhinha e mastiga. É bom para o fígado, para gases, para o estômago.

Chris: Qual a quantidade? Eu pego duas folhinhas Chris: Qual a proporção que você usa? Tatiana: Eu uso duas folhas grandes dessa aqui, eu não gosto muito forte não. Se não tiver boldo eu uso esses aqui.

Chris: O que é isso?

Tatiana: É carqueja, o efeito é até melhor, ela tá assim, mas não tá morta, nessa época ela fica assim.

Chris: E esses conhecimentos você aprendeu com sua mãe?

Tatiana: Sim, com minha mãe falava assim: Vai lá no mato pegar erva tal, tem muita erva aqui que é boa você não sabe, pensa que é mato, e não é. Aqui no meu quintal por exemplo tem aqui ó, picão, minha mãe dizia vai lá no mato pegar picão para fazer chazinho para neném e a gente ia. Dá um pouquinho de chazinho para criança, pega a fraldinha da criança, pega o xixizinho da criança daquela fraldinha que tomou o chá de picão, você vai na cumeeira e e pendura, aí aquele amarelo do corpo da criança, que é chamado icterícia, vai embora.

Tatiana: Essa erva é lágrima de nossa senhora, as pernas isso aqui é bom para circulação, as pernas quando fica enxada, dores, serve para banhar. Isso aqui minha avó chamava de maride sô, isso aqui quando a criança está com diarreia, dor de barriga, tira a batatinha descascaque dá na raíz, rala, coloca na água, coa e dá para a criança.

Tatiana: Essa daqui é muito boa, erva cidreira.

Chris: eu acho que po chá de erva cidreira é calmante Carla: consegue uma mudinha dessa: Sim, da sua varanda, já pode usar essas folhinhas aqui.

Carla: eu uso erva seca, mas são é a mesma coisa. Tatiana não, não é.

Tatiana: Meu marido tomou uma queda, ficou ruim para caramba, todo machucado eu curei com isso aqui, arnica, eu soco ela bem até ficar bem verdinho, aí eu faço compressa.

Chris: e a erva da pancada? É aquela que eu peguei para menina erva pancada, minha mãe pegava um punhadinho assim e fazia uma rodilha e botava para cozinhar, colocava em cimado machucado da criança, daquela pessoa.

Chris: e na sua infância, então vocês todos foram criados com as ervas, ninguém para médico

Tatiana: Eu lembro que eu tinha bronquite, eu ficava muito ruim de bronquite, aí minha avó fazia um xarope, que ninguém aprendeu, ficou com ela, que a criança não pode saber do que é feito xarope, aí minha vó fez para mim, eu tomei e nunca mais tive bronquite, eu fui curado com aquilo, devia ter uns 7 ou 8 anos, se hoje um neto precisar eu não sei fazer, é tipo uma simpatia.

Chris: Você faz xarope também?

Tatiana: Faço, faço com a casca de limão, guaco, é capim limão com as ervas que eu tenho no quintal. Faço com o coração da banana também.

Chris: É aquele umbigo da banana? Você utiliza o umbigo todo?

Tatiana: Sim, utilizo o umbigo todo, mas tem que ser em panela de barro, é muito fácil de fazer e eficaz demais. Você pega o coração da banana, umbigo, corta fininho, bota em uma panela de barro, pega 1kg de açúcar mascavo cobre ele todo, deixa 3 dias, coa, dá para criança 3 vezes por dia.

Chris: Todo mundo fala desse xarope do umbigo da banana

Carla: nunca ouvi falar, tem muita coisa que aprendi hoje de manhã, foi uma aula hoje de amanhã.

Tatiana: Vocês foram aonde?

Chris: na Eleci e na Betinha

Tatiana: Ah, sim, elas sabem também, essa minha avó ensinou muito Chris: Você lembra a sua avó Astrogilda?

Tatiana: Perfeitamente, como se tivesse aqui na minha frente, eu morava com vovô, eu e todo mundo, depois viemos morar alí. Aqui só tinha duas casas: a nossa e a de vovó, não tinha vizinho nenhum, era só a gente. Não era fácil não Vovó ajudou muito mamãe, quando a gente era pequena, era muita luta.

Chris: Em uma época que não tinha luz, não tinha recursos para ir à médico? Tatiana: Não, não tinha.

Chris: então sua avó Astrogilda de uma certa forma passou todo conhecimento para sua mãe e ela automaticamente passou para você

Tatiana: A gente aprendeu o negócio com as ervas como eu falei; Vovó falava: vai pegar erva tal. Erva da lua, eu não aqui para te mostrar, erva da lua vovó fazia chá e fazia banho.

Carla: Pegou o fogo

Tatiana: Pegou sim, assim que esquentar vocês comem. Carla: Não precisa ser fervendo não (4:10 áudio 2)

Tatiana: Menina eu vou te falar uma coisa: não me incluíram no sertão carioca, passavam lá no caminho, mas não vinham aqui em casa, eu não participava de nada aí um dia o Junior – meu sobrinho, que mora aqui comigo, o Junior trouxe a Renato Souto para ver uma planta aqui no meu quintal. Aí ela veio, ela viu a planta, quando ela viu a planta e disse: seu quintal é meu rico, até eu fazer essa comida aqui do CULINAFRO, meu quintal ficou cheio, fazer o passo a passo, da lavagem, do tempero, aí saiu o livro, nem da ver as páginas esse aí tá molhado. Aí saiu o livro, teve no Museu da Manhã, na UERJ, no Prédio da Petrobrás, no Posto de Saúde do Jacarezinho, levando meu angu com taioba.

Carla: A taioba você bota como?

Tatiana: Aí eu faço a parte, aí eles botam, tem que ver as madames da UERJ, lá no prédio da Petrobrás, tudo no salto comendo angu aqui do Quilombo. Eu tinha que estar lá 8:00hs

Carla: madrugou?

Tatiana: Aí eu fiz o angu, a taioba e sete bolos, levei até lenha, levei um feixe de lenha, levei taioba, levei folha de bananeira, foi lindo.

Chris: E agora no verão o turismo o pessoal começa vir? Começa a ser procurada? Tatiana: graças a Deus está vindo bastante gente

Carla: E marca com você direto?

Tatiana: Ligam para mim, agendam e vem igual ao Nando, hoje ele não vai embora, quando ele vem não vai embora.

Carla: e você tem lugar para dormir?

Tatiana: tem sim, Nando tem o negócio dele lá mas fica 2/3 dias. Vou lá pegar as coisas para gente comer. (áudio 3 - 3:59)

Tatiana: Gervão, Perta Ruão e Carrapixinho. Esse aqui é o gervão, esse gervão além de fazer chá ele também faz banho para assento, pegar essa macarrãozinho e também na trilha tem. Faz um meladinho para dar criança

Tatiana: Veio um americano aqui que queria gervão, eu fui lá na trilha com ele pegar, não era justo ele vir aqui e não pegar vizinho de Nando lá. Tadinho fui lá na trilha com ele pegar, e quem mandou para ele vir pegar aqui, conhece porque escreveu no celular: gervão pelo celular

Chris: Outra coisa Tati que a gente questiona é o quanto que a indústria farmacêutica lucrou com essas informações, porque assim como eu tô aqui pegando informações para uma pesquisa, tem a indústria farmacêutica que leva essa planta para o laboratório estuda o princípio ativo e depois você tem que comprar.

Tatiana: tem uma menina que frequenta aqui que ela estava precisando de Carrapixinho, eutirei foto e ainda nem mandei para ela (Áudio 4 - 2:21)

Tatiana: melão de São Caetano, é bom você socar para tomar. Chris: Lá em casa o melão do São Caetano tomou o quintal inteiro

Tatiana: Aqui não dá, você pode chupar o fruto, você chupa ele, fica branquinho, é gostoso, quando a gente era criança disputava, hoje em dia eu não tenho problema de saúde nenhum. Lembro da minha mãe falar assim para mim; o neguinha ela misturava: almeirão, inhame rosa, era tudo que ela achava nos mato aí, ela fazia no caldeirão junto, ela fazia sopa e eu tinha pavor de salsa, colocava salsa, eu não gostava salsa. Minha mãe dizia: se você não comer você vai passar fome. Coisa que eu comia, era obrigada a comer quando eu era criança, hoje eu não ligo: aipim, guando.

Chris: Se a gente encomendar um almoço com guando você faz?

Tatiana: Eu fazia guandu salgado, aí meu marido falava assim: guando é bom com pescadinha, eu achava estranho, porque pensava se colocar a pescadinha no guando vai estragar o guando. Mas não é, você faz o guandu e frita a pescadinha. Coloca no prato guandu, coloca a farofa e faz a pescadinha é bom mesmo. Meus Netos da parte do meu filho comem tudo; ao menor tem 8 anos ele adora chicória, taioba. Agrião, taioba, brócolis.

Carla: aquela folha ali parece até que é taioba?

Tatiana: Aquela ali é venenoso, patroa do meu filho chegou com umas amigas lá no sítio, meu filho é caseiro, falando que ia fazer taioba, Beto falou: deixa que eu pego lá para senhora, ela disse pro meu filho: pode deixar que eu pego, aí foi todo mundo para o hospital.

A taioba venenosa é igualzinho, quem não conhece pega, e no mato parece uma coisa nasceu pé de taioba boa do lado da venenosa

Carla: Como você diferencia? É a cor?

Tatiana: é a cor, é mais escura, as veiazinhas dela também é diferente, Carla: Aquela ali é meio roxeada?

Tatiana: quando eu ganhei essa muda ali eu fiquei na dúvida, porque inhame rosa a gente come muito aqui, mas se você tirar fora da mingunte você não ele, tem que ser na mingunte. Aí veio um pessoal entendido de planta e eu perguntei: eles disseram: não isso não se come venenoso, é só ornamental mesmo. Quando chega na mingunte, você vai no rio arranca e dá cada cabeça desse tamanho.

Carla: inhame?

Tatiana: Sim, é melhor do que o inhame chinês que você compra no mercado (Áudio 5 - 5:44)

Chris: Você se considera um profissional popular de cura (benzedoras, médiuns, raizeiros, ervateiros, parteiras) ? Se sim, qual?

Tatiana:

Chris: Você fez algum curso na área da medicina popular? Se sim, qual curso? Você gostaria de fazer mais cursos nessa área?

Tatiana:

Chris: Você acha que os saberes da medicina popular correm algum risco? Se sim, qual(ais)?

Chris: Conhece alguma legislação que proteja os saberes da medicina popular? Se sim, qual(ais)?

Tatiana:

Chris: As suas práticas de cura estão registradas no Sistema Ideia SUS como Prática Integrativa do SUS? Se não, gostaria de registrar?

Tatiana:

Chris: As suas práticas de cura estão registradas no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen)? Se não, gostaria de registrar?

Tatiana:

Chris: Informem se há músicas, cânticos, orações e/ou outras oralidades que estejam presentes nas práticas de cura da medicina popular que você utiliza?

Tatiana:

Chris: As pessoas que recebem as práticas de cura retornam para relatar a eficácia do tratamento?

Tatiana:

Chris: Você acha que possui as estruturas e os recursos necessários para realizar as práticas de cura?

Tatiana:

Chris: Você considera as práticas de cura que realiza um patrimônio Cultural? Se sim, por que?

ENTREVISTA COM ELECI DE LACERDA MARTINS

Chris: Por gentileza poderia me informar seu nome, sua idade e a qual núcleo do Quilombo Cafundá Astrogilda você pertence?

Eleci: Eu me chamo Eleci de Lacerda Martins, minha mãe era Conceição de Lacerda Martins filha de Laura Rosa da Conceição e Adolpho Pereira de Lacerda e eles foram nascidos e criados aqui no parque. Eu nasci aqui, eu tenho 52 anos, moro aqui desde meus pais, meus avós aqui, todo mundo nascido nesse espaço todo mundo nasceu aqui nesse espaço, aí como eu estava falando, a gente vai se reinventando, aqui era tudo dividido por sítio, quando eles resolveram fazer o Quilombo eles dividiram por núcleo, na verdade esses núcleos eram os sítios de cada familiar, aqui morava a Dinda

Laura, ali onde é Tô na Boa lá me cima era do Sr. Astrogildo, lá em cima chamaram de Morro Redondo, mas morava uma outra família, que era a família Rosa e da Conceição, que era da minha avó, ela nasceu lá, morava lá em cima, eles se casaram e vieram morar aqui e ficaram aqui

Chris: sua avó morava no Morro Redondo?

Eleci: Tem a Dazinha que também era dos Pereiras, era vários sítios, o Quilombo surgiu em 2013, mas na verdade somos uma família só, todo mundo foi casando na família de todo mundo, não tínhamos elétrica. A luz elétrica chegou aqui em 1997, ainda temos irmãos da gente lá para cima que não tem luz elétrica, não tem máquina de lavar, micro-ondas, não tem um chuveiro quente, não tem acesso a nada. Hospital mais próximo era em Cascadura, é Praça Seca, a gente não tinha acesso a médico, nosso médico era a rezadeira, era ela que fazia o chazinho, fazia massagem na barriga, quando era um caso de ir ao médico, muitas vezes o pais não tinham dinheiro da passagem, tinha muitos filhos para carregar, não tinham dinheiro para comprar o lanche na rua, quando ia os pais tinham faziam comida, colocava no saquinho para levar, naquela época não tinha nem potinho. Então não ia, por causa do recurso e eu vivi assim até os 17 anos por volta de 1987, então a gente não tinha televisão a gente passou a ver televisão quando criança, do vizinho que morava mais embaixo que emprestava, do parente que morava longe, mas em casa mesmo eu mesmo fui ter uma televisão na minha casa, depois que eu me casei em 1995. Até então a gente não tinha TV. Era aquela coisa o vizinho deixava quando ele queria, enquanto ele deixava, o dia que ele queria, uma situação difícil. A gente aprendeu a ler, aprendeu as coisas foi na força, porquena escola tinha o preconceito, o aluno bem vindo era o bonitinho, arrumadinho tal tal ... aquelas crianças pobres ficava no fundo da sala, que nem é olhado. Além do preconceito que a gente passou. Hoje o pessoal vem aqui e diz: que lindo eles são quilombolas, mas antes não tinha isso, é pretinho sujinho, que fica no fundo de sala que nem é olhado. A gente não tinha sapato, era uma sandália de dedo, era aquela conguinha que você ganhava na escola, era uma vida difícil. A gente passou a ter acesso as coisas porque, a gente foi crescendo e foi trabalhando, os trabalhos não eram tão bons assim, você tinha que ser empregada doméstica ou jardineiros ou trabalha na feira vendendo banana, frutas. Eu tive oportunidade de estudar, eu fiz o ginásio, parei, voltei já estava com uns 33 anos, eu fiz o ensino médio, fiquei mais algum tempo parada, terminei a graduação em 2009.

Chris: Formada em que?

Eleci: Formada em pedagogia, eu fiz com meus filhos nos braços, era um sonho que eu tinha dizia: um dia eu vou fazer a graduação nem que seja para ficar no fundo da gaveta. Eu fui lá, fiz na Estácio, eu fiz como voluntária, eu paguei a primeira mensalidade, quando voltei lá era 300 e pouco, quase 400, meu marido era o único que trabalhava, falei agora tem que pagar a mensalidade e não vai dar. Comecei a chorar que nem uma desesperada, era naquela Estácio ali do recreio, ao invés de eu ir para Av. Das Américas pegar o ônibus, eu saí que nem uma louca por traz, chorando horrores, parei no

telefone e falei para ele sobre as dificuldades que não ia dar mais. Eu estava com um currículo na bolsa, olhei e vi uma creche entrei e perguntei se estava tendo vagas, a moça disse vem amanhã. Aí eu consegui trabalhar como auxiliar de creche e paguei os primeiros 6 meses, minha filha era pequena e eu não tinha com quem deixar, tive que pedir conta do trabalho. Quando foi a última aula, a moça falou: vai ter um programa de aluna voluntária, você ganha a bolsa de 600,00 e eu consigo fazer os 4 anos como aluna voluntária. Eu saía de manhã, trabalhava na Prefeitura até 12:00 mais ou menos e depois eu ia para a Estácio como aluna voluntária e muitas vezes pegava as crianças na escola e eles iam comigo, eu tenho dois eu fazia a faculdade junto com eles. Mas foi assim um sonho realizado. Hoje meu filho é formado em técnico em eletrônica, ele parou no segundo período de Engenharia de Produção, ele parou no segundo período por falta de recursos, o valor da mensalidade era o valor do salário dele. A minha filha fez técnica em administração, ela saía daqui 4:00 da manhã para estudar no Colégio técnico em Santa Cruz, e agora estuda biblioteconomia na UFRJ, ela faz estágio então ela no outro dia está de pé 5 da manhã e chega :meia noite. Para mim de tudo é que eu sou um exemplo para os meus filhos, então eu estou realizada nessa situação (Áudio 1 - 10:49)

Chris: Deu

Chris: Em me diz um pouco da sua infância, sem luz elétrica, como era? seus pais trabalhavam na roça?

Eleci: Meu pai era agricultor e gari, ele saía daqui também nesse horário de 4:00 da manhã, minha mãe era do lar, cuidava da casa, cuidava da roça, dos porcos, a vovó também, a gentetinha uma roça que era para vender nas feiras e de subsistência também. Meu pai era gari, mas ajudava meu avô na roça também. Meu pai não era daqui dos Pereiras, meu pai era da família dos Martins. Meu avô vendia banana, aipim na feira lá em Cascadura. Aí meu avô faleceu

Chris: Como era levado até a feira?

Eleci: Era levado nos cestos do burro, ele levava uns 2 ou 3 dias até lá, ele levava de todo mundo, depois um vizinho comprou um caminhão e conseguia levar a carga de todo mundo.

Chris: o burro ia até Cascadura?

Eleci: Sim, ele levava uns 2 ou 3 dias até lá, na época até os meus 10 anos era assim. Minha mãe faleceu muito cedo, me deixou bebê, com 5 meses, e aí eu tinha mais 5 irmãos, meu pai reconstruiu a vida dele. Aí a gente ficou sendo criada pela minha avó.

Chris: Sua avó era a Dinda Laura?

Eleci: Nessa época ficou a minha avó as três filhas mulheres que era: Luciana, Dromice e a Elas tinham que cortar banana, roçar, cuidar da roça, fazer tudo sozinhas, meu pai foi embora, meu avô faleceu, então minha avó viveu até os 85 se eu não me engano, não 87 anos ela não pegou a luz elétrica, ela faleceu no ano que a luz elétrica chegou. Ela ficou pensionista do meu avô, porque ele tinha aquela coisa de rural de agricultor rural, mas tudo que ela recebia ficava no armazém. Você podia pegar tudo

lá, porque você era de confiança,mas quando você chegava no final do mês, tudo que você recebia ficava lá. E se algumas pessoas que não tinham como pagar, eles faziam promissórias, e depois eles pegavam seu terreno, pegava suas coisas de valor como pagamento. Era uma vida que você não tem noção,imagina uma roça, imagina em uma situação que você mesmo que você tendo suas terras, tudo que você ganha tem que deixar lá no armazém. Porque a gente usava querosene, a gente dormia 6 horas, a vovó contava muitas histórias, aquelas histórias eram para gente ter medo.Eles não tinham estudo, a vovó não tinha estudo, ela não sabia ler, a educação era feita por bordões e por histórias. Nós somos uma família numerosa, e às vezes a gente ainda se ver falando do jeito dela. Minha avó me educou, porque recentemente, eu só vim descobrir queela não era minha mãe depois dos 7 anos

Carla: Para você ela era sua mãe?

Eleci: Sim, mas eu comecei a associar na época, porque eles eram meus irmãos e eles a chamavam de avó. Aí eu comecei a questionar: Como assim? Aí ela foi e contou que eu fiquei órfão com 5 meses. Minha vivência foi boa

Carla: eram outros tempos de qualidade de vida?

Eleci: a gente brincava mais, a nossa brincadeira era de ser Mãe de santo, polícia, era uma imitação da vida adulta. A gente não tinha celular brinquedo comprado, era tudo feito, estilingue, bambolê, mas não é o bambolê de hoje, era aquele feito com resto de cano.

Chris: despertava na criança a criatividade de fazer o seu próprio brinquedo

Eleci: Sim era bem assim. Oh Belinha você conseguiu fazer o café? (Áudio 2 - 7:28).Chris: Você realiza alguma prática de cura com plantas medicinais?

Eleci: Sim, ó a Carobinha é cicatrizante serve para banhar o machucado, e também podecolocar o sumo em cima do machucado.

A erva pancada é excelente para cicatrização, pega um punhado e faz uma rodilha que caiba na mão, depois coloca para cozinhar, ainda quente, colocava a água em cima do machucado.

Já o Carrapixinho usava para banho pós-parto, e as mulheres sempre usaram para obanho de assento: Arruda com vinagre de maçã.

Chris: E para tratar gripes e resfriados?

Eleci: Pegar o frutinho (macarrãozinho) que dá no pertaruão e adiciona no xarope, e a folhade pitanga, suco de 1 limão (cortava em 4), folhas de tangerina, vai reduzindo no caramelo e adiciona 1 dente de alho. Ferve tudo junto, depois queima o açúcar e joga nesse chá.

Outro muito bom também é a flor da erva São João, aí bota poejo, o frutinho(macarrãozinho) que dá no pertaruão e adiciona nesse mesmo xarope

E o leite de mamão verde serve para tratar verruga, pingava em cima da verrugaPode colocar um pingo de banha de galinha no xarope

Chris: E para tratar a Bronquite?

Eleci: Aí poder ser uma garrafada, que é o mesmo processo 1kg de açúcar, 1 mole de agrião e 1 caracu vai no fogo reduzindo igual ao xarope. E a criança toma.

Chris: E para tratar infecção?

Eleci: Não tem coisa melhor que a raiz de pé de galinha, (Palha de banana) chá da folha dabanana ouro (palha seca) é para o dente bochechando para tirar infecção da gengiva,

Chris: E qual a quantidade?

Eleci: A quantidade de folhas para fazer os chás era o que coubesse na mão. A medida do punhado é igual ao que cabia na mão.

Chris: Em relação às rezas?

Eleci: Quando a vovó não dava conta, dona Dazinha rezava quebrante e má olhado, e se fosse diarreia muito forte a Astrogilda rezava o ventre caído. E dona Astrogilda também rezava Destroncadura. Eu lembro que Astrogilda rezava para encaminhar espíritos de pessoas que tinham morrido.

Chris: Em relação ao auxílio da espiritualidade em todas essas práticas? Eleci: Vovó tinha Caboclo Cobra Coral, vinha para dar os recados.

Chris: Você acha que os saberes da medicina popular correm algum risco? Se sim, qual(ais)?

Eleci: Sim, muitos aqui mesmo do quintal não utilizam mais essas práticas por acharem que é macumba, que tem haver com coisa ruim. São poucas as mulheres que praticam e ainda mantêm vivo esses conhecimentos, eu sei que lá em cima no Morro Redondo: tem a Georgina e a Maria,

Chris: Conhece alguma legislação que proteja os saberes da medicina popular? Se sim, qual(ais)?

Eleci: Não

As suas práticas de cura estão registradas no Sistema Ideia SUS como Prática Integrativa do SUS? Se não, gostaria de registrar?

Eleci: Não

Chris: As suas práticas de cura estão registradas no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen)? Se não, gostaria de registrar?

Eleci: Não

Chris: Qual o perfil das pessoas que se utilizam as práticas de cura que você administra?

Faço prática de curas nos meus filhos e afilhados, mas receber pessoas de fora não. Eu rezo meus filhos com arruda, vassourinha e outros sempre 3 galhos, mas se for algo mais pesado eu dentre os 3 galhos eu coloco um de pimenta do reino. 3 galhos

Chris: Você fez algum curso na área da medicina popular? Se sim, qual curso? Você gostaria de fazer mais cursos nessa área?

Eleci: Sim, eu frequento a Casa de Cura em Vargem Grande, e lá eu pude fazer cursos de Reiki, Passes, xamatrina e agora trabalho Reiki e xamatrina. Eu fiz esses cursos para aprender sobre as religiões

espíritas, ter mais conhecimentos sobre ervas e práticas de cura, e dentre as práticas eu me identifiquei mais com Reiki, Passes e xamatrina.

Chris: Você acha que possui as estruturas e os recursos necessários para realizar as práticas decura?

Eleci: Sim, a estrutura que eu preciso é o que a mata me oferta, se algo estiver sumindo comoa banana ouro, aí fica difícil de fazer o remédio, mas é preciso plantar aquelas plantas que precisamos para remédios

Chris: Tem mais alguma prática de cura que você usa?

Eleci: deixa eu pensar, ah tem sim, é para segurar em uma barra, sobe 3 vezes, assim comoSanto Antônio escorregou e andou, a minha espinhela vai voltar para o lugar. É uma forma da espinhela acertar.

Tem banho para renovar as energias, é pegar folha de aroeira, folha de peregum vermelho, abre caminho e toma banho do ombro para baixo.

E a babosa é uma erva excelente para curar feridas e conter sangramento, bate no liquidificador, ou bate com garfo e coloca em cima do ferimento.

Chris: Você considera as práticas de cura que realiza um patrimônio Cultural? Se sim, por que?Eleci:

ENTREVISTA COM ELIZBETH DE LACERDA MARTINS

Chris: Por gentileza poderia me informar seu nome, sua idade e a qual núcleo do QuilomboCafundá Astrogilda você pertence?

Elisabete: São meus netos, a minha menina chega aqui e deixa tudo nas minhas costas, eles são gêmeos, eles são autistas. Então vamos lá meninas, vocês querem uma água, tem almoço,

Chris: obrigada pelo seu tempo, você pode nos contar um pouco da sua infância, da sua história?

Elisabete: minha infância foi muito boa, eu não tenho o que reclamar, minha avó só olhava para gente. Essa casa ali era da minha avó, a gente morava aqui com minha avó.

Chris: Sua avó era a Dinda Laura?

Elisabete: Sim , minha avó era a Laura, uns dizem que minha mãe morreu muito nova uns falam que foi com 26 anos outros dizem que foi com 27 anos, mas meu pai nunca deixou deauxiliar a gente, faltar nada para gente. Depois eu tive uma madrastra e não posso reclamar dela, ela trazia as coisas para gente. Ali era o galinheiro, ali onde mora minha sobrinha agora,era a casa de farinha, tinha ralo, tinha tacho grande fazer farinha. Quando chegava gente aqui, ela dava comida cedo e só olhava e mandava a gente circular. Porque a gente chegavadentro de casa só voltava quando ela dava um assobio, ela não gostava de criança no meio de conversa de adulto, também para não se meter. Quando minha avó

morreu, minhas tias ficou a gente, a gente já era velha, mesmo assim, minhas tias foram muito boas com a gente.

Quando minha avó morreu eu tinha 21 anos, minha tia Dromice, Nossa Senhora, elasó dormia quando chegava a última pessoa dentro da minha casa. Ela dava comida, ela davacafé para todo mundo. ela falava: tenho novidades A última foi minha tia Luciana, que já morreu com 80 e poucos anos, ela não viveu aqui com a gente, ela sempre vinha aqui ajudarminha avó, e depois o pouco tempo que ela ficou aqui, ela falava: sobrinha eu tenho umas coisas para te contar. Minha tia sempre falava: eu tô aqui para te ajudar, mas daqui a poucoeu não tô mais não, vocês vão ter que saber se virar.

Minha tia Dromice quando morreu foi a mesma coisa, ela ficou doente, quando ela já estava mais: vocês não precisam mais de mim, estou indo embora, a gente começava a chorara e ela dizia: vocês sabem que eu tô indo embora, vocês já são grandes

Em relação a remédios minha avó nunca nos levou no hospital, só em casos graves,eu fui mordida de cobra, minha avó nem ia me levar para o hospital, minha avó sempre teve muito remédio dentro de casa. E quando minha tia Selma chegou, já era de tarde, eu estava sangrando pelos poros, canto de unha, ela falou; minha tia Selma falou: não, não tem que levar ela pro hospital. E até porque até hoje eu não tomo remédio para nada, só se for questão de coisa muito grave, ela sempre criou a gente com coisas do mato, remédio para dor de dente, dor de barriga, inflamação, cobreiro... Quando ela mandava rezar na Dona Astrogilda

,que é lá do Quilombo lá do Sandro e na Dona Dadizinha é outro núcleo que rezava espinhelacaída, ventre caído, eu criei meus filhos assim também . Pai eu tenho até hoje, meu pai tem 83 anos, ficou viúvo duas vezes, tenho uma ranca de irmãos.

Chris: Como esses remédios que você lembra da sua avó fazendo, tem algumas receitas que vc passar?

Elisabete: A folha de Banana ouro serve para infecção de dente, aqui tem mastruz, que eu chamo de erva de santa maria, serve para verme, serve para outros tipos de infecção por dentro, como tuberculose.

E você faz o mastruz como?

Elisabete: batido com leite serve para verme. Saião há pouco tempo eu fui descobrir, é bom tonar de manhã. É bom, mas não muito, até porque ele acaba com seus ossos com leite ou água batido é bom para tuberculose

Elisabete: Para baixar a glicose é Chá da Pata de vaca, mas aqui não tem mais, sabe onde eu vi: indo para o no Tô na Boa. para baixar glicose.

E aqui também tinha pé de galinha, para infecção de dente, só não tem mais santa maria, santa maria não, é erva maria da glória, serve para estômago, para dor de barriga, essas coisas. E o sumo da folha do Boldo serve para estômago. Tem muita erva que tem aí dentro do mato, serve para tudo, a gente assim, eu uso, se a gente der para outra pessoa, não toma

Chris: porque não toma?

Elisabete: Não toma, prefere comprar uma coisa antibiótico do que tomar, outro dia eu fiquei resfriada e fiz um xarope eu peguei: Agrião, folha de laranja da pitanga, Guaco, folha de laranja da terra, peguei alho, lavei aí eu queima o açúcar e joguei tudo dentro.

Chris: É difícil achar?

Elisabete: eu mesmo tenho pé de guaco, pé de laranja da terra, tenho coentro verdadeiro, tenho hortelã pimenta, hortelã mas tá fraquinho.

Chris: e você usa hortelã como?

Eu uso hortelã para chá, uso hortelã para banho, igual o boldo você pode usar para chá, usar para banho, você pode tomar o banho do boldo da cabeça aos pés, tem planta que não. Vencede manda tem que tomar daqui para baixo e o abre caminho também. Tem o Guiné pipiu também para o banho.

Eu tiro tudo da minha natureza, para tomar meu chá, meu sobrinho pediu: faz um xarope para mim.

Eu disse: para que? Vc vai consumir? Gasta erva, gasta açúcar para não tomar? Tem que consumir.

Eu faço tem colocar 7 ervas dentro, eu coloco casca do cambucá.

Chris: Essa sabedoria foi passada pela sua avó?

Elisabete: Sim, pela minha avó, tudo que eu sei eu agradeço a minha avó, e pelas minha tia Dromice também era muito coisa, ela não tomava remédios, só fazia chá, eu e minhas irmãs somos assim. Agora os demais, outra geração não faz. Toma remédio de médico, na verdade esses comprimidos é feito da erva.

Eu perdi a muda da dipirona, para dor de cabeça, a trançagem também some, mas aí na frente até tinha, ela serve para inflamação, tem erva da lua, serve para a inflamação de útero. Coentro do Mato serve para tuberculose

Chris: E como ele é feito para tuberculose?

Elisabete: Eu gosto de sumo, ou bater no liquidificador com água, tem gente que não aguenta porque amarga muito, eu tomo para tuberculose e pneumonia. O boldo eu boto um tantinho de água e soco, faz um sumo, ele no sumo é mais amargo, tem que ter coragem, eu tomo, mas nem todo mundo toma. Barriga enxada faz um chá de louro com casca de cebola. Eu tinha um pé de erva doce serve para banho fazer os pedidos para trazer coisas boas e para chá calmante. Aqui tem erva da jurema serve para banho,

Chris: E como você faz o banho? Se alguém vier pedir você receita?

Elisabete: Sim eu receito, depois do banho joga na água corrente ou em um jardim mas não em planta que tenha espinho. Tem que ser em mangueira, uma árvore de copa, que fica bonita.

Chris: E para que você usa a folha da mangueira?

Elisabete: a folha da mangueira serve para tudo, até para clarear e a folha do abacateiro também. Para ter harmonia, você faz os pedidos ao tomar o banho, que clareia sua vida, você pede licença para entrar

na mata, pede licença para pegar a folha, a mata tem dono, as folhastem dono, a cachoeira tem dono, aliás tudo tem dono. Tem gente que não sabe, mas eu tenho bambuzal ali tem dono, de noite para quem é espirita ver, o bambuzal só atraí coisa ruim,atrai os caboclos do mato. A figueira só atrai coisa ruim. Já a Erva passarinha que também é chamada de erva daninha pode fazer sumo para tuberculose e pneumonia. Tem que ser de planta que não tenha

Chris: E para a parte respiratória? Bronquite?

Elisabete: Para Bronquite: casca de cambucá, folha de laranja da terra, guaco, tudo que é erva quente você pode colocar a erva daninha junto. Como eu te falo isso não é para todo mundo, é para quem gosta, a gente que mora aqui, minhas irmãs toma muito essas coisas, os novatos não toma, eles morrem mas não tomam

Chris: E para que serve a Aroeira?

Elisabete: aroeira também é bom é cicatrizante. Chris: E você usa mais a casca ou a folha Aroeira?

Elisabete: o bom seria melhor a casca, mas as pessoas utilizam a folha, mas aquilo também não pode tomar muito porque ela na verdade te resseca por dentro e o machucado você pode até banhar, mas não banhar todo dia, se você colocar diretamente em cima dá uma mancha preta na sua pele, então pega a casca coloca na água fervendo, e pode banhar o machucado.

Chris: E a casca é como? ralada?

Elisabete: Não, você pega a casca ali e faz o banho, eu não gosto porque até mata o pé da planta, ferve a água e coloca a casca, a casca do caju é cicatrizante também. Quando você for operada pode tomar muito suco de caju porque é cicatrizante. Eu tenho caju, tudo eu planto na minha casa. Eu tenho algumas ervas, se quiser eu até mostro para vocês

Chris: Eu quero.

Elisabete: Então vamos lá ver. (Áudio – 25:47)

ENTREVISTA COM GEORGINA FERREIRA VIEIRA

Chris: Por gentileza poderia me informar seu nome, sua idade e a qual núcleo do Quilombo Cafundá Astrogilda você pertence?

Georgina: Georgina Ferreira Vieira, meus pais é Luzia Ferreira Barbosa e de José Ferreira Vieira

Chris: você mora no Morro redondo desde que você nasceu?

Georgina: 52 anos, 11 filhos né compadre, tudo criado aí, minha caçula tá com 18 anos, tenho 8 netos, deve tá vindo outro, outra menina, i por aí vai, só vou lá embaixo para fazer alguma coisa que seja necessário, trabalho muito.

Chris: em relação a estar morando no meio da floresta?

Georgina: é uma maravilha, a gente se sente muito bom, eu gosto muito e todas as pessoas que vem aqui também gostam, que vem aqui a primeira vez ficam apaixonada, é um lugar sossegado, lá para baixo é só tragédia

Chris: então para vc é um lugar de refúgio e de segurança?

Georgina: Sim, de segurança a gente fica de portas abertas, lá para baixo eu não tenho vontade de ir não. Tem compadre vontade de morar lá embaixo?

Paulinho: Tenho não, troco não

Georgina: Troco também não, só nossa água é uma maravilha Paulinho: Em vista do passado e do presente hoje, tá de boa.

Georgina: Mudou muito, não tinha luz, não tinha geladeira, não tinha nada, agora a gente tem tudo aqui. Tem um fogão, se esquentam tudo que quiser, água, bota uma carne para escaldar, antes era fogo de lenha.

Chris: E a partir quando chegou a luz elétrica chegou aqui? Georgina: Ah, já tem bastante tempo, tem mais de 7 anos, ou mais Chris: então quer dizer lá embaixo a luz elétrica chegou primeiro? Georgina: Muito mais

Paulinho: Na verdade ela tem luz, mas a Light não colocou, vem buscar a luz lá na Pacuí, pela distância, não tem uma luz boa. Ela tem uma luz, mas não é uma luz boa.

Chris: Oficialmente a luz elétrica ainda não chegou aqui? Paulinho: Não

Georgina: Não, na verdade nós não temos luz Paulinho: Aqui é na bravura

Georgina: Se lá embaixo eles cismarem e não deixarem mais a luz subir, a gente continua da mesma forma.

Chris: Vocês não têm algo comprovado pela LIGHT? Paulinho: Não tem um comprovante

Chris: E vocês tem?

Paulinho: Não. (Áudio 7 – 3:46)

Georgina: Eu morava lá em cima, eu nem morava aqui.

Paulinho: A casa dela, foi onde eu parei e disse: aqui é a casa da mãe de Maria Lúcia, ela morava acima, avó morava abaixo.

Georgina: que lembrança que eu tenho

Paulinho: Mas ela desceu pouco e na verdade desceu tanto assim, está na extensão do quintal ainda, que é dele

Georgina: que é da minha mãe é da gente Paulinho: Para a luz chegar lá é mais distante

Georgina :mais longe. É porque comadre Maria Lúcia e esse pessoal é mais velho que a gente, então eles criaram praticaram a gente, Tia Néia, vivemos tudo junto, somos primos, minha mãe, minha comadre, somos separados só porque a mata ali, a serra. Mesma coisa eu disse, a gente chega aqui

nesses lugares e aí disse: Georgina de Fátima? Não é Georgina Ferreira, Georgina de Fátima é prima e comadre. É que só tem nós duas de Georgina.

Paulinho: É porque a dona da cachorra é comadre delaChris: É a irmã da Maria Lúcia.

Georgina: tem gente que chega e diz: Georgina dos 11, aí eu já sei que é eu, porque a comadreso só tem 2, não tem 3: Juninho e Léo, não é 2, tem 3 não.

Paulinho: Tem Dinei

Georgina: Dinei tá criando, que praticamente na verdade é mãe, mas o verdadeiro que botoubarriga é 2. É sempre com esse negócio de criar que não tem jeito, eu que sou, eu gosto de criança, criei esses todos se me um pra mim criar eu quero, com tanto trabalho e pedir para tomar conta

Paulinho: são 11

Georgina: se me der um para mim criar, eu crio

Paulinho: e vem uma netalhada danada

Georgina: E ontem minha filha a casa estava cheia, Deus me livre e ainda vem os de foraChris: E ainda vem visitar

Georgina: Vem visitar, mas tá bom, Deus dê saúde, da força, depois de tudo que eu passei, na verdade a gente passamos até fome né compadre, eu não tenho vergonha de falar não, a gente já comeu muito inhame, muita banana, se fosse depender, a criação da agora não iguala de gente não, diz: eu não como isso eu não como aquilo... (Áudio 6 – 3:07).

Chris: E na sua infância você plantava? Georgina: Não plantava nada não, só colhia Chris: E que sua mãe plantava?

Georgina: Minha mãe sempre plantou muita coisa lá em cima, fazia roça lá e tinha muita coisa lá, mas agora acho que não mais nada, tangerina, limão, casca de cambucá, xarope cambucá, casca de cambucá também é bom. Agora plantação assim a gente não plantava, os mais velhos plantavam milho, feijão, aipim, e aipim eu planto até hoje agora eu tô plantando no meu vizinho que tem uma terra boa.

Paulinho: então agora planta, não plantava que era criança, agora tem uma história

Georgina: agora eu planto, eu planto também maracujá, chuchu. É porque aqui é muito apertado e é frio. Hoje mesmo eu já fui lá já estendi roupa, porque lá é mais rápido de secar,tô plantando lá, tem uns 20 pezinhos, já aterrei.

Chris: Então quer dizer tudo que vocês precisavam para a alimentação vocês plantavam arroz, feijão?

Georgina: Feijão sim, abóbora, Arroz nunca ninguém plantou, já plantei cenoura, melancia dava bem lá me cima.

Sou filha de Luzia Ferreira Barbosa e de José Ferreira Vieira, tenho 52 anos sou mãe de 11 filhos, nascida e criada e no Morro Redondo. Eu gosto muito de morar aqui, aqui nós temos segurança, ficamos de porta aberta, eu não tenho vontade de sair daqui. Hoje está muito melhor, com a luz elétrica temos geladeira, oficialmente a luz ainda não chegou, conseguimos puxar só chegou aqui há 8 anos

e como a LIGHT ainda não com água da nascente na porta, fui criada por Maria Lúcia, que eu considero minha comadre minha segunda mãe. Quando criança minha mãe fazia roça com muitas frutas, inhame, feijão, milho, aipim e até cenoura. Quando meus filhos eram pequenos passamos muita necessidade aqui em cima. . (Áudio 9 – 2:23)

Chris: Tem algumas receitas de produtos da medicina popular (xaropes, pomadas, banhos, rezas) que você utiliza e que poderia nos passar?

Georgina: Laranja da terra é bom para resfriado, tem a pitanga também que você pode colocar as folhas junto, até folhas de limão também, né compadre. A barba de velho é bom para cansaço, bronquite.

Chris: O que é barba de velho?

Georgina: É um negócio que dá pendurado ali Chris: Ah, é erva passarinho?

Paulinho: Não, a barba de velho, isso que está pendurado, a erva passarinho é outra, é a que está em cima.

Georgina: Mas esse aí também é bom para xarope, mas tem de um tronco que não pode tirar, minha mãe é que sabe, que é veneno, no abacateiro pode tirar, minha mãe que sabe, isso aí já é minha mãe. Não sei qual é a árvore não, agora a barba de velho é uma maravilha para cansaço, foi até a dona Ana, dona Ana do meu pai que ensinou, mãe da Ana Paula, tem pouco tempo que Jaciane fez.

Chris: E para estômago?

Georgina: É boldo, broto de goiaba, nem lembro agora, espinheira santa. Chris: E vocês usavam espinheira santa?

Georgina: Usava, tem um pé lá em cima, até hoje os outros me pede espinheira santa Chris: É uma planta difícil de achar hoje em dia?

Georgina: Até a Telma de João, aqueles parentes de Renato ali, aqueles pessoais ali, eles sempre me pedem espinheira santa (Áudio 8 – 1:45)

Georgina: Sabugueiro eu aprendi que é bom para sarampo Paulinho: Nem ver mais pé de sabugueiro

Georgina: também não, mas é um santo remédio para sarampo

Paulinho: lá no caminho tinha um pé de sabugueiro, toda casa tinha um pé de sabugueiro. Georgina: Maurício tinha pé de sabugueiro

Paulinho: igual a erva doce, erva doce o pessoal deu cólica, criança recém-nascida, fazia um chazinho da erva-doce e acalmava cólica.

Georgina: Hoje se nasce uma criança e for falar para fazer tá arriscado a pessoa não querer fazer, porque não conhece, entendeu.

Chris: E quando a criança nascia amarela o que fazia?

Paulinho: chá de picão e dava o banho e levava ao sol da manhã até umas 10:00hs. Georgina: compadre é o homem das ervas

Paulinho: Engraçado que o meu filho já grandão disse: pai o menino tá ficando amarelo, tempicão ali no quintal? Tem sim, deu banho

Chris: Encontrei minha vizinha e ela disse; meu filho ficou internado uma semana lá no rocha faria internado tomando banho de luz, eu olhei para cara dela e pensei comigo: de bobeira

Georgina: igual ventre virado né compadre, ventre caído, meu sobrinho Marcelinho ficou internado não sei quantos dias

Paulinho: Espinhela caída? Georgina: Não é o outro Chris: ventre virado

Georgina: É ventre virado é o certo, aí ele veio para casa e ele foi lá na Tia Nata, ela rezou, era uma diarreia que não saia daquele hospital de jeito nenhum, minha irmã disse que ele tinha melhorado, mentiu, aí ele vai para casa. Tia Nata rezou, mandou dá esse banho, tomarum pouco que é bom. É a arnica, arnica não, tem a arnica e a do mato também né compadre. É a roxa que dá banho, não sei o quê roxo.

Paulinho: Ortiga? Georgina: Ortiga não

Paulinho: Ortiga também toma banho

Georgina: Maria Lúcia que sabe, é quase igual arnica, mesmo cheirinho da arnica (Áudio 4 – 3:43).

Georgina: Saião morno é bom também, tem um que tem uma flor amarelinha, que é tipo uma anestesia, minha mãe que sabe o nome. Eu nem tenho ela aqui, minha mãe que me ensinou. Folha de guandu é bom para banhar, é muita coisa, na hora assim nem consigo lembrar.

Chris: Folha de guandu é bom para banhar ou para dor?

Georgina: eu acho que ela faz gargarejo, ela e aroeira. Aroeira não pode beber direto, é só para machucado, compadre sabe tudo, você não entrevistou ele não?

Chris: Eu entrevistei, falei com Tati e com Maria Lúcia

Georgina: Aquela ali é guerreira do bem, a maioria é os mais velhos que passam para os mais novos

Paulinho: Mas o saber tem que ser passado, se você tem um conhecimento e diz que não vai passar, o conhecimento vai morrer com você. Porque você para aprender, alguém te ensinou, tem que passar para frente, é uma troca, você vai ver gente dizer que não passa, porque vão tirar o meu saber. É seu e ninguém tira.

Chris: E você acha que esses saberes você consegue passar para as gerações futuras, seus filhos tem interesse em aprender?

Georgina: mais ou menos, sempre que precisa de alguma coisa pergunta, agora a maioria nem se preocupa com isso. Quando precisa de pergunta coisa pergunta, quando estava precisando para trabalho na escola, agora um ou outro ainda vem. Muito difícil. Igual as meninas ficam perguntando: a mãe como era fulano atrás? Sua mãe como? Como era a tua bisavó? Não sei o quê? Mas dizer que vai

pegar para aprender muito difícil. E ver a gente fazendo né? Igual a Cassiane, Cassiane tá com uma dor de barriga, passou mal, vai lá catar boldo, bate, coa e chapa para dentro.

Paulinho: Por ela mesmo?

Georgina: Ela mesmo. Sim, ela já sabe

Chris: Então quer dizer é uma sabedoria de observação? Georgina: Igual xarope de cebola excelente remédio para tosse. Chris: E como faz esse xarope de cebola?

Georgina: o xarope de cebola você queima açúcar, bota umas colher na panela, bota as rodela de cebola, bota no fogo baixo e deixa que ela mesmo da água e não deixa muito doce. Para tosse é uma maravilha, tem gente que não gosta por causa do cheiro, mas é muito bom, já ensinei para pessoa que nem é pobre e deu certo.

Paulinho: Mas se deu certo é porque é certo. (Áudio 1 – 3:29)

Paulinho: Se você tem insônia, coloca uma folha de boldo debaixo do travesseiro, não vai ter mais insônia. É uma troca.

Georgina: Aqui em cima os remédios são melhores do que você comprar os de farmácia. Paulinho: Porque é natural

Georgina: Você compra um remédio agora aí ele faz efeito, aí passa um mês e você vai comprar já não é mais aquele. Já vai? Espera o almoço, é cedo, vem aí mais tempo, sua avó vai chegar mais tarde (Áudio 3 – 1:23:).

Chris: Em relação as rezas?

Georgina: sempre foram rezados por Dona Nata Chris: Seus filhos foram rezados por ela?

Georgina: Foram, todos eles. Quem levava era uns parentes minha mãe, sempre alguém ialá, até eu mesmo. Comadre Maria Lucia também reza, se depender de ela rezar, ela reza

Paulinho: A reza não se nega, não se cobra. Georgina: É porque dona Nata falava.

Paulinho: Ah quanto é? Se quiser leva alguma coisa. Georgina: Você leva alguma coisa

Paulinho: Se quiser levar um presente, ah quero te dar um brinco de ouro, aí é contigo, mas o valor da reza... não tem valor para ela, ela é uma reza que é uma coisa espontânea, espírita que é espírita .

Chris: É um dom divino né?

Paulinho: Ninguém que reza vai te cobrar nada, nada, desde criança, a reza é um dom que quanto mais reza, mais dom você vai tendo. É uma riqueza sem preço, você pode chegar assim e falar: você me vende essa reza aí Georgina que eu vou te dar um dinheiro aí. A rezarem vai funcionar, como você vai comprar o dom dela?

Georgina: Igual ao tempero, mas cada um tem seu dom de fazer, o tempero é o mesmo, mas não sai igual. Igual àquela lá, a finada Solange, ela temperava um feijão lá no Tô na Boa, que feijão, uma delícia. Agora se outra pessoa for fazer igual a ela, mesmo que ela já se foi não consegue fazer igual. Eu comia de xicrinha, quem vai fazer outro igual? O tempero se foi, não tem como não. Eu sei fazer

feijão bom também. É capaz de você comer e achar bom,mas outra pessoa querer fazer igual a você mesmo não vai conseguir, mesma coisa é a reza.(Áudio 5 – 3:02).

Chris: E sua mãe reza?

Georgina: Minha mãe nunca vi rezar, Maria de Jorge reza, ela reza muito bem, reza destroncado.

Chris: Essa Maria de Jorge é aqui do Morro Redondo?Georgina: É lá em cima

Paulinho: É lá naquela casa que era de Deuzinho?

Georgina: não, ela fez o barraco dela no mesmo lugar dela, abaixo de Cidinho. Chamou lá?Paulinho: Chamei não, tá tudo fechado

Georgina: sabe aquele bambu, acima de Felipe, mas ela sabe muita coisa também.Chris: Tem mais algum xarope que você lembre sem ser o de cebola?

Georgina: se a gente for pensando tem , agora não tô lembrando nãoChris: você usa chá?

Georgina: Cana do brejo é bom para infecção, compadre ela antibiótico ou anti –inflamatório?

Paulinho: As duas coisas, na verdade você faz um conjunto de várias ervas, você pode botarumas 6 ou 7 ervas, faz uma mistura, tipo usa a trançagem que é antibiótico, folha da bananeira é antibiótico, você usa uma ou outra, ou as duas fazendo um geral. Ah vou usar um cabelo de milho.

Georgina: Cabelo de milho serve para os rins?

Paulinho: Cabelo de milho, trançagem que é antibiótico, quebra pedra, aí já serve para os rins, senão tive o quebra pedra, se você não tem cabelo de milho.

Georgina: o cabelo da espiga?

Paulinho: Você compra pode comprar a espiga verde, tira o cabelo.Chris: Você faz chá?

Paulinho: faz chá, o bom é você fazer uma única vez, 2 litros, porque aí você estimula a beber água. Porque o rim precisa funcionar, filtrar e retirar as impurezas, então quanto maiságua você beber melhor. Tem gente que costuma fazer o chá a noite para beber de dia, não,é para fazer o chá durante o dia porque a validade da essência da erva tem 12hs.

Georgina: eu costumo quando fazer xarope colocar aquele macarrãozinho, erva de são joãoe aí coloca eles tudinho junto conforme o senhor tá falando.

Paulinho: É porque cada um tem uma coisa

Georgina: E agora tá bom de xarope? (Áudio 2 - 04:27)

| |
|--|
| ENTREVISTA COM ANTONIO DA SILVA |
|--|

Chris: Por gentileza poderia me informar seu nome, sua idade e a qual núcleo do QuilomboCafundá Astrogilda você pertence?

Antônio: Eu me chamo Antônio da Silva, tenho 59 anos, filho de Benedito Alves da Silva e Maria Luiza da Silva, eu não fui nascido no Quilombo, meus pais são capixabas, vieram do Espírito Santo comigo recém-nascido, em busca de uma vida melhor. Inicialmente moramos nas proximidades do Quilombo, depois viemos para o Quilombo.

Chris: Quais as memórias da sua infância?

Antônio: No meu tempo de criança eu me lembro dos bananais, lembro que tudo era lavoura, Dona Candinha tinha uma grande roça, com tropas de burros. A lei ambiental veio e muitas roças acabaram. A nossa casa era de barro, telhado de sapê, comida era feita no fogão a lenha, a luz elétrica só veio quando eu tinha 17 anos. A comunidade era assistida esporadicamente pelo Dr. Zequinha, ele sempre cobrava responsabilidade das mães. Dona Astrogilda era o nosso primeiro recurso pela distância e principalmente falta de comunicação, eu me sinto um privilegiado por ter convivido com ela nos seus últimos anos de vida. Era Astrogilda que rezava torção, dor.

Chris: Você realiza alguma prática de cura com plantas medicinais? Antônio: Sim, realizo

Chris: Poderia por gentileza descrever a prática de cura, informando quais ingredientes que usa, como é a fabricação e como armazena (quando for o caso)?

Antônio: Para pancadas eu costumo usar umas folhas da trombeta, em uma colher e aqueço com 1 gota de azeite, fazendo um emplasto e coloca no local. Pode ser com a erva da pancada, também faz o mesmo efeito é um emplasto com azeite para colocar no local. Olha quando os animais se machucavam a receita era um emplasto de algumas folhas de saião, com azeite e sal.

Já para insônia eu faço chá com 2 folhas do abacateiro para uma xícara, cuidado para não tomar mais que 3 dias porque pode baixar a pressão. E também pode ser um chá com um punhado de folha de capim limão. Outro com é um chá com um punhado dos ramos e as folhas de dormideira.

E para combater a inflamação eu faço chá com 5 a 6 folhas de trançagem para 1 litro de água que pode ficar bebendo de 2 a 3 dias, por 3 dias. Outro santo remédio é a folha de banana ouro é anti-inflamatória, mas senão curar só pode voltar a repetir depois de uma semana.

Chris: E quais os remédios a base de ervas que usa para gripes e resfriado?

Antônio: Eu faço xarope com folha de guaco, alfavaca, laranja da terra e limão, esse mesmo xarope se tiver assa – peixe, é bom também. Também faço xarope com mel, folha de guaco, alfavaca, laranja da terra e assa – peixe. E esse mesmo xarope se tiver gengibre, saião, pitanga pode colocar também. Outra é erva que pode adicionar é a hortelã, e o alfavacão.

Chris: E quais os remédios a base de ervas que usa para bronquite?

Antônio: Para bronquite o melhor é o xarope com umbigo da bananeira, corta todo, coloca em uma vasilha de barro, cobre com açúcar mascavo, deixa descansar por 24 hs, coa e guardana geladeira.

Já para os rins é chá com água filtrada e algumas folhas de cana do brejo tomar de 1,5l a 2,0l por 3 dias e depois para. Outro chá que é muito bom é chá com água filtrada e algumas folhas de quebra pedra tomar de 1,5l a 2,0l por dia.

Chris: E quais os remédios a base de ervas que usa para estômago?

Antônio: Eu faço chá com água filtrada com algumas folhas de espinheira santa, é para tomar 3 xícaras por dia.

Já os banhos se for para doença de pele, como coceira pode-se dar banho com arnica ou carobinha.

Chris: Poderia por gentileza descrever se utiliza alguma prática de cura conjugada com rituais religiosos? Se sim, poderia descrever a prática e o ritual?

Antônio: Tenho sim, mas não posso passar porque aí envolve outras coisas. Chris: entendo e sobre as rezas e os banhos você poderia me passar algo?

Antônio: Sim, olha o Gervão Roxo é uma erva usada para trazer energias positivas, alegria e luz no caminho para aquelas pessoas que estão tristes, sem ânimo. Já a reza eu considero uma conexão com a pessoa que está rezando. Eu mesmo sofri um acidente e fiquei sem andar, seguia a risca todos os procedimentos médicos e o que me curou foi a reza e a fé. Eu convivi muito com Astrogilda, ela me deixou muita coisa, principalmente já nos momentos finais de sua vida.

Chris: Você acha que os saberes da medicina popular correm algum risco? Se sim, qual(ais)?

Antônio: Olha dentre os principais riscos temos as religiões protestantes que chegaram demonizando as práticas de cura. E também acho que porque os jovens não viveram as experiências de cura possibilitada pela espiritualidade e por isso não conseguem acreditar no poder das ervas. Aqui no Quilombo tem um local em que os mais velhos chamavam da antiga Casa Grande, que tinha uma roda de 3,5 m de altura. Aqueles que eram mais sensíveis afirmavam: muita gente morreu afogado nesse moinho. Eu sentia, mas os mais jovens não sentem. Hoje o moinho não existe mais, foi aterrado.

Chris: Conhece alguma legislação que proteja os saberes da medicina popular? Se sim, qual(ais)?

Antônio: Não

As suas práticas de cura estão registradas no Sistema Único de Saúde (SUS) como Prática Integrativa do SUS? Se não, gostaria de registrar?

Chris: As suas práticas de cura estão registradas no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen)? Se não, gostaria de registrar?

Antônio: Não

Você acha que possui as estruturas e os recursos necessários para realizar as práticas de cura? Antônio: Sim.

| |
|--|
| ENTREVISTA COM SANDRO DOS SANTOS MESQUITA |
|--|

Chris: Por gentileza poderia me informar seu nome, sua idade e a qual núcleo do Quilombo Cafundá Astrogilda você pertence?

Eu me chamo Sandro Mesquita, filho de _____ e de _____, pertencendo ao Núcleo da família dos Mesquitas

Chris: Você pode me falar um pouco da sua infância, dos projetos que desenvolve aqui no Quilombo?

Sandro: As melhores memórias de minha infância é da casa de vó, eu cresci rezando com minha avó Astrogilda, foi através das ervas. Toda sexta-feira eu ia para casa da minha avó, e voltava no domingo a tarde. Eu e os outros netos ficávamos torcendo para chover e o rio encher para não precisar voltar. Eu lembro que o Sr. Astrogildo era um importante apicultor, e que lá no quintal dele também tinha um lago de peixes.

Chris: Quantas crianças eram?

Sandro: Umas 20 ou 30 crianças que iam para casa da Vó Astrogilda, eu, meus primos. Eu lembro da minha vó rezando: ela colocava a criança no colo e a perna direita tinha que encontrar com o braço esquerdo, ficando o calcanhar dentro da mão, se isso não acontecesse ela dizia que a gente estava com _____. Então minha avó como rezadeira, passava álcool no corpo durante 3 dias, seguido de rezas. E no final dos 3 dias ela pegava a criança de novo e fazia o mesmo procedimento colocava a criança no colo e cruzava a perna direita encontrava com o braço esquerdo, ficando o calcanhar dentro da mão. Como isso acontecia em 3 dias eu não sei, só sei que ficava certinho o calcanhar dentro da mão.

Outra coisa que avó rezava muito era a espinhela caída, a criança chegava lá sem fome, sono desordenado, dor de barriga, vovô já sabia, pegava um barbante virgem e media do dedinho mindinho até o cotovelo, e a mesma medida tinha que bater com a medida de um ombro ao outro, se isso não acontecesse minha vó Astrogilda rezava durante 3 dias. Se o caso tivesse algo mais grave precisava de uma garrafada, que era feita com as ervas que a pessoa precisava.

Chris: Você lembra com que sua avó rezava?

Sandro: Minha avó rezava com 3 galhos de vassouras, ela rezava os 3 dias com o mesmo galho. Em relação aos projetos eu tenho o Ação Griô, que começou em _____ porque eu fui visitar a escola municipal Teófilo, que é aqui do lado e nem os professores e nem os alunos conheciam o quilombo. Projeto hoje atende cerca de 1.500 alunos por ano. Eu considero uma ação de turismo pedagógico e de base comunitária, pois são os próprios moradores, como o Paulinho que são os condutores e que contam a história no roteiro. A gente trabalha com experiências olfativas, sensoriais caracteriza

Chris: Qual a melhor contribuição do Projeto Ação Griô para o território?

É poder agregar o jovem, é trazer protagonismo para um morador local como Paulinho, é trazer para a comunidade o entendimento que o Quilombo é um território com vários atores sociais. No início visitávamos apenas o meu quintal, agora os participantes também visitam o cantinho do sossego, que é o quintal da Tati e do Paulinho. Vivemos sempre da mesma forma até que nosso território virou um Parque e durante muitos anos as pessoas não se davam conta que a sua forma de viver estava sendo ameaçada, o INEA com uma legislação restritiva de direitos fez com que os moradores do Quilombo buscassem na ancestralidade formas de permanência no território. A espiritualidade já sabia que isso ia acontecer porque um dos últimos recados de Pai Tertuliano foi: guardem tudo, guardem todos os papéis que um dia vocês vão precisar. E para que houvesse o reconhecimento pela Fundação Palmares, foi necessário comprovar que já estávamos aqui há muitas gerações.

Chris: Sua avó era uma liderança dentro da comunidade, seu pai era liderança dentro da comunidade e você hoje também é uma liderança, como é essa trajetória de lidar com tantas responsabilidades, com espiritualidade, com ancestralidade?

Então aquele grupo que percebeu essa falta de amadurecimento da comunidade, lutou pela identidade do grupo, criou os primeiros projetos, filtrou os projetos e ações que entravam na comunidade, só deixando passar aqueles que iriam fortalecer o grupo, que fossem desenhados em conjunto com a comunidade, que houvesse os moradores sendo contratado e envolvidos. Foi um primeiro momento de muitos embates com as instituições que traziam propostas não condizentes com esse momento de transição e reconhecimento da comunidade. Atualmente estamos em um momento em que os moradores já têm o pertencimento do lugar, da sua história. São pessoas empoderadas como Isadora, o Benito que é uma criança_____. Como consequência obteve-se a consolidação quanto instituição, formando a Associação dos Moradores e Remanescentes do Quilombo de Vargem, em que Sr. Pingo foi o 1º Presidente. Dentro do entendimento de que um quilombo é um território, usamos esse nome para englobar qualquer grupo que se reconheça quilombola. Atualmente Cristiano é o presidente, Paulinho o vice-presidente e Ivanir a secretaria.

ENTREVISTA COM PAULO JOSÉ MARTINS

Chris: Por gentileza poderia me informar seu nome, sua idade e a qual núcleo do Quilombo Cafundá Astrogilda você pertence?

Paulinho: Eu me chamo Paulo José Martins, filho de Arlete José Martins e de Paulo José Martins, eu nasci ao Núcleo Astrogilda, eu tenho ____ anos, sou pai de Gisele Martins que é a dona do Tôna Boa, do Cristiano Martins_____ e de_____.

Atualmente sou casado com Tatiana Mesquita, e ajudo ela a administrar o Cantinho do Sossego.

Chris: Você pode me falar um pouco da sua infância, dos projetos que desenvolve aqui?

Paulinho: A minha infância foi muito boa, eu sempre ajudei meu pai na roça. A comida era conservada na lata de 20quilos, na banha de porco, nós tínhamos porco, adubação era orgânica, usávamos as fezes do burro e das galinhas na horta. Meu pai, meus tios plantavam tudo que é verdura. Tinha nascente perto da roça, a criação de porco era para fazer linguiça, meu pai me ensinou a defumar as carnes do porco para termos durante o ano, então a gente defumava orelha, pé ... e o nosso tempero era coloral, minha mãe pegava urucum.

Nossa comida era toda feita no fogão à lenha, tinha a casa de farinha, a farinha era feita no tacho.

Chris: Tinha alguma comida ou algum prato que te marcou?

Paulinho: A sola Chris: Como era feita?

Paulinho: A minha mãe ralava o aipim, botava canela, cravo, açúcar e botava para cozinhar na folha da bananeira. Às vezes minha mãe fazia sola salgada também, porque pão era raridade, mas tínhamos fruta pão, angu, batata – doce e angu para comer de manhã. E tínhamos fartura de fruta, era laranja da terra, que minha mãe fazia doce, jaca, tangerina, limão, manga, goiaba, abacate e araçá. Quando não tinha na nossa roça, tinha-nos dos meus tios, tudo parente, tudo perto, mas quando veio o Parque foi muito ruim porque a gente só ouvia que ia ter que sair, que ter que sair. Então meu pai vendeu tudo, meus tios venderam e foram morar nos carrão_____

Chris: Você realiza alguma prática de cura com plantas medicinais?

Paulinho: Sim, sempre que começa um resfriado é xarope com açúcar mascavo ou mel se não tiver nenhum dos dois pode usar o comum mesmo, folha laranja da terra, folha de guaco, pitanga e um dente de alho. Se tiver você pode colocar também alfavaca ou_____.

Chris: Com quem você aprendeu as práticas de cura que exerce?

Chris: Você acha que os saberes da medicina popular correm algum risco? Se sim, qual(ais)?

Chris: Conhece alguma legislação que proteja os saberes da medicina popular? Se sim, qual(ais)?

Chris: As suas práticas de cura estão registradas no Sistema Ideia SUS como Prática Integrativa do SUS? Se não, gostaria de registrar?

Chris: As suas práticas de cura estão registradas no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen)? Se não, gostaria de registrar?

Chris: Informem se há músicas, cânticos, orações e/ou outras oralidades que estejam presentes nas práticas de cura da medicina popular que você utiliza?

Chris: Você considera as práticas de cura que realiza um patrimônio Cultural? Se sim, por quê?

| |
|---|
| ENTREVISTA COM MARIA LÚCIA DOS SANTOS MESQUITA |
|---|

Chris: Por gentileza poderia me informar seu nome, sua idade e a qual núcleo do Quilombo Cafundá Astrogilda você pertence?

Maria Lucia dos Santos Mesquita filha de Natalina dos Santos Mesquita e Romualdos Santos Mesquita, nasceu na parte mais alta da Comunidade, em local chamado de Morro Redondo. E nos relata: *“Com quintal grande, com mais de 50 galinhas e cerca de 5 porcos, minha mãe receitava ervas, banhos e chás”*

“ Eu nunca fui a escola, a parte da tarde minha colocava eu e meus irmãos para aprender as tarefas rotineiras de quem morava em um quilombo: cortar capim para o burro, cozinhar, costurar, bordar, ler e escrever”.

“ Não havia possibilidades de sairmos da comunidade para ir ao médico ou ao dentista, por isso todas as enfermidades eram curadas com as ervas”.

“Nossa alimentação era a base de milho, batata –doce, aipim, banana e caldo de cana elaborado na moenda que meu pai contruiu”.

“Lembro que meu pai era um homem de muita fé, ele contava as histórias sempre relacionando o espiritismo as feitiçarias”

“Caminhava uma hora e meia para visitar a Vó Astrogilda, que benzia de galho. Além de benzer minha Vó Astrogilda receitava remédios, dependendo da moléstia fazia simpatias, promessas”.

Quando Astrogilda morre, tia Nata herda parte de seus dons e passa a ser a rezadeira, e a principal fonte de remédios caseiros a base ervas, se tornando outra referência em cuidados com a saúde na comunidade .

Chris: Você pode me falar um pouco da sua infância, dos projetos que desenvolve aqui no Quilombo?

Maria Lúcia: Eu cresci ouvindo todo mundo dizer que aqui tudo era a roça, meu pai tirava abanha do porco e colocava nas latas, nunca compramos óleo de soja ou banha de coco. Hoje se chama agrofloresta, compostagem e quintal produtivo. Todos esses conceitos estavam nanossos quintais, que hoje se chamam de Quilombo. No nosso tempo de criança não tinha luz elétrica, não tinha banheiro, sabe como era Christiane? Fazia um buraco no chão e colocava as fezes, o nosso primeiro banheiro foi construído quando eu tinha 17 anos, tínhamos uma bacia de alumínio dentro de um quatinho, enchia a bacia com água quente do fogão de lenha para tomar banho.

Eu nasci no Morro Redondo, lá em cima, no meio da mata, onde nós nascemos tem muitos muros de pedra, com uma entrada com um portão grandão, como se fosse uma rampa. Em volta tem muito pé de café, acho que ali devia ser uma fazenda. Nossa vizinha mais perto era a Maria, quando eu era adolescente ela deixava os filhos lá em casa. Uma das filhas dela que se chama Georgina eu praticamente criei, somos comadre, ela teve 11 filhos, e até hoje ela e a mãe utilizam as plantas, as

ervas para curar. Ela é uma das mulheres daqui que você pode entrevistar. Você acredita que as compras chegam lá em cima nos cestos no lomboburro. A nossa comida era no fogo de lenha.

Chris: Tinha alguma comida ou algum prato que te marcou?

Maria Lúcia: Minha mãe dizia: ensopado de banana pai Antônio ou banana d' água verde, ela descascava as bananas, e fazia com uma carne. E as nossas carnes eram: linguiça ou carneseca. O pirão com essa banana, temperada com temperos do quintal como coentro bravo e ocoentro verdadeiro, ficava uma delícia. Vim tomar refrigerante, doces industrializados, chocolate, só adolescente. A vida era muito simples sabe Chris, com fartura de alimentos que davam aqui como: batata doce, inhame, aipim, mas não tinha um pão. Não havia comemoração de Natal e ano novo. Lembro apenas da minha madrinha trazendo uns presentes para mim e meus irmãos no dia 1 de janeiro.

Os papéis de pão eram amarrados um no outro para fazer o caderno, minha mãe ensinava a gente tudo que ela sabia, eu não tive oportunidade de ir a escola. Sei ler e escrever porque minha mãe me ensinou.

Minha mãe tinha muitos poemas escritos, escrevia sobre a vida, sobre os filhos.

A minha mãe era uma mulher de muita fé, sempre ensinava a rezar ave maria, pai nosso, credo, salve rainha e a oração para entrar no mato era a Oração de São Bento para proteger contra os bichos peçonhentos. Ela falava assim: São Bento, água benta, Jesus cristo no altar ao bicho baixa a cabeça e deixa nós passar (3x)

Na hora de dormir tinha a oração: Com Deus eu me deito, com Deus eu me levanto, coma Graça de Deus e o divino espírito santo, Nossa senhora me cubra com seu sagrado manto.

Chris: Você realiza alguma prática de cura com plantas medicinais?

Maria Lucia: Sim, os chás são uma prática muito difundida dentro da comunidade, aqui todo mundo toma chá para se curar, eu sempre indico que as folhas sejam tiradas no período da manhã, em outros horários a coleta também pode ser feita, no entanto não deve ocorrer no horário de meio dia. O chá de lógina é bom para descer o colesterol, diabete, mas como é muita amarga, a minha mãe falava: segura a chave para não vomitar. O Chá de picão é para tratar hepatite.

Minha mãe derretia a banha da galinha, colocava em um vidro e tampava. Quando começava a gripar, ao dormir pingava duas gotas de banha de galinha no peito e cobria com cobertor para aquecer. E contra as dores musculares eu faço pomada de canela velho com erva baleira, cicatrizante

Já os xarope eu queimo o açúcar e faço um caramelo, jogo um punhado de cada erva, em um litro de água; pode ser: saião, Santa Maria, Folha de laranja da terra, Alfavaca, Gengibre e Guaco Para gripe e resfriado é importante ter pitanga bronquite. Outra receita é com Erva de Santa Maria, Folha de laranja da terra, Alfavaca, Gengibre e assa peixe. Também pode ser saião, Santa Maria, Erva de Santa Maria para fortalecer o pulmão. Se tiver Gengibre, Erva de passarinho pode adicionar. Agora para bronquite, eu faço com o coração da banana, eu pego um médio ou grande, corto bem fininho, junta 1kg de açúcar mascavo, vou misturando com as mãos até ficar bem liguento, tampo e aguardo

3 dias para coar e dá um colher de sopa dá para criança, durante 9 dias, 3 x ao dia bronquite. Em vasilha de barro (preferencial) ou de vidro. Minha mãe sempre pingava uma gota de banha de galinha

Chris: em relação aos banhos:

Maria Lucia: De pitanga é maravilhoso para equilibrar porque a pitanga é uma planta que serve para equilibrar os chácaras, mas meus pais não sabiam disso e já usavam

Chris: em relação as simpatias:

Maria Lucia: Eu tenho uma simpatia para o umbigo grande, aí a gente passa azeite no umbigo, encostava na goiabeira, tirava a casquinha onde ficava a marca do umbigo, ela tirava e colocava no fogão de lenha para secar.

A erva pancada era com simpatia também, pega um punhado e faz uma rodilha que caiba na mão, depois coloca para cozinhar, ainda quente, colocava a água em cima do machucado.

Chris: Em relação aos chás você tem mais alguma receita?

Maria Lucia: Olha para os rins eu uso chá de cana do brejo, quebra pedra, e tem o chá de Carobinha é desintoxicante, e serve quando aparece muita ferida. Os chás precisam ser equilibrados, um Chá de canela não pode ser usado para quem tem pressão alta.

Tem também Chá de canela com louro, Chá de canela com erva doce e Chá de canela com folha de laranja que serve para _____

Já para estômago eu uso Erva Maria da Glória ou erva macaé ou espinheira santa, faz com 1l de água, para um punhado de folhas. Tem o cordão de frade para dores musculares 3 copos por dia, mesma coisa faz com 1l de água, para um punhado de folhas

É importante é saber que erva não se toma mais de 9 dias, passou toma outra erva

O desequilíbrio é que causa a doença, muitas vezes precisa-se de um banho de benzimento. Para ansiedade eu uso banho de colônia ou chá de colônia, 1 folha pequena ummetade de uma grande, ferve um jarro de água. Tanto a Erva de São João como a Colônia são para a ansiedade.

Chris: Em relação as rezas e aos benzimentos?

Maria Lucia: O meu dia de benzer é quarta-feira, mas se vier outro dia como sábado para aqueles que trabalham, eu rezo também, a reza eu aprendi com minha avó, e com minha mãe.

Preces que minha mãe rezava:

A minha vó pegava um mole de vassoura, e dizia: o galho de vassoura varre todomal _____. Eu tenho certeza que a cura é uma sabedoria ancestral porque te equilibra.

Eu rezo quebranto (mal olhado), rezo também ventre virado você vira a criança, pé direito para trás e mão esquerda para trás, nas costas tem que encostar, ou seja, o calcanhar tem que dar dentro da mãozinha da criança sintomas: vômito, diarreia e mal dormir. Sempre passa álcool para puxar, puxa a mãozinha até o umbigo e vai puxando. E sacode de cabeça para baixo 3 vezes. Eu aprendi com a minha avó a ter fé,

Após os 5 anos é espinhela caída, você mede do dedinho mindinho até o cotovelo, ea mesma medida tem que dar entre os dois ombros. Sintomas: dor no peito, cansaço e levanta o braço da pessoa, faz emplastos e faz garrafadas especificamente para a pessoa. A garrafada era um fortificante, colocava vinho para ferver junto com trançagem, anis, maçã, gengibre, noz moscada, marmelada, deixava de molho e coloca um punhado de erva de acordo com necessidade. E o mais importante é a fé, as pessoas estão desequilibradas emocionalmente em muitas vezes chegam aqui tentando saber quais males foram feitos para ela. E sabe na verdade Chris, não foi feito mal nenhum, é só o desequilíbrio energético. Minha avó fazia licor de anis, de laranja, de canela, virava uma calda, acrescentava bebida e todo mundo gostava.

ENTREVISTA COM IVANIR ROSA

Chris: Por gentileza poderia me informar seu nome, sua idade e a qual núcleo do Quilombo Cafundá Astrogilda você pertence?

Eu me chamo Ivanir Rosa, sou neta de Laura Rosa e filha de Luciana Rosa, que era rezadeira, umbandista e médium. Eu tenho 53 anos, e passei grande parte de sua vida dentro da comunidade. Sou a secretária da Associação do Quilombo Vargem e condutora de visitantes do PEPB.

Chris: Você pode me falar um pouco da sua infância, dos projetos que desenvolve aqui no Quilombo?

Ivanir: Na minha infância ao cair da noite, antes de dormir eu e meus primos e irmãos sentávamos em volta do fogão à lenha, e cada um colocava sua banana para assar no calor dos resquícios da lenha que ainda queimavam e ficávamos ali, a ouvir os “causos” dos mais velhos. E me lembro do meu avô que era um homem de poucas palavras e trabalhava muito na roça, no final do dia, um dos causos mais marcantes em minha lembrança foi o da oração da invisibilidade, que ele dizia que só os homens de muita fé conseguiam cegar os inimigos/malfeitores que os perseguiam pelos caminhos da floresta.

Aqui nessa casa morou minha mãe Luciana Rosa e também alguns de seus irmãos, ela tem um valor histórico para família. Agora nós estamos reformando e abrindo suas portas o seu quintal para receber eventos, grupos de escolas, turistas e pesquisadores. Eu quis colocar o nome do meu filho Monan, então ficou Quintal do Monan. É uma opção de lazer para os visitantes. Meu filho cozinha muito bem, é de herança porque o forte das mulheres do núcleo é o cozinhar. Minha mãe Luciana era cozinheira, era rezadeira, espírita, recebia entidades, caboclo, preto velho... Minha Tia Dromeci fazia muitos chás.

Chris: Você realiza alguma prática de cura com plantas medicinais?

Ivanir: Minha avó Laura batia erva em todas as pessoas do núcleo, e a primeira coisa que ela fazia quando chegava um bebê ou uma criança com cólica era acender o cigarro de palha e dar umas baforadas”. Eu aprendi a reconhecer as ervas com minha avó, com minha mãe e com minhas tias. E

agora a gente chama de plantas medicinais, mas minha mãe e minha avó falavam: “vou ali pegar um mato”.

Era muito comum na minha família as rezas, principalmente quando tinha temporal e outros fenômenos naturais, como ventos, raios e outros. Minha avó rezava para que se tornassem mais brandos, pois as moradias se encontravam no interior da floresta, com risco de serem atingidas por raios, queda de árvores e outros. Minha mãe Luciana tinha um caderno com orações escritas, ela sempre rezou os 7 filhos. Quando ela se mudou para a Gardênia, era uma casa de invasão, ela era muito procurada para consultas, conselhos, orações que sempre fez gratuitamente.

E que os defumadores eram variados, mas os preferidos de minha mãe eram os feitos com alecrim e sálvia branca, para renovar as energias da casa. Minha mãe defumava a casa de acordo com a necessidade, mas haviam dois dias no ano que eram imprescindíveis – 31 de dezembro e sexta-feira santa”.

Chris: Poderia por gentileza descrever se utiliza alguma prática de cura conjugada com rituais religiosos? Se sim, poderia descrever a prática e o ritual?

Ivanir: Eu acho que herdei uma parte da mediunidade da minha mãe, dependendo do caso eu receito banhos e chás para alguns membros da família e conhecidos em momentos específicos de necessidade. Você fez algum curso na área da medicina popular? Se sim, qual curso? Você gostaria de fazer mais cursos nessa área?

Ivanir: Eu fiz um curso de benzimento com minha prima Maria Lúcia Mesquista. Eu lembro que minha avó entrava no mato para catar erva, mas a gente percebia pelo jeito que ela estava sendo guiada pela espiritualidade, quando ela retornava vinha com as plantas certas para cada tratamento

Chris: Você acha que os saberes da medicina popular correm algum risco? Se sim, qual(ais)?

ENTREVISTA COM CAROLINE DE OLIVEIRA PARANGUA

Chris: Por gentileza poderia me informar seu nome, sua idade e a qual núcleo do Quilombo Cafundá Astrogilda você pertence?

Carolina: Eu sou filha do Lorival Parangua Nascimento Filho, meu pai era baiano, também sou filha de Maristela Pereira de Oliveira que vem a ser neta da Dazinha matriarca que foi uma grande rezadeira. Ela passou alguns conhecimentos para algumas de minhas tias e parou por aí. É um núcleo familiar em que a prática da reza se encerrou, mas a cura através das ervas ainda é presente, minha mãe me criou com xaropes e remédios a base de ervas.

Chris: Você realiza alguma prática de cura com plantas medicinais?

Caroline: Eu não mas minha tia Teresa que mora aqui pertinho sim, gostaria de ir conversar com ela?

Chris: sim

Caroline: Então eu vou te levar lá.

| |
|--|
| ENTREVISTA COM TERESA LUIZA PEREIRA |
|--|

Chris: Por gentileza poderia me informar seu nome, sua idade e a qual núcleo do Quilombo Cafundá Astrogilda você pertence?

Teresa: Eu me chamo Teresa, sou a filha mais nova de Dona Dazinha (Teresa Pereira), minhamãe era uma rezadeira que rezava quebrante, mal olhado, destroncadura. Hoje eu e minhas irmãs fazemos as rezas da igreja.

Chris: Você pode me falar um pouco da sua infância, dos projetos que desenvolve aqui no Quilombo? Eu sempre morei aqui com meus filhos, agora eu moro sozinha, minha filha vem me visitar, esse é meu neto, filho da minha filha, ele gosta muito de vir para cá. Eu vim tirar meus documentos há pouco tempo, foi Maria Lúcia que foi comigo lá embaixo e retirou os documentos de registro de nascimento, RG e título de eleitor, mas que ainda não tem CPF. Minha maior dificuldade é a distância para médico e a falta de acessibilidade para fazer compras. E nos dias de temporal eu sempre fico com medo porque uma vez uma árvore caiu derrubou da minha casa e ficamos com muita dificuldade para reconstruir

Chris: Você realiza alguma prática de cura com plantas medicinais?

Teresa: Olha para gripes e resfriado eu faço xarope, olha para tosse eu uso folhas de saião, folhas de tangerina, pitanga e boto um dente de alho. Tem xarope para tosse de Jatobá, pode acrescentar também e folhas de saião, folhas de tangerina e pitanga. Outro xarope bom para tosse é o de Cambucá, também pode usar folhas de saião, folhas de tangerina, pitanga, um dente de alho. Aqui no quintal eu tenho plantado Novalgina e Dipirona, serve para fazer chá para baixar febre.

Chris: e qual a quantidade de folhas?

Teresa: Para chá eu uso um punhado para um jarro de água. E para baixar açúcar no sangue eu faço chá com um punhado de folha de goiabeira. E para problema de estômago eu uso boldo macerado.